ENGIE Brasil Energia S.A.

Proposta da Administração

para a Assembleia Geral Ordinária de

28.04.2020

CNPJ: 02.474.103/0001-19
NIRE: 42 3 0002438-4
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis – SC
CEP 88025-255



EGIE 3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

BM&FBOVESPA A Nova Bolsa

ISEB3

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG

2019

ÍNDICE

ÍNDICE 2
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 28 DE ABRIL DE 2020, EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) N° 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09), E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES 4
ANEXO I – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES 6
10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais 6
10.2 Comentários dos diretores sobre: 48
10.3 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados 54
10.4 Comentários dos diretores sobre 60
10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros 63
10.6 Descrição pelos diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia 65
10.7 Comentários dos diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6 65
10.8 Principais elementos do plano de negócios da Companhia: 65
10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 68
ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO 70
ANEXO III – ORÇAMENTO DE CAPITAL 76
ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 77
12.5/6 Composição e experiência profissional do conselho de administração e do conselho fiscal 77
12.7/8 Composição dos comitês 88
12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau relacionadas 89
12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia (Indicados pelo Acionista Controlador) e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia ou (ii) controlador direto ou indireto da Companhia: 89
12.12 Outras informações que a Companhia julgue relevantes 91
ANEXO V – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 92
13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos: 92
13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente: 99
13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente 103
13.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente: 105
13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária 108
13.6 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social 112

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais 112
13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "13.5" a "13.7", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções 112
13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social 114
13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários 115
13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, dos 3 últimos exercícios sociais 116
13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia 117
13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto 117
13.14 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais 117
13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais 117
13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes 118
ANEXO VI – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS 120
14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia 120

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 28 DE ABRIL DE 2020, EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) N° 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09), E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES

Segundo o artigo 9° da ICVM 481/09, a Companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data da realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os seguintes documentos e informações:

- **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9° da ICVM 481/09)**

As Demonstrações Contábeis Anuais Completas, que incluem o Relatório da Administração, foram arquivadas na CVM e B3 no dia 18.02.2020 e foram publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Diário Catarinense, no dia 27.03.2020. Tais documentos também estão disponíveis nestes websites: da Companhia (www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

- **Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9° da ICVM 481/09)**

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I deste documento.

- **Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9° da ICVM 481/09)**

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas da Companhia.

- **Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver (Inciso V do artigo 9° da ICVM 481/09)**

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

- **Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (§ único do artigo 9° - Inciso I, da ICVM 481/09)**

O formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) foi publicado pela Companhia no dia 18.02.2020, na mesma data da entrega do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Anuais. Esse documento pode ser acessado pelos websites da Companhia (www.engie.com.br/investidores/informacoes-financeiras/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

- **Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09 (§ único do artigo 9° - Inciso II, da ICVM 481/09)**

As informações referentes ao anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão disponíveis no anexo II deste documento.

- **Parecer do Comitê de Auditoria, se houver (§ único do artigo 9° - Inciso III, da ICVM 481/09)**

A Companhia não possui Comitê de Auditoria.

- **Orçamento de capital**

As informações referentes ao Orçamento de Capital estão apresentadas no anexo III deste documento.

- **Aprovar novo jornal como veículo para as publicações legais da Companhia**

Em atenção ao previsto no artigo 289 da Lei n° 6.404/76, a administração da Companhia propõe a substituição do jornal Diário Catarinense pelo jornal Notícias do Dia como veículo a ser utilizado para as suas publicações legais. Caso a proposta seja aprovada, as publicações legais passarão a ser realizadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no jornal Notícias do Dia, logo após o correspondente aviso aos acionistas.

Sempre que a assembleia geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a Companhia deve fornecer (artigo 10° da ICVM 481/09):

- **No mínimo, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores (artigo 10° - Inciso I, da ICVM 481/09)**

Os mencionados dados estão apresentados no anexo IV deste documento. Nesta Assembleia ocorrerá apenas eleição de membros do Conselho de Administração, desta forma, as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 são referentes apenas aos membros deste Conselho.

Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações (artigo 12° da ICVM 481/09):

- **Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do referido Formulário de Referência (artigo 12° - Incisos I e II, da ICVM 481/09)**

Estas informações estão apresentadas no anexo V deste documento.

- **Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2019**

A proposta está apresentada no anexo VI deste documento.

- **Boletim de voto à distância, a que se refere o art. 21-F (Inciso VI do artigo 9° da ICVM 481/09) e nas hipóteses a que se refere o art. 21-A (Inciso II do artigo 10° da ICVM 481/09)**

Em atendimento à ICVM 481/09, e suas alterações posteriores, a Companhia passou a adotar o voto a distância a partir do exercício de 2017.

O boletim de voto a distância foi publicado pela Companhia no dia 27.03.2020, na mesma data da entrega dessa Proposta da Administração. Esse documento pode ser acessado pelos websites da Companhia (https://www.engie.com.br/investidores/assembleias-e-reunioes-do-conselho/voto-a-distancia/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

ANEXO I – COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES

Artigo 9° ICVM 481/09 – Inciso III – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 desta Proposta da Administração refletem as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores, com base nos indicadores de liquidez e endividamento expostos abaixo, entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo.

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2019

O ano de 2019 foi marcado por um ambiente mais favorável ao desenvolvimento dos negócios no país, em virtude da aprovação de medidas estruturantes fundamentais à retomada do crescimento econômico, tais como a Reforma da Previdência. Foram destaques neste exercício o ingresso na cadeia de valor do gás natural, a partir da aquisição da Transportadora Associada de Gás ("TAG"), em parceria com uma subsidiária da ENGIE S.A. e a *Caisse de Dépôt et Placement du* Québec ("CDPQ") e a conclusão da construção do Conjunto Umburanas – Fase I e da Usina Termelétrica Pampa Sul, os quais adicionaram 705 MW e 536,8 MW médios à capacidade instalada e à garantia física da Companhia, respectivamente.

No que tange ao desempenho econômico e financeiro, a Companhia, no ano de 2019, obteve lucro líquido consolidado de R$ 2.311 milhões, ligeiramente inferior ao lucro de 2018, no montante de R$ 2.315 milhões (0,2%). O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia em 31.12.2019 foi de R$ 5.163 milhões, um aumento de 18,2% ou R$ 796 milhões se comparado ao exercício de 2018. A margem EBITDA ajustada aumentou em 3,1 p.p., passando de 49,6% para 52,7% no comparativo entre os exercícios de 2018 e 2019. A variação é consequência da combinação dos seguintes efeitos positivos: (i) R$ 383 milhões em razão de aumento do volume de vendas, desconsiderando as operações de *trading*; (ii) R$ 321 milhões referentes ao reconhecimento, no terceiro trimestre de 2019, de outras receitas operacionais oriundas de recebimento de indenização em razão do descumprimento de condições contratuais pelo fornecedor responsável pela construção da Usina Termelétrica Pampa Sul, principalmente o atraso na conclusão da obra, que motivou a frustração de resultado da Companhia; (iii) R$ 203 milhões motivados pelo aumento de preço médio líquido de energia vendida, sem considerar as operações de *trading*; (iv) R$ 185 milhões referentes ao menor volume de compras de energia para a gestão do portfólio da Companhia; (v) R$ 81 milhões de resultado positivo de participação societária na TAG/Aliança; e (vi) acréscimo de R$ 56 milhões de receita de remuneração e variação monetária sobre ativos das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda e do Sistema de Transmissão Gralha Azul.

Os referidos impactos positivos foram contrabalanceados pelos seguintes efeitos negativos: (i) incremento de R$ 91 milhões de custos com materiais e serviços de terceiros; (ii) redução de R$ 74 milhões de receitas não recorrentes relativas à indenização por interrupção de negócios, motivada por sinistro e cobrança de multa contratual de fornecedor; (iii) decréscimo de R$ 73 milhões no resultado positivo das transações realizadas no mercado de curto prazo no segmento de geração e venda de energia do portfólio da Companhia; (iv) elevação de R$ 53 milhões nos custos com encargos de uso de rede elétrica e conexão; (v) crescimento de R$ 43 milhões de custos com pessoal; (vi) R$ 38 milhões oriundos do aumento do resultado negativo líquido das operações de *trading* de energia - dos quais R$ 34 milhões decorreram dos efeitos da marcação a mercado e R$ 4 milhões são originados das transações realizadas neste segmento; (vii) acréscimo de R$ 37 milhões nas despesas com vendas, gerais e administrativas; (viii) aumento de R$ 21 milhões nos custos com combustíveis; e (ix) acréscimo de R$ 3 milhões dos demais custos e despesas operacionais.

Os fatores a seguir citados sustentam as condições patrimonial e financeira da Companhia:

- Incremento da receita operacional líquida – a Companhia registrou acréscimo de 11,5% na receita operacional líquida entre 2018 e 2019, atingindo R$ 9.804 milhões em 2019, montante superior em R$ 1.009 milhões ao apurado em 2018.
- Forte geração de caixa operacional – o EBITDA ajustado registrado em 2019 foi de R$ 5.163 milhões, aumento de 18,2% (R$ 796 milhões) em comparação ao ano de 2018. A margem Ebitda foi de 52,7% em 2019, elevação de 3,1 p.p. em relação a 2018.
- Dívida bruta total consolidada, representada, principalmente, por empréstimos, financiamentos e debêntures, líquida dos efeitos de operações de *hedge*, totalizava R$ 14.437 milhões em 31.12.2019 — aumento de 52,0% (R$ 4.939 milhões) comparativamente à posição de 31.12.2018. O aumento deve-se basicamente: (i) emissão de debêntures, com a finalidade de formação de capital de giro para financiar a implementação do plano de negócios da Companhia e projetos como Assú V, Conjunto Eólico Umburanas – Fase I, Jaguara e Miranda; (ii) saques no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinados à construção dos Conjuntos Eólicos Umburanas – Fase I e Campo Largo – Fase I e da Usina Termelétrica Pampa Sul, à ampliação da Usina Termelétrica Ferrari e à modernização da Usina Hidrelétrica Salto Santiago; e (iii) captação de empréstimos junto a instituições financeiras situadas no exterior, totalmente protegidos por operações de *swap*, destinados à proteção dos fluxos de caixa futuros.
- Classificação de risco (*rating*) – a Fitch Ratings atribui à Companhia *Rating* Nacional de Longo Prazo como 'AAA(bra)' e em escala global 'BB(bra)', um nível acima do *rating* soberano. Os *ratings* estão diretamente relacionados à captura de linhas de crédito atrativas, ampliando a competitividade da Companhia no desenvolvimento de novos projetos.
- Reduzido nível de inadimplência – Resultado do rigoroso processo de análise de crédito e da diversificação do portfólio de clientes da Companhia.
- Capacidade instalada – A Companhia, em 31.12.2019, possuía capacidade instalada de 8.710,5 MW e operava um parque gerador de 10.431,2 MW, composto de 60 usinas, sendo 11 hidrelétricas, quatro termelétricas convencionais, 38 parques eólicos, três à biomassa, duas solares e duas pequenas centrais hidrelétricas. Destes parques geradores, 56 pertencem integralmente à Companhia e quatro (as hidrelétricas Itá, Machadinho e Estreito, e a usina de cogeração a biomassa Ibitiúva Bioenergética) são comercialmente exploradas por meio de parcerias com outras empresas.

- Implantação de novas usinas – destaque para a entrada em operação da totalidade do Conjunto Eólico Umburanas – Fase I, na Bahia e da Usina Termelétrica Pampa Sul, em Candiota (RS), que adicionaram 360 MW e 345 MW à capacidade instalada da Companhia, respectivamente.
- Reconhecimento de outras receitas operacionais oriundas de indenizações recebidas por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção da Usina Termelétrica Pampa Sul, principalmente relacionados ao atraso na conclusão da obra, no montante de R$ 321 milhões.
- Início das obras do Sistema de Transmissão de Energia Gralha Azul, no Paraná, com cerca de mil quilômetros de extensão de linhas de transmissão, tendo como prazo limite para o início da operação comercial 09.03.2023. A Receita Anual Permitida (RAP) foi de R$ 232 milhões.
- Início da construção do Conjunto Eólico Campo Largo – Fase II, com capacidade instalada prevista de 361 MW. A entrada em operação comercial da totalidade do Conjunto está prevista para o início de 2021.
- Segmentos operacionais – entrada no segmento de transporte de gás a partir da aquisição da TAG, em junho de 2019. O negócio, que exigiu investimento dos sócios da ordem de R$ 35 bilhões e envolveu diversas instituições financeiras, foi o maior em mais de 20 anos de atuação da ENGIE no Brasil. Desta forma, a Companhia consolidou-se como uma plataforma de investimentos em infraestrutura de energia, alinhados à proposta de diversificar sua atuação.

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2018

O ano de 2018 foi marcado pelo crescimento consistente, por meio da implantação de novas usinas e da manutenção do parque gerador, e pelo ingresso nos segmentos de transmissão, geração distribuída e *trading* de energia elétrica, seguindo as diretrizes globais de descarbonização, descentralização e digitalização do Grupo ENGIE.

A Companhia segue ampliando sua matriz renovável. Em 2018, foi concluída a construção do Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I, foram consolidadas as operações das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda e deu-se continuidade as obras de implantação da Usina Termelétrica Pampa Sul, a qual tem previsão de iniciar a operação comercial em meados de 2019. Ainda neste ano, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% das ações remanescentes da ENGIE Geração Solar Distribuída S.A. ("EGSD").

Adicionalmente, em 2018, a Companhia, por meio de suas controladas diretas ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), assinou o contrato de concessão referente ao Leilão de Transmissão n° 02/2017.

Conforme a Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, divulgada pela Empresa de Pesquisa Energética em janeiro de 2019, o consumo de energia líquido no país cresceu 1,1% em 2018, registrando 472.242 GWh. Em relação ao cenário hidrológico de 2018, os volumes de energia que chegaram aos reservatórios permaneceram abaixo da média histórica.

O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em 2018 atingiu o limite regulatório (505 R$/MWh) por 10 semanas consecutivas. O PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste sofreu redução de 10,25%, saindo do patamar de R$ 320 para R$ 288. Consoante ao boletim informativo da CCEE de janeiro de 2019, o GSF (*Generation Scaling Factor*) médio de 2018 foi de 81,6%, ante ao registrado em 2017, de 79,4%.

No que tange ao desempenho econômico e financeiro, a Companhia, no ano de 2018, obteve lucro líquido consolidado de R$ 2.315 milhões, valor 15,5% ou R$ 310 milhões superior ao exercício de 2017. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia em 2018 foi de R$ 4.368 milhões, um aumento de 24,1% ou R$ 848 milhões se comparado ao ano de 2017. A margem EBITDA ajustada reduziu em 0,5 p.p., passando de 50,2% para 49,7% no comparativo entre 2017 e 2018. Tal redução decorre, substancialmente, dos efeitos, em 2018, das operações de *trading* e do reconhecimento das receitas e dos custos de construção da linha de transmissão. Desconsiderando estes impactos, a margem EBITDA apresentaria acréscimo de 3,8 p.p. entre os períodos em análise.

Os principais fatores que ocasionaram o desempenho anteriormente destacado foram os resultados das operações das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda, adquiridas no final do ano de 2017, o aumento da receita nas transações realizadas no mercado de curto prazo, a elevação do preço médio líquido de venda e do volume de energia vendida, a redução das aquisições de energia para a gestão do portfólio da Companhia, o reconhecimento de receitas de direito a indenização por interrupção de negócios e de multa contratual e o início das operações de *trading* a partir de janeiro de 2018.

Informações consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2017

O ano de 2017 foi marcado pelo empenho da Companhia em criar valor, preparando-se para as transformações e oportunidades geradas pela transição energética, refletida na estratégia de negócios por meio de três pilares: descarbonização, descentralização e digitalização. A capacidade de entregar resultados efetivos, mesmo em cenários adversos, está entre as principais virtudes da Companhia ao longo de sua trajetória. Em 2017 não foi diferente e a Companhia obteve expressivo sucesso na execução de sua estratégia.

A Companhia avançou na expansão da matriz renovável, com destaque para a aquisição de duas novas concessões – as Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda, que juntas agregaram 832 MW à capacidade instalada do parque gerador. Ainda com foco em energia renovável, foi adquirido o projeto do Conjunto Eólico Umburanas, na Bahia, o qual possui 360 MW de capacidade instalada.

Após 2 anos consecutivos de desaceleração, a economia brasileira deu sinais de retomada em 2017. Embora modestos, tais sinais indicam potencial para um ambiente mais favorável aos negócios nos anos seguintes. No ano o Produto Interno Bruto (PIB) avançou 1% em relação a 2016, ano em que a retração se aproximou de 3,5%, segundo IBGE.

O cenário hidrológico de 2017 foi ainda mais restritivo que 2016, em termos de oferta de energia hidrelétrica. Com exceção do subsistema Norte, que encerrou o ano com níveis de armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas levemente superiores aos apresentados em janeiro, os demais subsistemas terminaram 2017 em condições ainda piores que as enfrentadas no início do ano.

No que se refere ao desempenho econômico e financeiro, a ENGIE Brasil Energia, no ano de 2017, obteve lucro líquido consolidado de R$ 2.005 milhões, valor 29,5% ou R$ 457 milhões superior ao exercício de 2016. O EBITDA ajustado alcançado pela Companhia foi de R$ 3.520 milhões, um aumento de 10,8% ou R$ 344 milhões se comparado ao ano de 2016. A margem EBITDA ajustado avançou 0,9 p.p., passando de 49,3% em 2016 para 50,2% em 2017. Esse desempenho se deve, essencialmente, à combinação, da elevação do volume de energia vendida, ao resultado positivo nas operações de curto prazo, em especial as realizadas na CCEE, a queda nos custos com royalties – em virtude das condições hidrológicas menos favoráveis –, a alienação das Usinas Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca e o reconhecimento de receita decorrente da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda.

b. Estrutura de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.

Os principais componentes da estrutura de capital da Companhia são os seguintes:

Valores em R$ milhões	**31.12.2019**	**31.12.2018**	**31.12.2017**
Endividamento bruto[1]	14.437	9.498	6.738
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	4.245	2.642	2.155
Endividamento líquido	10.192	6.856	4.583
Endividamento bruto não circulante[2] (% do endividamento bruto)	81,0%	93,0%	54,4%
Patrimônio líquido	6.999	6.320	6.835
Grau de alavancagem[3]	59,3%	52,0%	40,1%
Composição da estrutura de capital:			
- Capital próprio (patrimônio líquido / passivo total)	23,2%	26,6%	34,9%
- Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante / passivo total)	76,8%	73,4%	65,1%

[1] Contempla os empréstimos e financiamentos, debêntures e as notas promissórias (circulante e não circulante) – líquidos dos efeitos dos *hedges*.
[2] Endividamento bruto não circulante, contempla os empréstimos e financiamentos, as debêntures e as notas promissórias, todos não circulante - líquido dos efeitos dos *hedges*.
[3] Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)

O aumento do endividamento da Companhia está relacionada, principalmente, à combinação dos seguintes fatores, ocorridos no ano de 2019: (i) emissão de debêntures no valor de R$ 4.065 milhões, com a finalidade de formação de capital de giro para financiar a implementação do plano de negócios da Companhia, dos quais R$ 1.571 milhões foram amortizados durante o ano de 2019; (ii) saques no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total de R$ 1.549 milhões, destinados à construção dos Conjuntos Eólicos Umburanas – Fase I e Campo Largo – Fase I e da Usina Termelétrica Pampa Sul, à ampliação da Usina Termelétrica Ferrari e à modernização da Usina Hidrelétrica Salto Santiago; e (iii) captação de empréstimos no montante de R$ 1.127 milhões junto a instituições financeiras situadas no exterior, totalmente protegidos por operações de *swap*, destinados à proteção dos fluxos de caixa futuros. Adicionalmente aos efeitos citados, foram incorridos R$ 964 milhões de encargos financeiros e amortizações de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 1.182 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia, considerando o seu perfil do endividamento e a sua posição de liquidez, em situações normais de mercado, acreditam que a Companhia possui plenas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos.

Em 31.12.2019, a Companhia, em suas demonstrações contábeis individuais, apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 244 milhões. Decorrendo, substancialmente, da alocação no passivo circulante de 12 meses de pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar, enquanto as demais contas relevantes do ativo circulante e do passivo circulante apresentam giro de, aproximadamente, 2 meses, de acordo com seu ciclo operacional. Portanto, esta situação não reflete a real liquidez da Companhia. A liquidação das obrigações ocorrerá por meio de recursos gerados pelas atividades operacionais. Adicionalmente, a Administração avalia alternativas de financiamento.

Em 31.12.2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo em suas demonstrações contábeis consolidadas, decorrente, substancialmente, da contratação de notas promissórias e empréstimos no ano de 2017 para o financiamento do pagamento das outorgas de concessão das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda. O pagamento das notas promissórias, realizou-se, substancialmente, mediante emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries, das controladas Jaguara e Miranda, nos valores de R$ 1.802 milhões, equacionando a posição negativa do capital de giro.

Os Diretores da Companhia entendem ainda que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Neste quadro estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento da dívida utilizados pela Companhia.

Valores em R$ milhões	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
EBITDA ajustado	5.163	4.368	3.520
Despesa financeira	1.353	854	450
Resultado financeiro	1.206	699	227
Endividamento bruto	14.437	9.498	6.738
Endividamento líquido	10.192	6.856	4.583
Endividamento líquido / EBITDA ajustado	2,0	1,6	1,3
Endividamento total / EBITDA ajustado	2,8	2,2	1,9
EBITDA ajustado / Despesa financeira	3,8	5,1	7,8

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia honrou suas obrigações assumidas com terceiros, tais como fornecedores, dividendos, dívidas, concessões a pagar, entre outros.

A Fitch Ratings atribui à Companhia *Rating* Nacional de Longo Prazo como 'AAA(bra)' e em escala global 'BB(bra)', um nível acima do *rating* soberano. Os *ratings* estão diretamente relacionados à captura de linhas de crédito atrativas, ampliando a competitividade da Companhia no desenvolvimento de novos projetos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza linhas de crédito em instituições financeiras de primeira linha, com a finalidade de suprir uma eventual necessidade de caixa de curto e médio prazos.

Para os projetos de investimento da Companhia, além da utilização de parte de sua geração de caixa, a principal fonte de financiamento é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diretamente e/ou por meio de seus Bancos Repassadores. Estas instituições financeiras usualmente oferecem taxa de juros e prazos de pagamento compatíveis com o retorno dos projetos de geração de energia.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento pelo BNDES, ou por questões de custo do financiamento, a Companhia pode recorrer a outras fontes de financiamento incentivadas, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), ao mercado de capitais, por meio da emissão de notas promissórias e/ou debêntures ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequada. A Companhia avalia constantemente as alternativas de financiamento de suas operações.

Em 2017, a Companhia utilizou como principal fonte de financiamento para os seus projetos o BNDES e Bancos Repassadores. Nestes contratos, de maneira geral, há uma relação "padrão" para a obtenção destas linhas de créditos, que se situa na faixa de 30% de capital próprio e 70% para itens financiáveis. Em 2018, além da utilização do BNDES e Bancos Repassadores, a Companhia captou recursos por meio da emissão de debêntures, devido a condições favoráveis de mercado. Em 2019, a Companhia utilizou como principais fontes de financiamento recursos oriundos de emissão de debêntures, recursos do BNDES e empréstimos em moeda estrangeira, cuja variação cambial está protegida por operações de *swap*.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em que pese os Diretores não prevejam qualquer situação de deficiência de liquidez, a Companhia possui linhas de crédito previstas (capital de giro, financiamento de longo prazo e fiança bancária) perante instituições financeiras de primeira linha.

Em caso de necessidade de financiamento para capital de giro, a Companhia pretende utilizar linhas de crédito disponíveis no mercado junto a instituições financeiras de primeira linha. Para fins de financiamento de ativos não circulantes, a Companhia pretende utilizar prioritariamente recursos de financiamentos de longo prazo diretamente junto ao BNDES ou por meio de Bancos Repassadores.

Além disso, em razão do elevado *rating* atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings, a Companhia tem acesso tempestivo ao mercado de capitais para eventuais necessidades de levantamento de recursos financeiros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As principais informações sobre as dívidas contratadas com Instituições Financeiras estão descritas a seguir:

(i) contratos de empréstimo, financiamento e notas promissórias relevantes

Condições das principais dívidas contratadas

		Condições de pagamento		Valores em R$ milhões		
Empresas / Bancos	**Juros**	**Venc.**	**Principal e juros**	**31.12.2019**	**31.12.2018**	**31.12.2017**
Controladora:						
Moeda nacional:						
BNDES – Modernização	TJLP + 2,26% a.a.[a]	07.2020	Mensais	44	119	171
Nordic Investment Bank (NIB)	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: Mensais Juros: Trimestrais	87	112	135
BNDES – Usina São Salvador	TJLP + 2,7% a.a.[a]	10.2023	Mensais	64	80	96
Repasse Finame (Bancos)	3,68% a.a.	11.2024	Mensais	5	6	8
Moeda estrangeira (dólar):						
HSBC France (USA VI)	8,459% a.a. com *swap* para 103% do CDI	10.2020	Principal: 10.2020 Juros: Semestrais	342	341	334
Bank of Tokyo IV	3,712% a.a. com *swap* para 101% do CDI	04.2020	Principal: 04.2020 Juros: Semestrais	407	390	-
BNP Paribas I	3,684% a.a. com *swap* para 102% do CDI	04.2020	Principal: 04.2020 Juros: Semestrais	406	388	-
Bank of Tokyo III	3,998% a.a. com *swap* para 103% do CDI	04.2021	Principal: 04.2021 Juros: Semestrais	414	392	-
Scotiabank II	3,798% a.a. com *swap* para 102% do CDI	04.2021	Principal: 04.2021 Juros: Semestrais	411	387	-
Scotiabank I	3,3710% a.a. com *swap* para IPCA + 5,2% a.a.	11.2022	Principal: 11.2022 Juros: Semestrais	831	768	669
HSBC France	7,3706% a.a. com *swap* para 101,72% do CDI	05.2022	Principal: 05.2022 Juros: Semestrais	514	-	-
Scotiabank III	3,3600% a.a. com *swap* para 101,75% do CDI	05.2022	Principal: 05.2022 Juros: Semestrais	414	-	-
BNP Paribas II	3,9515% a.a. com *swap* para 101,85% do CDI	05.2022	Principal: 05.2022 Juros: Semestrais	207	-	-
Bank of Tokyo	1,9429% a.a. com *swap* para 101,4% CDI 2,0571% a.a. com *swap* para 101,4% CDI	10.2018	Principal: 10.2018 Juros: Semestrais	-	-	667
Controladas:						
Moeda nacional:						
Companhia Energética Estreito						
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais	-	-	3
BNDES	TJLP + 1,89% a.a.[a]	09.2029	Mensais	540	593	644
Repasse BNDES (Bancos) [b]	TJLP + 2,95% a.a.[a]	09.2029	Mensais	367	403	438
Ibitiúva						
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	-	5	9
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a.[a]	01.2021	Mensais	4	8	11
Ferrari						
BNDES	TJLP + 1,91% a.a.[a]	06.2021	Mensais	7	11	15
BNDES Ampliação	TJLP + 1,76% a.a.[a]	07.2032	Mensais	59	38	41
Repasse BNDES (Bancos) [b]	TJLP + 3,40% a.a.[a]	06.2021	Mensais	3	5	7
Conjunto Eólico Trairí [c]						
BNDES – Crédito Social	TJLP	07.2029	Mensais	1	1	1
BNDES	TJLP + 2,51% a.a.[a]	07.2029	Mensais	229	252	274
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.[a]	05.2033	Mensais	284	305	293

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Valores em R$ milhões		
		Venc.	Principal e juros	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Controladas:						
Moeda nacional:						
Assú V						
Banco do Nordeste do Brasil	IPCA + 1,7624% a.a.	07.2038	Principal: Mensais a partir de 08.2023 Juros: Trimestrais até 07.2023 e posteriormente mensais	85	84	-
Conjunto Eólico Campo Largo						
BNDES	TJLP + 2,52% a.a. [a]	06.2035	Mensais	486	390	-
BNDES	TJLP + 1,82% a.a. [a]	06.2035	Mensais	566	488	-
Pampa Sul						
BNDES	TJLP + 3,09% a.a. [a]	01.2036	Mensais, a partir de fevereiro de 2020	794	628	-
Conjunto Eólico Umburanas						
BNDES	TLP + 3,91% a.a.	12.2038	Mensais	1.231	-	-
Notas promissórias:						
Jaguara - Banco J. Safra S.A.	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018	Principal: 11.2018 Juros: 11.2018	-	-	1.326
Miranda - Banco J. Safra S.A.	104,9% a.a. sobre Δ Taxa DI	11.2018	Principal: 11.2018 Juros: 11.2018	-	-	784

[a] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.
[b] Os bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.
[c] Financiamento do Conjunto Eólico Trairí, composto pelas seguintes empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru, Fleixeiras I, Santa Mônica, Cacimbas, Estrela e Ouro Verde.

Informações adicionais sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e notas promissórias de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

Os saldos em 31.12.2019, 31.12.2018 e 31.12.2017 dos contratos abaixo listados se encontram na tabela do item f(i) anteriormente apresentada.

A contratação do financiamento "BNDES Modernização" teve como objetivo a modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo e o empréstimo contratado junto ao Nordic Investment Bank teve como finalidade o aumento do capital de giro da empresa. O financiamento do BNDES da Usina Hidrelétrica São Salvador e o Repasse do BNDES contratado através de seus Bancos Repassadores – Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim foram utilizados para a construção da Usina Hidrelétrica São Salvador.

Os financiamentos contratados pelas controladas consolidadas na Companhia são na modalidade *Project Finance*. Para tal, foram constituídas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) para a implantação dos respectivos projetos.

As notas promissórias emitidas pelas suas controladas diretas Jaguara e Miranda, destinaram-se ao pagamento de parte da bonificação paga pela outorga, nos termos do Leilão n° 001/2017 promovido pela Aneel.

- Empréstimos tomados em moeda estrangeira

A Companhia contratou, nos anos de 2019, 2018 e 2017, empréstimos em moeda estrangeira com os bancos HSBC France, Bank of Tokyo, Scotiabank e BNP Paribas.

Os recursos foram captados, principalmente, com a finalidade de viabilizar a construção e a modernização do parque gerador da Companhia e de gerenciar o fluxo de caixa para a continuidade da implementação de seu plano de negócios.

Para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte-americano, a Companhia contratou operações de *swap* para a totalidade dos empréstimos contratados em moeda estrangeira, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira. Com isso, é mantida uma posição ativa correspondente à variação do dólar norte-americano mais juros e uma posição passiva equivalente a variação do CDI. O vencimento do principal e a amortização dos juros dos empréstimos e dos *swaps* ocorrerão exatamente nas mesmas datas. É válido destacar que a Política de Investimentos e Derivativos da Companhia estabelece que a utilização de instrumentos financeiros derivativos fica restrita à proteção de riscos (*hedge*) e deve ser mantida correlação estreita quanto ao perfil da dívida, volumes e prazos.

As principais condições dos empréstimos e das operações de *swap* contratados foram as seguintes:

		Valor		Empréstimo e posição ativa do *swap*	Posição passiva do *swap*	
Bancos	**Mês/Ano**	**US$ milhões**	**R$ milhões**	**Δ US$ + Juros (a.a.)**	**Δ do CDI**	**Vencimento**
HSBC France VI	10.2017	100	325	8,459%	103,0% do CDI	10.2020
Scotiabank I	11.2017	200	650	3,371%	IPCA + 5,2%	11.2022
Scotiabank II	04.2018	100	342	3,798%	102,0% do CDI	04.2021
BNP Paribas I	04.2018	100	339	3,684%	102,0% do CDI	04.2020
Bank of Tokyo III	10.2018	100	341	3,998%	103,0% do CDI	04.2021
Bank of Tokyo IV	10.2018	100	341	3,712%	101,0% do CDI	04.2020
HSBC France	05.2019	135	534	7,371%	101,7% do CDI	05.2022
Scotiabank III	05.2019	100	396	3,360%	101,8% do CDI	05.2022
BNP Paribas II	05.2019	50	198	3,952%	101,9% do CDI	05.2022
		985	**3.466**			

Em função das características destes instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus registros. Assim, tanto o instrumento de *hedge* (*swap*) quanto o empréstimo objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros.

Garantias dos empréstimos, financiamentos e notas promissórias

A Companhia mantém garantia para os empréstimos e financiamentos a seguir descritos. Para os demais empréstimos não há garantias concedidas pela Companhia.

- BNDES – Modernização

As garantias dadas para o contrato firmado com o BNDES para a modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo são cessão fiduciária das receitas provenientes de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

- NIB – Financiamento de Projetos Eólicos

A Companhia tem contratado uma garantia em dólar, no montante equivalente a R$ 86 milhões, com vencimento em 2020. Tal obrigação de entrega de garantia iniciou em fevereiro de 2018, momento em que a Fitch Rating rebaixou o *rating* soberano do Brasil, impactando assim o *rating* de longo prazo em moeda estrangeira da Companhia. Esse empréstimo junto ao NIB foi contraído em dezembro de 2012 com a finalidade de executar a construção do Conjunto Eólico Trairí.

- BNDES – financiamento oriundo da Usina Hidrelétrica São Salvador, incorporado pela Companhia

Devido à incorporação, as garantias do respectivo financiamento foram substituídas por fiança bancária.

- BNDES e Repasse BNDES (Bancos) – CEE

Os financiamentos da controlada direta CEE têm estas garantias: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Além dessas garantias, para o contrato da CEE, há também o penhor dos dividendos a serem pagos pela Companhia à sua controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda..

- BNDES – Biomassa e Eólicos

As garantias dos projetos de biomassa e eólicos são estas: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia.

- **BNDES – Financiamento de empreendimento termelétrico**

As garantias dos projetos termelétricos são estas: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (c) penhor da totalidade das ações; (d) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (e) hipoteca dos terrenos urbanos de sua propriedade destinada à implantação do projeto; (f) conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; e (g) conta reserva em valor correspondente a 3 meses das despesas contratuais de operação e de manutenção.

- Banco do Nordeste do Brasil (BNB) - Financiamento de empreendimento solar

As garantias do projeto solar são estas: (a) penhor de direitos e créditos emergentes da concessão e de direitos creditórios dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (b) constituição de Conta Reserva de Operação e Manutenção, em valor equivalente a 25% do valor anual das despesas com O&M; (c) Cessão Fiduciária de Conta-Reserva; (d) conta reserva em valor mínimo equivalente a 4,09% do saldo devedor total do financiamento; (e) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (f) fiança corporativa da ENGIE Energias Complementares Participações Ltda.; (g) Contrato de Suporte de Acionistas celebrado com a ENGIE Energias Complementares Participações Ltda.

- Notas promissórias - Jaguara e Miranda

As notas promissórias eram garantidas por aval prestado pela controladora ENGIE Brasil Energia, compreendendo todas as obrigações principais e acessórias assumidas.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia e pelas controladas Jaguara e Miranda. Em 31.12.2019, 31.12.2018 e 31.12.2017, a Companhia possuía vigentes estas emissões:

				Condições de Pagamento		Valores em R$ milhões		
	Quantidade	Remuneração	Garantia	Juros / Variação Monetária	Principal	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Controladora								
5ª Emissão -Série única	165.000	IPCA + 6,3% a.a.	Sem garantia	Anualmente em dezembro	3 parcelas anuais a partir de 12.2022	216	207	199
6ª Emissão -Série 1	246.600	IPCA + 6,2621% a.a.	Sem garantia	Anualmente em julho	3 parcelas anuais a partir de 07.2021	282	271	260
6ª Emissão -Série 2	353.400	IPCA + 6,2515% a.a.	Sem garantia	Anualmente em julho	3 parcelas anuais a partir de 07.2024	403	387	371
7ª Emissão - Série 1	515.353	IPCA + 5,6579% a.a.	Sem garantia	Anualmente em julho	2 parcelas anuais a partir de 07.2024	542	519	-
7ª Emissão - Série 2	231.257	IPCA + 5,9033% a.a.	Sem garantia	Anualmente em julho	3 parcelas anuais a partir de 07.2026	243	233	-
8ª Emissão – Série única	2.500.000	102,1% do CDI	Sem garantia	11.2020	11.2020	977	-	-
9ª Emissão – Série 1	576.095	IPCA + 3,7000% a.a.	Sem garantia	Anualmente a partir de 07.2021	2 parcelas anuais a partir de 07.2025	584	-	-
9ª Emissão – Série 2	539.678	IPCA + 3,9000% a.a.	Sem garantia	Anualmente a partir de 07.2021	3 parcelas anuais a partir de 07.2027	547	-	-
9ª Emissão – Série 3	378.827	IPCA + 3,6000% a.a.	Sem garantia	Semestralmente a partir de 07.2021	2 parcelas anuais a partir de 07.2025	384	-	-
9ª Emissão – Série 4	105.400	IPCA + 3,7000% a.a.	Sem garantia	Semestralmente a partir de 07.2021	3 parcelas anuais a partir de 07.2027	107	-	-
Controladas								
1ª Emissão - Série 1	782.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com *swap* para IPCA + 4,47% a.a.	Garantia real	Semestralmente a partir de 12.2018	9 parcelas semestrais a partir de 06.2019	601	778	-
1ª Emissão - Série 2	1.020.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Garantia real	Semestralmente a partir de 12.2018	15 parcelas semestrais a partir de 06.2020	1.057	1.015	-

Informações adicionais sobre as debêntures

- Quinta emissão de debêntures - Série única

Em dezembro de 2014, a Companhia emitiu 165.000 debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, de série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R$ 1 mil, perfazendo na data de emissão, o montante total de R$ 165 milhões. Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 6,3% a.a., incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento dessa remuneração é anual, tendo ocorrido o primeiro em 15.12.2015. O principal será amortizado em 3 parcelas anuais, nas datas de 15.12.2022, 15.12.2023 e 15.12.2024. A liquidação da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 23.12.2014 e os recursos obtidos destinaram-se à modernização das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Passo Fundo.

- Sexta emissão de debêntures – Séries 1 e 2

Em julho de 2016, a Companhia emitiu 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, de espécie quirografária, com valor nominal de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 600 milhões, totalizando R$ 586 milhões, líquido dos custos de captação. Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 6,2621% a.a. e 6,2515% a.a. para as Séries 1 e 2, respectivamente, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. Os pagamentos ocorrerão em 3 parcelas anuais, sendo que o primeiro será a partir de julho de 2021 e julho de 2024 para as Séries 1 e 2, respectivamente. Os recursos obtidos destinaram-se à implantação da Usina Termelétrica Pampa Sul.

- Sétima emissão de debêntures – Séries 1 e 2

Em julho de 2018, a Companhia emitiu 746.610 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, de espécie quirografária, nos termos da Instrução CVM n° 400/2003, com valor nominal de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 747 milhões (R$ 728 milhões, líquidos dos custos de captação). Estas debêntures são atualizadas pelo IPCA e rendem juros remuneratórios correspondentes a 5,6579% a.a. e 5,9033% a.a. para as Séries 1 e 2, respectivamente, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado. O pagamento da remuneração ocorre anualmente e a amortização do principal da Série 1 ocorrerá em 2 parcelas anuais, nas datas de 15.07.2024 e 15.07.2025 e da Série 2 em 3 parcelas anuais, nas datas de 15.07.2026, 15.07.2027 e 15.07.2028. A liquidação da oferta ocorreu em 25.07.2018 e os recursos obtidos destinaram-se a implementação do Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I e ao refinanciamento de parte das notas promissórias de Jaguara e Miranda.

- Oitava emissão de debêntures – Série única

Em maio de 2019, ocorreu a emissão de 2.500.000 debêntures simples (8ª emissão), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, nos termos da Instrução CVM n° 476/2009, com valor nominal unitário de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 2.500 milhões (R$ 2.487 milhões, líquidos dos custos de captação). A liquidação financeira se deu em 21.05.2019. Em 09.08.2019 houve o pagamento antecipado de parte destas debêntures, no montante de R$ 1.571 milhões, sendo R$ 1.535 milhões referente ao valor de principal. Os recursos obtidos destinaram-se à formação de capital de giro para financiar a implementação do plano de negócios da Companhia.

- Nona emissão de debêntures – Séries 1, 2, 3 e 4

Em 15.07.2019, ocorreu a emissão de 1.600.000 debêntures simples (9ª emissão), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública da Companhia, nos termos da Instrução CVM n° 400, de 29.12.2003, com valor nominal unitário de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 1.600 milhões (R$ 1.578 milhões, líquidos dos custos de captação). A liquidação financeira se deu em 07.08.2019 e os recursos obtidos destinaram-se à implementação dos projetos UFV Assú V, Umburanas, UHE Jaguara, UHE Miranda".

- Primeira emissão debêntures – Séries 1 e 2 - Controladas

Em junho de 2018, as controladas diretas Jaguara e Miranda emitiram 1.117.000 e 685.000 debêntures, respectivamente, em duas séries, com esforços restritos, com valor nominal de R$ 1 mil, perfazendo o montante total de R$ 1.117 milhões e de R$ 685 milhões, respectivamente. Estas debêntures são remuneradas a 107% da taxa CDI e IPCA + 6,4962% a.a. para as Séries 1 e 2, respectivamente. O pagamento da remuneração ocorre semestralmente a partir de 12.2018. A amortização do principal relativa a Série 1 se realizará em 9 parcelas semestrais a partir de 06.2019 e a Série 2 em 15 parcelas semestrais a partir de 06.2020. Os recursos obtidos destinaram-se ao pagamento antecipado de parte do montante captado por meio de notas promissórias.

Para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros do principal e juros das debêntures contra a variação da taxa DI, em 19.12.2018 foram contratadas operações de *swap* com o Banco Itaú BBA à taxa de IPCA + 4,47% a.a.

Em função das características do referido instrumento financeiro, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o seu registro contábil. Dessa forma, tanto as debêntures objeto do *hedge* quanto o instrumento de *hedge* (*swap*) são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

O grau de subordinação das dívidas está demonstrado a seguir: (i) financiamentos com garantia real; (ii) empréstimos com garantia quirografária e (iii) títulos de dívida com garantia quirografária.

São consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por garantia real, assim entendidas a fiança bancária, o penhor, dentre outras garantias reais.

São consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias.

Adicionalmente, em caso de uma eventual situação de recuperação judicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei n° 11.101/05, e suas alterações posteriores, para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

a) Empréstimos e financiamentos

A Companhia está sujeita aos seguintes compromissos contratuais (*covenants*) – índices e limites financeiros – estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	***Covenants***
Controladora:	
BNDES – Modernização	Controladora: Dívida líquida/Ebitda ajustado ≤ 3,5
Nordic Investment Bank	Controladora: Dívida total/Ebitda ajustado ≤ 3,5
	Consolidado: Dívida total/Ebitda ajustado ≤ 4,5
	Controladora e Consolidado: Ebitda ajustado/despesas financeiras ≥ 2,0
HSBC France, Scotiabank, Bank of Tokyo e BNP Paribas	Consolidado: Ebitda ajustado/despesas financeiras ≥ 2,0
	Consolidado: Dívida bruta /Ebitda ajustado ≤ 4,5
Controladas:	
BNDES e Repasse BNDES (Bancos)	Índice de cobertura do serviço da dívida[4] ≥ 1,1 ou ≥ 1,2 ou ≥1,3, dependendo da controlada
BNDES Ampliação	Dívida líquida/Ebitda ajustado ≤ 3,5
BNDES – CEE (Obrigação da Interveniente)	Dívida bruta/Ebitda ajustado ≤ 3,5
BNDES – Ibitiúva	Índice de endividamento geral ≤ 0,80
	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

A Companhia, na condição de controladora e garantidora do financiamento da CEE com o BNDES, precisa cumprir este índice financeiro: Dívida consolidada/EBITDA ajustado ≤ 3,5.

Os financiamentos contratados junto ao BNDES são formalizados mediante a celebração de contratos de financiamento por meio da abertura de linha de crédito e estão sujeitos às disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

Nos termos dessas disposições, adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela anteriormente apresentada, os tomadores de empréstimo não podem, sem a prévia autorização do BNDES: (i) conceder preferência a outros créditos; (ii) realizar amortização de ações; (iii) emitir debêntures; (iv) emitir partes beneficiárias; (v) assumir novas dívidas, observadas as ressalvas expressamente previstas nas disposições aplicáveis aos contratos do BNDES; (vi) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente; e (vii) distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, em algumas controladas.

[4] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Adicionalmente, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, nas hipóteses de inadimplemento das obrigações assumidas perante o mesmo pela empresa beneficiária do crédito, suas subsidiárias, intervenientes, ou entidade integrante do Grupo Econômico ao qual a empresa pertença. Outra hipótese de vencimento antecipado é quando ocorre modificações do controle efetivo, direto ou indireto da empresa beneficiária do crédito sem a autorização previa do banco. Além destes, outros eventos que afetem a capacidade de operação do projeto, ou que afetem as garantias cedidas ao banco, habitualmente são também hipóteses de vencimento antecipado.

Ainda, itens mais abrangentes como sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente também são situações que implicam em vencimento antecipado destes tipos de instrumentos financeiros.

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas.

As notas promissórias, cujo pagamento se deu em 2018, não estavam sujeitas ao cumprimento de *covenants*.

b) Debêntures

	Dívida	***Covenants***
Controladora	5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões	(i)Consolidado: Ebitda/despesas financeiras ≥ 2,0 (ii)Consolidado: Dívida bruta/Ebitda ≤ 4,5
Controladas	1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,10

Adicionalmente aos compromissos financeiros descritos na tabela, nos termos das escrituras de emissão das debêntures, a Companhia não pode incorrer nas condicionantes descritas a seguir, sob pena de vencimento antecipado, estando elencados os itens de maior restrição nas emissões de debêntures ativas na Companhia: (i) inadimplemento por prazo superior a 2 dias úteis de obrigações pecuniárias previstas na escritura de emissão das debêntures; (ii) descumprimento de obrigação não pecuniária por prazo superior a 10 dias úteis, ou na hipótese de notificação remetida pelo Agente Fiduciário, após 5 dias úteis da referida comunicação, conforme previsto na escritura de emissão das debêntures; (iii) não pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias que, individual ou em conjunto, sejam iguais ou superiores a R$ 100 milhões para a 5ª e 6ª emissões, R$ 120 milhões para a 7ª, 8ª e 9ª emissões e R$ 50 milhões para as controladas; (iv) vencimento antecipado de qualquer dívida cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$ 100 milhões para a 5ª e 6ª emissões, R$ 120 milhões para a 7ª, 8ª e 9ª emissões e R$ 50 milhões para as controladas; (v) protesto de títulos de responsabilidade da Companhia ou qualquer de suas controladas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$ 100 milhões para a 5ª e 6ª emissões, R$ 120 milhões para a 7ª, 8ª e 9ª emissões e R$ 50 milhões para as controladas, não sanado em 5 dias úteis do recebimento da notificação de protesto; (vi) liquidação, dissolução, extinção ou qualquer forma de reorganização societária das controladas da Companhia e da própria Companhia, exceto se a(s) sociedade(s) sucessória(s) forem, também, controladas, direta ou indiretamente, por empresa do grupo econômico no qual a Companhia está inserida e seus ativos sejam mantidos no grupo econômico da Companhia e cumulativamente não acarrete em redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s Fitch, ou nota equivalente pela Moodys; (vii) pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência ou qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia ou de suas controladas; (viii) requerimento ou

decretação de falência da Companhia ou de suas controladas, exceto se tal requerimento for contestado e houver comprovação de depósito elisivo no prazo legal, se aplicável; (ix) cisão, fusão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária da Companhia, exceto se: (ix.i) a alteração for aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas; (ix.ii) for garantido o direito de resgate aos debenturistas que não concordarem com a reorganização; ou (ix.iii) a sociedade sucessora for controlada, direta ou indiretamente, por empresa do mesmo grupo econômico da Companhia e seus ativos sejam mantidos no grupo econômico da Companhia e cumulativamente não acarrete em redução da classificação de risco da Companhia abaixo de AA (duplo A), em escala local, pela Standard & Poor´s Fitch, ou nota equivalente pela Moodys; (x) alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia, exceto se tal alteração não acarretar em redução da classificação de risco da Companhia; (xi) alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, e que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Companhia; (xii) intervenção ou perda da concessão/autorização que represente mais de 25% de sua capacidade instalada, e que comprovadamente afete a capacidade econômico financeira da Companhia para as emissões da Companhia e perda do Contrato de Concessão, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de ciência de qualquer desses eventos, a Emissora comprove que houve decisão favorável à reversão do cancelamento, suspensão, revogação, encampação, caducidade ou extinção ou obteve medida liminar garantindo a continuidade da prestação dos serviços e desde que referida liminar não seja cassada para as controladas; (xiii) transformação do tipo societário da Companhia; (xiv) redução do capital social da Companhia, exceto se aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas; (xv) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures; (xvi) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros dos direitos e das obrigações assumidas com a emissão das debêntures, sem que haja a prévia autorização dos debenturistas; (xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorização, concessões, subvenções, alvarás ou licenças necessárias para o exercício das atividades da Companhia que implique na interrupção ou suspensão de 25% da capacidade de geração da Companhia e cause um efeito significativo na capacidade da Companhia cumprir com as obrigações advindas da Escritura de emissão das debêntures; (xviii) não cumprimento de qualquer decisão judicial, administrativa ou sentença judicial, transitada em julgado e que não caiba recurso ou sentença arbitral não sujeita a recurso, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$ 100 milhões para a 5ª e 6ª emissões, R$ 120 milhões para a 7ª, 8ª e 9ª emissões e R$ 50 milhões para as controladas; (xix) não manutenção de classificação de risco corporativo igual ou superior a AA, em escala local, pela Standard & Poor's, Fitch ou nota equivalente pela Moody's; e (xx) não utilização dos recursos provenientes da emissão das debêntures conforme descrito na Escritura de emissão da mesma.

Os *covenants* financeiros e restrições estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não existem valores relevantes a serem sacados pela Companhia ou suas controladas em 31.12.2019.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Análise comparativa entre os resultados relativos aos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

Valores em R$ milhões	2019	% da receita	2018	% da receita	2019 *versus* 2018 (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**9.804**	**100**	**8.795**	**100**	**11,5**
Custos operacionais					
Compras de energia	(2.666)	(27,2)	(2.325)	(26,4)	14,7
Transações no mercado de energia de curto prazo	(428)	(4,4)	(574)	(6,5)	(25,4)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(514)	(5,2)	(461)	(5,2)	11,5
Outros custos operacionais	(2.016)	(20,6)	(1.491)	(17,0)	35,0
Custo dos serviços prestados	(29)	(0,2)	(25)	(0,3)	16,0
	(5.653)	**(57,6)**	**(4.876)**	**(55,4)**	**15,9**
LUCRO BRUTO	**4.151**	**42,4**	**3.919**	**44,6**	**5,9**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(27)	(0,3)	(7)	(0,1)	285,7
Despesas gerais e administrativas	(226)	(2,3)	(201)	(2,3)	12,4
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(5)	(0,1)	(39)	(0,4)	(87,2)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	320	3,3	(4)	(0,1)	(8.100,0)
	62	**0,6**	**(251)**	**(2,9)**	**(124,7)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS TRIBUTOS	**4.213**	**43,0**	**3.668**	**41,7**	**14,9**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	147	1,5	155	1,8	(5,2)
Despesas financeiras	(1.353)	(13,8)	(854)	(9,8)	58,4
	(1.206)	**(12,3)**	**(699)**	**(8,0)**	**72,5**
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	81	0,8	(1)	0,0	(8.200,0)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**3.088**	**31,5**	**2.968**	**33,7**	**4,0**
Imposto de renda e contribuição social	(777)	(7,9)	(653)	(7,4)	19,0
LUCRO LÍQUIDO	**2.311**	**23,6**	**2.315**	**26,3**	**(0,2)**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	**2,83**		**2,84**		

Receita operacional líquida

Na comparação entre os anos, a receita operacional líquida passou de R$ 8.795 milhões em 2018 para R$ 9.804 milhões em 2019, ou seja, elevação de R$ 1.009 milhões. Essa variação decorre dos seguintes efeitos: (i) R$ 494 milhões de elevação decorrentes das operações de *trading* de energia; (ii) R$ 333 milhões de aumento no segmento de geração e venda de energia elétrica do portfólio da Companhia, motivado, substancialmente, por (ii.i) acréscimo de R$ 383 milhões decorrentes de maior quantidade de energia vendida; (ii.ii) R$ 203 milhões correspondentes ao aumento do preço médio líquido de venda; (ii.iii) R$ 43 milhões de aumento na remuneração dos ativos financeiros relativos à parcela do pagamento pela outorga das concessões das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda; e (ii.iv) R$ 5 milhões de acréscimo nas receitas de Gestão de Ativos de Geração (GAG) de Jaguara e Miranda. Esses acréscimos foram parcialmente atenuados por: (ii.v) redução nas transações realizadas no mercado de curto prazo, no montante de R$ 224 milhões; e (ii.vi) decréscimo de R$ 74 milhões de receitas relativas à indenização por interrupção de negócios, motivada por sinistros, e a cobrança de multa contratual por indisponibilidade; (iii) R$ 121 milhões de aumento relacionado ao segmento de transmissão; e (iv) R$ 61 milhões de acréscimo relativo à receita de venda e instalação de painéis solares, a qual passou a ser consolidada em agosto de 2018. As variações observadas nos itens (ii.i), (ii.ii) e (ii.v), foram impactadas pelo acréscimo de R$ 574,3 milhões, motivado pela entrada em operação comercial de Pampa Sul, Campo Largo - Fase I e Umburanas – Fase I. Desconsiderando-se esse efeito, assim como o efeito da transação não recorrente destacada no item (ii.vi), a receita operacional líquida do segmento de geração e venda de energia elétrica do portfólio da Companhia reduziu R$ 167,7 milhões (2,1%), na comparação entre os anos de 2018 e 2019.

Geração e venda de energia do portfólio

- Preço médio líquido de venda

O preço médio de venda de energia, líquido dos encargos sobre a receita foi de R$ 189,45/MWh, 4,5% superior ao praticado em 2018, que foi de R$ 181,23/MWh. Esses preços não incluem as operações de *trading* de energia que a Companhia passou a realizar a partir de janeiro de 2018.

A elevação do preço foi motivada, substancialmente, pela correção monetária dos contratos vigentes e por novas contratações via comercializadoras, que apresentaram preços médios superiores aos contratos finalizados e existentes, parcialmente atenuada pelo menor preço médio no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), de contratos cujo início do suprimento ocorreu a partir do primeiro trimestre de 2019, e por novas contratações via consumidores livres com preços médios inferiores aos contratos existentes.

- Volume de vendas

Em 2019, o volume de venda de energia foi de 37.925 GWh (4.329 MW médios), contra 36.411 GWh (4.157 MW médios) registrados em 2018, acréscimo de 1.514 GWh (172 MW médios) ou 4,1%. Esses volumes não incluem as operações de *trading* de energia.

O aumento no volume de vendas foi resultante, substancialmente, da elevação das vendas para distribuidoras decorrente do início do atendimento a leilões de energia nova a partir do primeiro trimestre de 2019 e da entrada em operação comercial da Usina Termelétrica Pampa Sul no final do segundo trimestre de 2019, cuja energia é destinada também ao atendimento de leilões de energia nova, parcialmente atenuada pela redução observada no consumo de clientes livres.

Custos operacionais

Em 2019, os custos operacionais atingiram R$ 5.653 milhões, superando em R$ 777 milhões os custos de 2018, de R$ 4.876 milhões. Esta variação foi reflexo dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 531 milhões nos custos de operações de *trading* de energia; (ii) acréscimo de R$ 106 milhões de custos no segmento de transmissão; (iii) incremento, no ano de 2019, de R$ 77 milhões em relação ao ano de 2018 nos custos do segmento de geração e venda de energia do portfólio da Companhia; e (iv) aumento de R$ 63 milhões de custos de venda e instalação de painéis apurados pela EGSD, os quais passaram a ser consolidados em agosto de 2018. Da variação observada no item (iii), destaca-se o acréscimo de R$ 429,7 milhões, motivado pela entrada em operação comercial de Pampa Sul, Campo Largo - Fase I e Umburanas – Fase I. Desconsiderando-se esse efeito, os custos operacionais do segmento de geração e venda de energia elétrica do portfólio da Companhia reduziram, em 2019, R$ 352,6 milhões (8,4%), em relação ao ano de 2018.

Tais variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

Valores em R$ milhões	Custos por Segmento em 31 de dezembro de 2019				
	Geração	Trading	Transmissão	Painéis solares	Consolidado
Compras de energia	1.562	1.090	-	-	2.652
Perdas não realizadas em operações de *trading*	-	14	-	-	14
Transações no mercado de curto prazo	421	7	-	-	428
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	514	-	-	-	514
Combustíveis para geração	173	-	-	-	173
Royalties	131	-	-	-	131
Pessoal	255	-	-	10	265
Materiais e serviços de terceiros	277	-	-	16	293
Depreciação e amortização	844	-	-	-	844
Seguros	66	-	-	-	66
Custos de construção	-	-	152	-	152
Custo da venda de painéis solares	-	-	-	71	71
Outros custos operacionais, líquidos	51	-	-	(1)	50
Custos operacionais	**4.294**	**1.111**	**152**	**96**	**5.653**

Valores em R$ milhões	Custos por Segmento em 31 de dezembro de 2018				
	Geração	Trading	Transmissão	Painéis solares	Consolidado
Compras de energia	1.747	578	-	-	2.325
Perdas não realizadas em operações de *trading*	-	-	-	-	-
Transações no mercado de curto prazo	572	2	-	-	574
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	461	-	-	-	461
Combustíveis para geração	152	-	-	-	152
Royalties	123	-	-	-	123
Pessoal	218	-	-	4	222
Materiais e serviços de terceiros	198	-	-	5	203
Depreciação e amortização	650	-	-	-	650
Seguros	40	-	-	-	40
Custos de construção	-	-	45	-	45
Custo da venda de painéis solares	-	-	-	23	23
Outros custos operacionais, líquidos	56	-	-	2	58
Custos operacionais	**4.217**	**580**	**45**	**34**	**4.876**

Valores em R$ milhões	Custos por Segmento - 2019 *versus* 2018				
	Geração	Trading	Transmissão	Painéis solares	Consolidado
Compras de energia	(185)	512	-	-	327
Perdas não realizadas em operações de *trading*	-	14	-	-	14
Transações no mercado de curto prazo	(151)	5	-	-	(146)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	53	-	-	-	53
Combustíveis para geração	21	-	-	-	21
Royalties	8	-	-	-	8
Pessoal	37	-	-	6	43
Materiais e serviços de terceiros	79	-	-	11	90
Depreciação e amortização	194	-	-	-	194
Seguros	26	-	-	-	26
Custos de construção	-	-	107	-	107
Custo da venda de painéis solares	-	-	-	48	48
Outros custos operacionais, líquidos	(5)	-	-	(3)	(8)
Custos operacionais	**77**	**531**	**107**	**62**	**777**

Geração e venda de energia do portfólio

- Compras de energia: redução de R$ 185 milhões nessas operações, substancialmente motivada pelos seguintes eventos: (i) R$ 281 milhões — decréscimo de 1.678,9 GWh (192 MW médios) na quantidade comprada; e (ii) R$ 96 milhões — acréscimo de 6,5% no preço médio líquido de compras, que foi de R$ 167,09/MWh em 2018 para R$ 178,00/MWh em 2019.

O acréscimo observado no preço médio líquido de compra foi motivado, principalmente, pela correção monetária do período. O decréscimo no volume de compras foi motivado, em especial, pela ampliação do parque gerador, com a entrada em operação comercial de Campo Largo — Fase I e Umburanas — Fase I.

- Transações no mercado de energia de curto prazo: Na comparação anual, os custos foram inferiores em R$ 151 milhões.

- Encargos de uso da rede elétrica e de conexão: elevação de R$ 53 milhões, dos quais R$ 44 milhões são oriundos das entradas em operação comercial de Campo Largo — Fase I, Umburanas — Fase I e Pampa Sul. Adicionalmente, o efeito do reajuste anual das tarifas de transmissão e distribuição também contribuíram ao acréscimo observado.

- Combustíveis para produção de energia elétrica: houve acréscimo de R$ 21 milhões entre 2018 e 2019, motivado, substancialmente, pelo consumo de combustível oriundo da entrada em operação comercial da Usina Termelétrica Pampa Sul, em junho de 2019, no montante de R$ 54 milhões e pelos efeitos do reajuste anual do custo com combustíveis de R$ 24 milhões. Esses efeitos foram parcialmente atenuados pelo reconhecimento em 2018 de custo adicional oriundo de acordo judicial com fornecedor de gás natural de R$ 23 milhões na Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), e pela redução no consumo anual de combustíveis na Usina Termelétrica Jorge Lacerda, no montante de R$ 9 milhões. Desconsiderando o efeito da entrada em operação comercial da Pampa Sul e do custo adicional da UTWA, o custo com combustíveis apresentaria decréscimo de R$ 9 milhões.

- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): Na comparação anual, houve aumento de R$ 8 milhões, refletindo, principalmente, a maior geração das usinas hidrelétricas em 2019 e o reajuste de 4,5% da Tarifa Atualizada de Referência (TAR) em 2019.

- Pessoal: elevação de R$ 37 milhões na comparação entre 2019 e 2018, resultantes, substancialmente, das novas contratações e redução dos custos capitalizados com pessoal durante a execução das obras de construção de Pampa Sul, Campo Largo - Fase I e Umburanas – Fase I. Estas usinas promoveram acréscimo de R$ 21 milhões. Desconsiderando o efeito decorrente de Pampa Sul, Campo Largo - Fase I e Umburanas – Fase I, houve acréscimo de R$ 16 milhões entre 2019 e 2018. Os principais impactos foram o reajuste anual e novas contratações.

- **Material e serviços de terceiros:** elevação de R$ 79 milhões na comparação anual, resultante, substancialmente, do acréscimo de R$ 57 milhões nos custos de operação e manutenção decorrentes de novos contratos oriundos da entrada em operação de Pampa Sul, Campo Largo - Fase I e Umburanas – Fase I e nos custos de manutenção das usinas Jaguara e Miranda, relacionados à GAG melhorias, de R$ 14 milhões. Desconsiderando esses efeitos, os custos com material e serviços de terceiros sofreram acréscimo de R$ 8 milhões, motivado, substancialmente, pela correção monetária dos contratos vigentes no período.

- Depreciação e amortização: aumento de R$ 194 milhões, dos quais R$ 158 milhões são em decorrência, sobretudo, da entrada em operação comercial de Pampa Sul, Campo Largo - Fase I e Umburanas – Fase I e R$ 36 milhões provenientes, substancialmente, das grandes manutenções realizadas no parque gerador da Companhia a partir do segundo semestre de 2018.

- Seguros: acréscimo de R$ 26 milhões, dos quais R$ 8 milhões decorreram da inclusão da cobertura de seguro das usinas que entraram em operação comercial – Pampa Sul, Campo Largo - Fase I e Umburanas – Fase I e R$ 18 milhões em decorrência de aumento de prêmio na renovação da apólice de riscos operacionais em junho de 2019.

Painéis solares

O acréscimo foi motivado, principalmente, pelos seguintes efeitos: (i) elevação de R$ 48 milhões nos custos das vendas e instalação dos painéis solares; (ii) aumento de R$ 11 milhões nos custos com materiais e serviços de terceiros; e (iii) acréscimo de R$ 6 milhões nos custos com pessoal. Os aumentos foram motivados, substancialmente, pela aquisição integral da controlada EGSD ter ocorrido em agosto de 2018.

Resultado Operacional do Segmento de Trading de Energia

O resultado bruto apresentou redução de R$ 37 milhões, passando de lucro de R$ 35 milhões em 2018 para prejuízo de R$ 2 milhões em 2019. Essa variação foi motivada pelos seguintes efeitos negativos: (i) R$ 34 milhões decorrentes da marcação a mercado; e (ii) R$ 3 milhões oriundos do resultado das transações no mercado de energia de curto prazo.

Resultado Operacional do Segmento de Transmissão de Energia

- Receita de Transmissão: O acréscimo observado entre 2018 e 2019 foi de R$ 121 milhões, dos quais: (i) R$ 108 milhões correspondem ao incremento na receita de construção; e (ii) R$ 13 milhões decorrem do acréscimo na remuneração do ativo de contrato

- Custos de Construção: O custo de construção apresentou acréscimo de R$ 107 milhões, entre os anos comparados, respectivamente, relacionados aos custos da construção da infraestrutura do Sistema de Transmissão Gralha Azul, em contrapartida ao registro da receita de implementação da infraestrutura, apurada com base nos custos incorridos, além da margem bruta destinada a cobrir os custos de gestão da construção. Os acréscimos foram motivados pelo avanço na execução das obras do Sistema de Transmissão Gralha Azul.

Detalhamento das operações de curto prazo

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo objetivo principal é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal, portanto, de curto prazo, dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas à PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados numa fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Assim, permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada (GSF — *Generation Scaling Factor*), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado "risco de submercado"; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2019, o resultado líquido, fruto de transações de curto prazo, foi positivo em R$ 279 milhões, decréscimo de R$ 76 milhões em relação ao resultado também positivo de R$ 355 milhões do ano de 2018, sendo R$ 73 milhões no resultado das transações no segmento de geração e venda de energia do portfólio e R$ 3 milhões no resultado das transações de *trading* de energia.

Essa redução é reflexo, principalmente, da combinação dos seguintes eventos: (i) redução de operações de curto prazo e da posição vendedora na CCEE, em virtude da estratégia de alocação dos recursos hídricos, aliada à ativa gestão do portfólio; (ii) menor impacto negativo do Fator de Ajuste do MRE (GSF) — já deduzido dos efeitos da repactuação do risco hidrológico; (iii) efeito negativo proveniente da diferença de preços entre os submercados Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste entre os anos em análise; (iv) maior geração termelétrica entre os períodos analisados; e (v) aumento da receita no MRE.

Em dezembro de 2018, a Aneel estabeleceu os limites máximo e mínimo do PLD para o ano de 2019 em R$ 513,89/MWh e R$ 42,35/MWh, respectivamente. A tabela a seguir apresenta os valores médios do PLD para os submercados nos quais a Companhia atua, por MWh.

PLD médio em R$/MWh	2018	2019	Var. (%)
Sul	287,73	227,10	(21,1%)
Sudeste/Centro-Oeste	287,73	227,10	(21,1%)
Nordeste	273,90	166,73	(39,1%)

Receitas (despesas) operacionais

- Despesas com vendas, gerais e administrativas : em bases anuais, as despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram R$ 45 milhões entre 2018 e 2019, saindo de R$ 208 milhões em 2018 para R$ 253 milhões em 2019, motivadas pela combinação dos seguintes itens: (i) acréscimo de R$ 39 milhões oriundos do segmento de geração e venda de energia do portfólio da Companhia, substancialmente motivado pelos seguintes efeitos: (i.i) aumento de R$ 18 milhões nas despesas com pessoal; (i.ii) registro de efeito não recorrente originado da recuperação de créditos de PIS e Cofins, em 2018, incidentes sobre a aquisição de determinados materiais e serviços de terceiros, no montante de R$ 10 milhões; e (i.iii) R$ 6 milhões de incremento nas despesas com materiais e serviços; (ii) aumento de R$ 5 milhões oriundos do segmento de venda e instalação de painéis solares; e (iii) R$ 1 milhão oriundo do segmento de *trading* de energia.

O segmento de venda e instalação de painéis solares passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis da Companhia em agosto de 2018.

Os acréscimos nas despesas com vendas, gerais e administrativas foram consequência, substancialmente, (i) do crescimento da capacidade operacional da Companhia, com acréscimo de 8,8% na capacidade instalada entre os anos de 2018 e 2019, passando de 8.004,8 MW em 31 de dezembro de 2018 para 8.710,5 MW em 31 de dezembro de 2019; (ii) da nova dinâmica do mercado, pautada na transição energética e na ampliação do acesso ao mercado livre; e (iii) dos efeitos da inflação nos contratos vigentes e nas despesas com pessoal entre os períodos analisados. Esses efeitos foram parcialmente atenuados por reduções em determinadas despesas, tendo em vista que a Companhia envida esforços para buscar a otimização das despesas.

- Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: Em base anual, as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, apresentaram efeito positivo de R$ 324 milhões entre 2018 e 2019, sendo que em 2019 a Companhia reconheceu outras receitas operacionais, líquidas, no montante de R$ 320 milhões, enquanto em 2018 houve reconhecimento de outras despesas operacionais, líquidas, no montante de R$ 4 milhões. Essa variação foi motivada, substancialmente, pelo reconhecimento, no 3° trimestre de 2019, de outras receitas operacionais oriundas de indenizações recebidas por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção da Usina Termelétrica Pampa Sul, principalmente relacionados ao atraso na conclusão da obra, no montante de R$ 321 milhões. O valor recebido está estipulado em contrato e foi apurado a partir do produto entre a quantidade de dias em atraso na entrega da obra e um valor fixo diário. Esse valor foi apurado de forma a compensar a Companhia pelo resultado não auferido em consequência de atraso na conclusão da obra.

Resultado financeiro

Receitas financeiras: No comparativo entre os anos, as receitas financeiras reduziram R$ 8 milhões, passando de R$ 155 milhões em 2018 para R$ 147 milhões em 2019. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) redução de R$ 17 milhões nos juros sobre contas a receber, principalmente, sobre valores na CCEE; e (ii) acréscimo de R$ 10 milhões na receita com aplicações financeiras, em razão do maior volume de recursos investidos, parcialmente atenuado pela queda na taxa de juros.

Despesas financeiras: Em base anual, as despesas aumentaram de R$ 854 milhões em 2018 para R$ 1.353 milhões em 2019, ou seja, R$ 499 milhões, resultado da combinação, principalmente, dos mesmos efeitos comentados no item acima, sendo os principais impactos promovidos pelo: (i) aumento de R$ 380 milhões nos juros e de R$ 69 milhões na variação monetária e ajuste a valor justo sobre dívidas, e (ii) elevações de R$ 30 milhões nos juros e R$ 14 milhões na correção monetária sobre as concessões a pagar.

Resultado de Equivalência Patrimonial – Transporte de Gás

Em 13 de junho de 2019, a controlada em conjunto Aliança Transportadora de Gás S.A. (Aliança) adquiriu 90% da participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG. A Companhia possuía 32,5% de participação societária direta na controlada em conjunto, Aliança e, portanto, 29,25% de participação societária indireta na TAG. Em 2 de setembro de 2019, a TAG realizou a incorporação da Aliança. A partir desta data, a Companhia passou a possuir 29,25% de participação societária direta na TAG.

Em 2019, a Companhia reconheceu resultado positivo de equivalência patrimonial, no montante de R$ 81 milhões, sendo (i) R$ 273 milhões de resultado positivo oriundo da controlada em conjunto TAG, consequência da combinação dos seguintes efeitos: (i.i) R$ 779 milhões relativos ao Ebitda positivo; (i.ii) R$ 258 milhões de depreciação e amortização, dos quais R$ 86 milhões referem-se à amortização da mais-valia resultante da incorporação reversa da Aliança; (i.iii) R$ 160 milhões de despesas financeiras, líquidas, impactadas pelos empréstimos captados pela Aliança anteriormente à incorporação; e (i.iv) R$ 88 milhões relativos à despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; e (ii) R$ 192 milhões de resultado negativo oriundo da controlada em conjunto Aliança até agosto de 2019 (anteriormente à incorporação), decorrente substancialmente, da combinação dos seguintes efeitos: (ii.i) resultado financeiro negativo de R$ 106 milhões, motivado, principalmente, pelos encargos da dívida; (ii.ii) amortização da mais-valia originada na aquisição do controle compartilhado da TAG, no montante de R$ 58 milhões; (ii.iii) despesas não recorrentes de R$ 45 milhões referentes a assessorias financeira, jurídica, tributária, societária, regulatória, entre outras, vinculadas ao desenvolvimento do projeto de aquisição da TAG; (ii.iv) efeito positivo nas despesas com IR/CSLL no montante de R$ 20 milhões; e (ii.v) outras despesas gerais e administrativas de R$ 3 milhões.

A TAG é uma controlada em conjunto da EBE, motivo pelo qual não é consolidada nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo seus efeitos reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

No acumulado do ano, essas despesas aumentaram R$ 124 milhões, passando de R$ 653 milhões em 2018 para R$ 777 milhões em 2019, em decorrência, principalmente, do acréscimo do lucro antes dos tributos e das alterações realizadas em 2018 no regime de tributação de empresas controladas e pelo decréscimo do benefício resultante dos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas no ano de 2019, quando comparado aos valores creditados em 2018. A taxa efetiva de IR e CSLL em 2019 foi de 25,2%, superior em 3,2 pontos percentuais à taxa apurada em 2018, de 22,0%.

h2) Análise comparativa entre os resultados relativos aos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 preparadas de acordo com o IFRS e os CPC:

Valores em R$ milhões	2018	% da receita	2017	% da receita	2018 *versus* 2017 (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**8.795**	**100**	**7.010**	**100**	**25,5**
Custos operacionais					
Compras de energia	(2.325)	(26,4)	(1.746)	(24,9)	33,2
Transações no mercado de energia de curto prazo	(574)	(6,5)	(360)	(5,1)	59,4
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão	(461)	(5,2)	(423)	(6,0)	9,0
Custo de produção de energia elétrica	(1.491)	(17,0)	(1.444)	(20,6)	3,3
Custo dos serviços prestados	(25)	(0,3)	(31)	(0,4)	(19,4)
	(4.876)	**(55,4)**	**(4.004)**	**(57,1)**	**21,8**
LUCRO BRUTO	**3.919**	**44,6**	**3.006**	**42,9**	**30,4**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(7)	(0,1)	(17)	(0,2)	(58,8)
Despesas gerais e administrativas	(201)	(2,4)	(179)	(2,6)	12,3
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(39)	(0,4)	(18)	(0,3)	116,7
Resultado na alienação de investimentos	-	-	57	0,8	(100,0)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(4)	-	4	0,1	(200,0)
	(251)	**(2,9)**	**(153)**	**(2,2)**	**64,1**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS E DOS TRIBUTOS	**3.668**	**41,7**	**2.853**	**40,7**	**28,6**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	155	1,8	223	3,2	(30,5)
Despesas financeiras	(854)	(9,7)	(450)	(6,4)	89,8
	(699)	**(7,9)**	**(227)**	**(3,2)**	**207,9**
Resultado de Participações Societárias					
Equivalência patrimonial	(1)	**-**	(2)	**-**	(50,0)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**2.968**	**33,8**	**2.624**	**37,5**	**13,1**
Imposto de renda e contribuição social	(653)	**(7,4)**	(619)	**(8,8)**	5,3
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.315**	**26,4**	**2.005**	**28,7**	**15,5**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS	**2,84**		**2,45**[5]		

[5] Em razão do aumento da quantidade de ações em 2018, por meio da bonificação de 163.185.548 novas ações ordinárias aos acionistas, o "Lucro por ação básico e diluído – em R$", relativo a 31.12.2017, foi reapresentado, com o objetivo de considerar a quantidade de ações ordinárias da Companhia em 31.12.2018 – 815.927.740.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida passou de R$ 7.010 milhões em 2017 para R$ 8.795 milhões em 2018, ou seja, elevação de R$ 1.785 milhões, ou 25,5%. Esse aumento decorreu, essencialmente, de: (i) R$ 723 milhões, decorrentes das operações de *trading* de energia, iniciadas em 2018; (ii) R$ 462 milhões, pelo aumento da receita nas operações realizadas no mercado de curto prazo; (iii) R$ 292 milhões, relativos à remuneração dos ativos financeiros e R$ 112 milhões resultantes da receita de GAG das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda; (iv) R$ 85 milhões, referentes, sobretudo, às receitas de indenização para compensação dos impactos negativos pela interrupção de negócios, motivada por sinistro na Usina Termelétrica Jorge Lacerda A e de cobrança de multas contratuais por atraso parcial em obra de modernização de uma das máquinas da Usina Hidrelétrica Salto Santiago e por indisponibilidade nas usinas do Conjunto Eólico Santa Mônica; (v) R$ 47 milhões, relacionados à receita de implementação de infraestrutura da linha de transmissão Gralha Azul; (vi) R$ 37 milhões, decorrentes da receita de venda de painéis fotovoltaicos para residências e empresas, por meio da controlada EGSD, cujo controle foi adquirido em agosto de 2018; (vii) R$ 20 milhões, pelo aumento do preço médio líquido de venda; e (viii) R$ 15 milhões, acréscimo decorrente de maior quantidade de energia vendida.

- Preço médio líquido de venda

O preço médio de venda de energia, líquido dos encargos sobre a receita, atingiu R$ 180,60/MWh em 2018, 0,1% superior ao obtido em 2017, cujo valor foi de R$ 180,39/MWh. Esses preços não incluem as operações de *trading*, que a Companhia passou a realizar a partir de janeiro de 2018. O ligeiro acréscimo do preço decorreu, substancialmente, da correção monetária dos contratos vigentes e de novos contratos de venda de energia para comercializadoras com preços superiores à média dos contratos existentes ou finalizados, efeitos atenuados pela redução do preço médio líquido da energia vendida à consumidores livres.

- Volume de vendas

Em 2018, o volume de venda de energia foi de 35.904 GWh (4.099 MW médios), contra 35.761 GWh (4.082 MW médios) registrados em 2017, acréscimo de 143 GWh (17 MW médios) ou 0,4%. Esses volumes não incluem as operações de *trading* de energia.

Os acréscimos decorrentes da entrada em operação comercial em 2018 do Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I e da venda da parcela de energia negociada no mercado livre das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda superaram os impactos da redução do volume de compras e da venda das Usinas Eólicas Beberibe, Pedra do Sal e da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Areia Branca, em outubro de 2017, resultando no ligeiro acréscimo de volume de vendas na comparação entre os anos.

Custos operacionais

Os custos da venda de energia e serviços atingiram R$ 4.876 milhões, 21,8%, ou R$ 872 milhões, a mais que em 2017, que foi de R$ 4.004 milhões. Tais variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- Compras de energia: acréscimo de R$ 579 milhões (33,2%) em relação a 2017, decorrente dos seguintes itens: (i) R$ 694 milhões — compras de 3.131 GWh (358 MW médios), destinados para operações de *trading* de energia; (ii) R$ 88 milhões — decréscimo de 532 GWh (61 MW médios) nas aquisições de energia para a gestão do portfólio; e (iii) R$ 27 milhões — redução de 1,6% no preço médio líquido de compras. A redução do preço médio líquido de compra entre os períodos analisados decorreu, substancialmente, em razão de queda de preço médio de contratos vigentes.

Desconsiderando os efeitos das operações de *trading* de energia, houve redução das compras de energia no montante de R$ 115 milhões (6,6%) no ano de 2018.

- Transações no mercado de energia de curto prazo: Entre os exercícios de 2017 e 2018, ocorreu aumento de R$ 214 milhões (59,4%) desses custos. Mais detalhes estão descritos a seguir em item específico.

- Encargos de uso da rede elétrica e de conexão: elevação de R$ 38 milhões (9,0%) entre os exercícios de 2017 e 2018, decorrente, sobretudo, do reajuste anual das tarifas de transmissão, dos encargos relativos à parcela de energia das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda, comercializada no mercado livre, e da entrada em operação comercial, em 2018, dos 11 parques eólicos do Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I. Tais variações foram parcialmente atenuadas pelos efeitos da paralização das operações da Usina Termelétrica William Arjona, em consequência de sua inviabilidade econômica, motivada pela elevação do custo do gás.

Custo de produção de energia elétrica e dos serviços prestados

- Combustíveis para produção de energia elétrica: decréscimo de R$ 302 milhões (66,5%) entre os anos comparados, devido, basicamente, ao reconhecimento de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017. Já no ano de 2018, houve aumento do consumo de carvão mineral pela limitação do reembolso do carvão pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), imposta pela nova Resolução Aneel n° 801, de 19.12.2017, o que atenuou os efeitos do supramencionado reconhecimento do acordo judicial com o fornecedor de gás natural.

- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): acréscimo de R$ 6 milhões (5,0%) entre os anos de 2018 e 2017, refletindo, principalmente, a maior geração das usinas hidrelétricas nos períodos analisados, o reconhecimento em 2018 das obrigações referentes às Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda e o reajuste de 2,5% da Tarifa Atualizada de Referência (TAR) em 2018.

- Pessoal: elevação de R$ 4 milhões (1,8%) entre 2017 e 2018, resultante, substancialmente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados e de novas contratações, inclusive a absorção do quadro funcional da EGSD, adquirida integralmente em agosto de 2018, cujo custo de pessoal foi de R$ 3 milhões no período de agosto a dezembro de 2018. Este aumento foi parcialmente suavizado pelo reconhecimento em 2018 de recuperação de créditos de PIS e Cofins incidentes sobre determinados custos operacionais com pessoal, no valor de R$ 5 milhões.

- Depreciação e amortização: aumento de R$ 10 milhões (1,5%) entre os comparados, em decorrência, sobretudo, dos seguintes aspectos: (i) amortização de ativo intangível referente à aquisição, no fim de 2017, das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda; e (ii) entrada em operação comercial do Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I durante o ano de 2018. Esta elevação foi parcialmente amenizada pelos seguintes itens: (i) término da depreciação de grandes manutenções realizadas no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda em períodos anteriores; e (ii) alienação das Usinas Eólicas Beberibe e Pedra do Sal e da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, em outubro de 2017.

- Provisões operacionais líquidas: efeito negativo de R$ 244 milhões (101,5%) entre os anos analisados. A variação apresentada é resultado da reversão de provisão para perda na venda de óleo combustível, em 2017, da Usina Termelétrica Alegrete, que está em processo de devolução à União, e, principalmente, pela assinatura e homologação judicial de acordo de preço de gás natural entre a Companhia e o fornecedor do combustível, ocasionando, assim, a reversão do valor contabilizado como provisão no segundo trimestre de 2017 – R$ 219 milhões – e o seu reconhecimento como custo de combustível para a produção de energia elétrica.

- Custo de implementação de infraestrutura de transmissão: reconhecimento de R$ 45 milhões em 2018 relacionados aos custos de construção da infraestrutura da linha de transmissão Gralha Azul, em contrapartida do registro de receita de implementação da infraestrutura, apurada com base nos custos incorridos, além da margem bruta destinada a cobrir os custos de gestão da construção.

- Custo da venda de painéis solares fotovoltaicos: reconhecimento de R$ 23 milhões no ano referente aos custos relacionados às vendas de painéis solares fotovoltaicos para residências e empresas, por meio da controlada EGSD, cujo controle foi adquirido em agosto de 2018.

Detalhamento das operações de curto prazo

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo objetivo principal é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal, portanto, de curto prazo, dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas à PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados numa fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Assim, permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada (GSF - *Generation Scaling Factor*), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado "risco de submercado"; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2018, o resultado líquido (diferença entre receitas e custos – deduzidos dos tributos), fruto de transações de curto prazo foi positivo em R$ 355 milhões, acréscimo de R$ 248 milhões em relação ao também resultado positivo de R$ 107 milhões do ano de 2017. Essa ampliação é reflexo, principalmente, de (i) maior receita, líquida de compra, proveniente de operações de curto prazo, as quais visavam a gestão da posição na CCEE e do impacto da recontabilização da Usina Termelétrica William Arjona; (ii) menor impacto do Fator de Ajuste do MRE (GSF), já deduzido dos efeitos da repactuação do risco hidrológico; e (iii) redução da posição credora auferida na CCEE (posição *long*), fruto da estratégia de alocação dos recursos hídricos e menor PLD no quarto trimestre do ano, quando comparado ao mesmo período de 2017.

Em dezembro de 2017, a Aneel estabeleceu os limites máximo e mínimo do PLD para o ano de 2018 em R$ 505/MWh e R$ 40/MWh, respectivamente. No comparativo anual, o PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste teve redução de 10,25%, saindo do patamar de R$ 320 para R$ 288.

Resultado financeiro

Receitas financeiras: No comparativo entre os anos, as receitas financeiras reduziram R$ 68 milhões (ou 30,5%), passando de R$ 223 milhões em 2017 para R$ 155 milhões em 2018. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) decréscimo de R$ 85 milhões na receita com aplicações financeiras, em razão do menor volume de recursos investidos e da queda na taxa de juros; (ii) elevação de R$ 26 milhões nos juros sobre contas a receber, principalmente, sobre valores na CCEE; (iii) redução de juros sobre valores de imposto de renda e contribuição social a compensar referentes a exercícios anteriores de R$ 7 milhões; e (iv) decréscimo de R$ 3 milhões na variação monetária de depósitos judiciais.

Despesas financeiras: Em base anual, as despesas aumentaram de R$ 450 milhões para R$ 854 milhões, ou seja, R$ 404 milhões (89,8%), resultado da combinação, principalmente, destas variações: (i) elevação de R$ 201 milhões nos juros e na correção monetária sobre as concessões a pagar, visto o acréscimo dos índices inflacionários no ano de 2018; (ii) aumento de R$ 191 milhões nos juros e na variação monetária sobre dívidas, em função, principalmente, da emissão de debêntures pela Companhia Energética Jaguara e Companhia Energética Miranda, em junho de 2018, assim como pela ENGIE Brasil Energia, em julho de 2018, e sobre empréstimos contratados recentemente; e (iii) reconhecimento de R$ 18 milhões em 2018 de correção monetária sobre outros valores a pagar.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

As despesas com IR e CSLL no ano aumentaram em R$ 34 milhões (5,3%), passando de R$ 619 milhões em 2017 para R$ 653 milhões em 2018, em decorrência, principalmente, do acréscimo do lucro antes dos tributos, parcialmente suavizado por alterações realizadas em 2018 no regime de tributação de empresas controladas.

h.3) Comparação entre os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 preparados de acordo com o IFRS e os CPC

	ATIVO							
Valores em R$ milhões	31.12.2019	%	31.12.2018	%	31.12.2017	%	31.12.2019 *versus* 31.12.2018 (%)	31.12.2018 *versus* 31.12.2017 (%)
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	3.870	12,8	2.416	10,2	1.930	9,9	60,2	25,2
Contas a receber de clientes	1.451	4,8	1.181	5,0	1.058	5,4	22,9	11,6
Crédito de imposto de renda e contribuição social	167	0,6	99	0,4	12	0,1	68,7	725,0
Indenização de seguro a receber	11	-	75	0,3	22	0,1	(85,3)	240,9
Estoques	221	0,7	126	0,5	98	0,5	75,4	28,6
Ganhos não realizados em operações de *hedge*	115	0,4	3	-	4	-	3.733,3	(25,0)
Ganhos não realizados em operações de *trading*	289	1,0	116	0,5	-	-	149,1	-
Depósitos vinculados	5	-	9	-	15	0,1	(44,4)	(40,0)
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	15	-	15	0,1	26	0,1	-	(42,3)
Ativo financeiro de concessão	296	1,0	278	1,2	302	1,5	6,5	(7,9)
Outros ativos circulantes	301	1,1	225	0,9	263	1,3	33,8	(14,4)
	6.741	**22,4**	**4.543**	**19,1**	**3.730**	**19,0**	**48,4**	**21,8**
Ativo não circulante mantido para venda	5	-	14	0,1	6	-	(64,3)	133,3
	6.746	**22,4**	**4.557**	**19,2**	**3.736**	**19,0**	**(15,9)**	**22,0**
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Ganhos não realizados em operações de *hedge*	312	1,0	256	1,1	14	0,1	21,9	1.728,6
Ganhos não realizados em operações de *trading*	43	0,1	44	0,2	-	-	(2,3)	-
Depósitos vinculados	381	1,3	232	1,0	231	1,2	64,2	0,4
Depósitos judiciais	103	0,3	98	0,4	101	0,5	5,1	(3,0)
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	115	0,4	131	0,6	145	0,7	(12,2)	(9,7)
Ativo financeiro de concessão	2.412	8,0	2.318	9,8	2.245	11,5	4,1	3,3
Ativo de contrato	218	0,7	48	0,2	-	-	354,2	-
Direito de uso de ativos	162	0,5	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	68	0,2	103	0,4	91	0,5	(34,0)	13,2
	3.814	**12,5**	**3.230**	**13,7**	**2.827**	**14,5**	**18,1**	**14,3**
Investimentos	**2.949**	**9,8**	**-**	**-**	**19**	**0,1**	**-**	**(100,0)**
Imobilizado	**15.330**	**51,0**	**14.635**	**61,6**	**11.678**	**59,7**	**4,7**	**25,3**
Intangível	**1.297**	**4,3**	**1.313**	**5,5**	**1.309**	**6,7**	**(1,2)**	**0,3**
	23.390	**77,6**	**19.178**	**80,8**	**15.833**	**81,0**	**22,0**	**21,1**
TOTAL	**30.136**	**100,0**	**23.735**	**100,0**	**19.569**	**100,0**	**27,0**	**21,3**

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores em R$ milhões	31.12.2019	%	31.12.2018	%	31.12.2017	%	31.12.2019 *versus* 31.12.2018 (%)	31.12.2018 *versus* 31.12.2017 (%)
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	765	2,5	588	2,5	617	3,2	30,1	(4,7)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.198	4,0	2.137	9,0	1.301	6,6	(43,9)	64,3
Empréstimos e financiamentos	1.638	5,4	455	1,9	948	4,8	260,0	(52,0)
Debêntures e notas promissórias	1.204	4,0	210	0,9	2.128	10,9	473,3	(90,1)
Arrendamentos a pagar	20	0,1	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	176	0,6	102	0,4	181	0,9	72,5	(43,6)
Outras obrigações fiscais e regulatórias	105	0,3	104	0,4	94	0,5	1,0	10,6
Obrigações trabalhistas	106	0,4	100	0,4	95	0,5	6,0	5,3
Perdas não realizadas em operações de *trading*	258	0,9	98	0,4	-	-	163,3	-
Concessões a pagar	145	0,5	85	0,4	67	0,3	70,6	26,9
Provisões	9	-	9	-	12	0,1	-	(25,0)
Obrigações com benefícios de aposentadoria	43	0,1	35	0,1	31	0,2	22,9	12,9
Outros passivos circulantes	313	1,0	247	1,0	203	1,0	26,7	21,7
	5.980	**19,8**	**4.170**	**17,4**	**5.677**	**29,0**	**43,4**	**(26,5)**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	7.181	23,8	5.855	24,7	2.868	14,7	22,6	104,1
Debêntures	4.740	15,7	3.200	13,5	812	4,1	48,1	294,1
Arrendamentos a pagar	114	0,4	-	-	-	-	-	-
Perdas não realizadas em operações de *trading*	21	0,1	19	0,1	-	-	-	-
Concessões a pagar	3.091	10,3	2.766	11,7	2.433	12,4	11,7	13,7
Provisões	288	1,0	89	0,4	78	0,4	223,6	14,1
Obrigações com benefícios de aposentadoria	364	1,2	284	1,2	281	1,4	28,2	1,1
Imposto de renda e contribuição social diferido	941	3,1	769	3,2	508	2,6	22,4	51,4
Outros passivos não circulantes	417	1,3	263	1,1	77	0,4	58,6	241,6
	17.157	**56,9**	**13.245**	**55,9**	**7.057**	**36,0**	**29,5**	**87,7**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	4.903	16,3	4.903	20,7	2.829	14,6	-	73,3
Reservas de lucros	1.173	3,9	1.029	4,4	2.964	15,1	14,0	(65,3)
Aumento de capital e dividendos propostos	950	3,2	77	0,3	637	3,3	1.133,8	(87,9)
Ajustes de avaliação patrimonial	(31)	(0,1)	307	1,3	401	2,0	(110,1)	(23,4)
	6.995		**6.316**		**6.831**		**10,8**	**(7,5)**
Participação de acionista não controlador	4	-	4	-	4	-	-	-
	6.999	**23,3**	**6.320**	**26,7**	**6.835**	**35,0**	**10,7**	**(7,5)**
TOTAL	**30.136**	**100,0**	**23.735**	**100,0**	**19.569**	**100,0**	**27,0**	**21,3**

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.12.2019 e 31.12.2018

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O aumento de R$ 1.454 milhões resultou, principalmente, da combinação dos seguintes efeitos: (i) R$ 6.730 milhões – captação de empréstimos e financiamentos e emissão de debêntures; (ii) R$ 4.690 milhões – referente ao caixa gerado pelas operações da Companhia; e (iii) R$ 351 milhões – recebimento de dividendos de controlada em conjunto (TAG). Estes efeitos positivos foram parcialmente atenuados pelos seguintes impactos: (i) R$ 3.487 milhões – aumento de capital em controladas e controladas em conjunto, bem como aquisições de investimento e de projetos; (ii) R$ 2.753 milhões – pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e juros sobre dívidas; (iii) R$ 2.261 milhões – pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio , inclusive o imposto de renda retido; (iv) R$ 1.094 milhões – aplicação no imobilizado e intangível, líquida da indenização por descumprimentos contratuais por atraso na conclusão da Usina Termelétrica Pampa Sul; (v) R$ 489 milhões – pagamento de imposto de renda e contribuição social; (vi) R$ 132 milhões – depósitos vinculados ao serviço da dívida; e (vii) R$ 96 milhões – pagamento de concessões e arrendamentos.

Contas a receber de clientes

O crescimento de R$ 270 milhões é oriundo, principalmente dos seguintes aumentos: (i) R$ 84 milhões - venda de energia do portfólio para distribuidoras, dos quais R$ 57 milhões são oriundos da entrada em operação comercial de Pampa Sul; (ii) R$ 74 milhões - operações de *trading*; (iii) R$ 49 milhões – venda e instalação de painéis solares, por meio da controlada EGSD; (iv) aumento de venda para comercializadoras em R$ 36 milhões; e iv) R$ 32 milhões - transações realizadas no mercado de energia de curto prazo.

Estoques

O crescimento de R$ 95 milhões é referente, substancialmente, aos adiantamentos de R$ 39 milhões efetuado à carbonífera contratada para o fornecimento de carvão à Usina Termelétrica Pampa Sul e de R$ 38 milhões realizados pela controlada EGSD para aquisição de painéis solares.

Ganhos não realizados em operações de hedge **– circulante e não circulante**

Esta rubrica abrange os ganhos não realizados em operações de *hedge* de valor justo. Essas operações incluem os *swaps* contratados concomitantemente aos empréstimos tomados em moeda estrangeira, a fim de proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros de principal e juros das oscilações do dólar norte americano, bem como àquelas contratadas pelas controladas Jaguara e Miranda, para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros do principal e juros das debêntures contra a variação da taxa DI. O incremento de R$ 168 milhões, no ativo circulante e não circulante, é decorrente, principalmente, dos efeitos da variação do dólar norte americano, do valor justo das operações e das novas contrações de dívida no exterior, totalmente protegidas com *swap*.

Ganhos não realizados em operações de trading **– circulante e não circulante**

O incremento de R$ 172 milhões, no ativo circulante e não circulante, é referente aos ganhos não realizados das posições em aberto das operações de *trading*, em razão das variações nos valores de mercado da energia entre os períodos comparados.

Depósitos vinculados – **circulante e não circulante**

O aumento de R$ 145 milhões, no ativo circulante e não circulante, ocorreu, principalmente, por depósitos vinculados às garantias dos financiamentos das controladas Usina Termelétrica Pampa Sul e do Conjunto Eólico Campo Largo - Fase I.

Ativo financeiro de concessão – **circulante e não circulante**

A variação de R$ 112 milhões, no ativo circulante e não circulante, é explicada, substancialmente, pelos seguintes eventos (i) reconhecimento de juros e variação monetária de R$ 383 milhões; e (ii) recebimentos de R$ 271 milhões.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Ganhos não realizados em operações de hedge

A variação desta rubrica está descrita no item "Ganhos não realizados em operações de *hedge*", no item "Ativo circulante".

Ganhos não realizados em operações de trading

A variação desta rubrica está descrita no item "Ganhos não realizados em operações de *trading*", no item "Ativo circulante".

Depósitos vinculados

A variação desta rubrica está descrita no item "Depósitos vinculados", no item "Ativo circulante".

Ativo financeiro de concessão

A variação desta rubrica está descrita no item "Ativo financeiro de concessão", no item "Ativo circulante".

Ativo de contrato

O aumento no saldo, de R$ 170 milhões é motivado, substancialmente, pelo reconhecimento de receita de implementação de infraestrutura, no montante de R$ 155 milhões e de juros e variação monetária, no montante de R$ 15 milhões.

Direito de uso de ativos

O incremento de R$ 162 milhões no saldo é motivado, substancialmente, pelo reconhecimento inicial oriundo da aplicação do CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, de R$ 120 milhões, acrescido dos ingressos de novos contratos celebrados em 2019, de R$ 50 milhões. Esses efeitos foram parcialmente atenuados pela depreciação dos direitos de uso em 2019, de R$ 8 milhões.

Investimentos

O acréscimo de R$ 2.949 milhões no saldo de investimentos é motivado, substancialmente, pelos efeitos oriundos da aquisição da Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG"), cuja operação está descrita em maiores detalhes no item 10.3. Essa operação, assim como os resultados auferidos por esta controlada em conjunto ao longo de 2019, apresentaram os seguintes efeitos positivos sobre o saldo de investimentos: (i) valor de aquisição de R$ 3.470 milhões; e (ii) R$ 81 milhões referente ao resultado da empresa no exercício de 2019. Esses impactos foram parcialmente reduzidos pelos seguintes efeitos: (i) recebimento de dividendos de R$ 351 milhões e (ii) de R$ 251 milhões via outros resultados abrangentes.

Imobilizado

O aumento de R$ 695 milhões é decorrente, principalmente, dos seguintes efeitos: (i) aquisições de ativos no montante de R$ 1.234 milhões; (ii) provisão para desmobilização de ativos, no montante de R$ 187 milhões; e (iii) capitalização de R$ 152 milhões de juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Efeitos parcialmente atenuados pelos seguintes efeitos: (i) depreciação de R$ 802 milhões; e (ii) indenizações por descumprimentos contratuais de R$ 72 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

O aumento de R$ 177 milhões é explicado, substancialmente, pelos acréscimos de (i) R$ 111 milhões de fornecedores de imobilizado e intangível; (ii) R$ 66 milhões de fornecedores de materiais e serviços; e (iii) R$ 63 milhões oriundos de operações de *trading* de energia. Esses acréscimos foram parcialmente atenuados pela redução no saldo de energia elétrica comprada, de R$ 89 milhões.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O decréscimo de R$ 939 milhões decorre, substancialmente, dos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 2.202 milhões, parcialmente atenuado pelo montante aprovado para pagamento, de R$ 1.275 milhões. Os valores apresentados não consideram o imposto de renda retido sobre os juros sobre o capital próprio, os quais são apresentados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a pagar".

Empréstimos e financiamentos – circulante e não circulante

O aumento de R$ 2.509 na rubrica de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante deve-se, basicamente, aos seguintes itens: (i) captação de novos empréstimos e financiamentos no valor de R$ 2.665 milhões; e (ii) juros, variações monetárias, variações cambiais e ajuste de valor justo de R$ 616 milhões. Esses efeitos foram parcialmente atenuados pela amortização de juros e principal, de R$ 772 milhões.

Debêntures – circulante e não circulante

O aumento de R$ 2.534 milhões, no passivo circulante e não circulante, é explicado, substancialmente, pelos seguintes eventos: (i) emissão de debêntures no valor total de R$ 4.065 milhões, (ii) juros, variação monetária e ajuste de valor justo de R$ 426 milhões; e (iii) redução decorrente da amortização de principal e juros de R$ 1.957 milhões.

Arrendamentos a pagar – circulante e não circulante

O saldo de R$ 134 milhões é composto por: (i) R$ 89 milhões – efeito da adoção inicial em 2019; (ii) R$ 50 milhões de ingresso de novos arrendamentos; e (iii) R$ 12 milhões de juros. Esses efeitos foram parcialmente atenuados pelos pagamentos realizados em 2019, de R$ 17 milhões.

Perdas não realizadas em operações de trading – circulante e não circulante

A variação de R$ 162 milhões ocorre em razão das variações nos valores de mercado da energia entre os períodos comparados.

Concessões a pagar – circulante e não circulante

O incremento no circulante e não circulante de R$ 385 milhões decorre dos seguintes efeitos: (i) juros e variação monetária de R$ 465 milhões; e (ii) amortizações de R$ 80 milhões.

Provisões – circulante e não circulante

O aumento de R$ 199 milhões é motivado, substancialmente, pelo reconhecimento de R$ 187 milhões referente à desmobilização de ativos e de R$ 7 milhões referente à atualização monetária das provisões existentes. Em 2019, a Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas.

Outros passivos – circulante e não circulante

O aumento de R$ 220 milhões decorre, substancialmente, dos seguintes itens: (i) R$ 136 milhões referente ao ressarcimento de distribuidoras previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ambiente de contratação regulada; (ii) R$ 61 milhões referente a perdas não realizadas em operações de *hedge* de valor justo; e (iii) R$ 10 milhões aumento de obrigações com P&D.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

A variação desta rubrica está descrita no item "Empréstimos e financiamentos", no item "Passivo circulante".

Debêntures

A variação desta rubrica está descrita no item "Debêntures", no item "Passivo circulante".

Arrendamentos a pagar

A variação desta rubrica está descrita no item "Arrendamentos a pagar", no item "Passivo circulante".

Perdas não realizadas em operações de trading

A variação desta rubrica está descrita no item "Perdas não realizadas em operações de *trading*" do "Passivo circulante".

Concessões a pagar

A variação desta rubrica está descrita no item "Concessões a pagar" do "Passivo circulante".

Provisões

A variação desta rubrica está descrita no item "Provisões" do "Passivo circulante".

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de R$ 172 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) remuneração do ativo financeiro de concessão; (ii) receita de Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO); (iii) depreciação acelerada pela entrada em operação comercial do Conjunto Eólico Campo Largo e de parte do Conjunto Eólico Umburanas; (iv) efeitos dos ganhos não realizados em operações de *hedge* e de *trading*; (v) encargos financeiros capitalizados; (vi) obrigações com benefícios de aposentadoria; e (vii) amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga.

Patrimônio líquido

O aumento de R$ 679 milhões decorreu, substancialmente, da combinação seguinte: (i) lucro líquido do exercício de 2019 de R$ 2.311 milhões; (ii) destinação de dividendos e juros sobre capital próprio de R$ 1.325 milhões; (iii) decréscimo de R$ 251 milhões de resultados abrangentes de controladas em conjunto; (iv) remensuração de obrigações com aposentadoria no valor de R$ 58 milhões; (v) R$ 6 milhões referente a dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados; e (vi) ajuste a valor justo de *hedge* de fluxo de caixa de controladas com efeito redutor em R$ 4 milhões.

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.12.2018 e 31.12.2017

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O aumento de R$ 486 milhões resultou, principalmente, da combinação dos seguintes efeitos: (i) R$ 3.147 milhões – recursos provenientes das atividades operacionais; (ii) R$ 2.397 milhões – captação de empréstimos e financiamentos; e (iii) R$ 2.486 milhões – emissão de debêntures pela Companhia e pelas controladas Jaguara e Miranda. Estes efeitos positivos foram parcialmente atenuados pelos seguintes efeitos que consumiram caixa: (i) R$ 3.306 milhões – aplicação em ativos imobilizado e intangível; (ii) R$ 2.290 milhões – pagamento de das notas promissórias emitidas pelas controladas Jaguara e Miranda e de empréstimos e financiamentos ; e (iii) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, inclusive o imposto de renda retido, de R$ 1.990 milhões.

Contas a receber de clientes

O crescimento de R$ 123 milhões é oriundo, principalmente, das operações de *trading*, iniciadas em janeiro de 2018 – R$ 66 milhões e da venda de painéis solares fotovoltaicos, por meio da controlada EGSD – R$ 26 milhões.

Crédito de imposto de renda e contribuição social

O acréscimo de R$ 87 milhões decorre, principalmente, do imposto de renda e contribuição social pagos a maior no decorrer do ano de 2018, os quais serão recuperados no decorrer de 2019.

Indenização de seguro a receber

A variação de R$ 53 milhões refere-se, principalmente, ao reconhecimento de indenização a receber para compensação dos impactos negativos pela interrupção de negócios, motivada por sinistro na Usina Termelétrica Jorge Lacerda A (UTLA).

Ganhos não realizados em operações de hedge

A variação desta rubrica está descrita no item "Ganhos não realizados em operações de *hedge*", no item "Ativo não circulante".

Ganhos não realizados em operações de trading

A partir de janeiro de 2018, a Companhia ingressou no mercado de trading, com o objetivo de auferir resultados com as variações de preço de energia, dentro dos limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração. As operações de *trading* são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço. O saldo de R$ 160 milhões, sendo R$ 116 milhões no ativo circulante e R$ 44 milhões no ativo não circulante, é referente aos ganhos não realizados das posições em aberto das operações de *trading* na data de 31.12.2018.

Ativo financeiro de concessão

A variação desta rubrica está descrita no item "Ativo financeiro de concessão", no item "Ativo não circulante".

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Ganhos não realizados em operações de hedge

Esta rubrica abrange os ganhos não realizados em operações de *hedge* de valor justo. Essas operações incluem os *swaps* contratados concomitantemente aos empréstimos tomados em moeda estrangeira, a fim de proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros de principal e juros das oscilações do dólar norte americano, bem como àquelas contratadas pelas controladas Jaguara e Miranda, para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros do principal e juros das debêntures contra a variação da taxa DI. O incremento de R$ 241 milhões, no ativo circulante e não circulante, é decorrente, principalmente, da contratação de novas operações de *swap* durante o ano de 2018 e ao aumento do dólar frente ao real no mesmo ano.

Ganhos não realizados em operações de trading

A variação desta rubrica está descrita no item "Ganhos não realizados em operações de *trading*", no item "Ativo circulante".

Ativo financeiro de concessão

A variação de R$ 48 milhões, no ativo circulante e não circulante, é explicada, substancialmente, pelos seguintes eventos (i) reconhecimento de juros e variação monetária de R$ 340 milhões; e (ii) recebimentos de R$ 292 milhões.

Imobilizado

O aumento em R$ 2.957 milhões é decorrente, principalmente, dos seguintes itens: (i) aquisições de ativos no montante de R$ 3.315 milhões; (ii) depreciação de R$ 610 milhões; (iii) capitalização de R$ 294 milhões de juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; (iv) transferência dos ativos de William Arjona para ativo não circulante mantido para venda, no montante de R$ 38 milhões; e (v) baixas de ativos de R$ 4 milhões.

Passivo circulante

Dividendos e juros sobre capital próprio

O aumento de R$ 836 milhões decorre, substancialmente, dos seguintes itens: (i) dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados em 2018, no montante de R$ 2.773 milhões; (ii) pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 1.927 milhões; e (iii) transferência para outros passivos circulantes de dividendos não reclamados R$ 10 milhões.

Empréstimos e financiamentos

A variação desta rubrica está descrita no item "Empréstimos e financiamentos", no item "Passivo não circulante".

Debêntures e notas promissórias

A variação desta rubrica está descrita no item "Debêntures", no item "Passivo não circulante".

Imposto de renda e contribuição social a pagar

A redução de R$ 79 milhões ocorreu, principalmente, pela realização de pagamentos durante o ano de 2018 em valor superior ao imposto de renda e a contribuição social apurados com base no lucro real de 2018 (base de cálculo).

Perdas não realizadas em operações de trading

O saldo de R$ 117 milhões, sendo R$ 98 milhões no passivo circulante e R$ 19 milhões no passivo não circulante, refere-se às perdas não realizadas das posições em aberto das operações de *trading* na data de 31.12.2018.

Concessões a pagar

A variação desta rubrica está descrita no item "Concessões a pagar" do "Passivo não circulante".

Outros passivos circulantes

A variação desta rubrica está descrita no item "Outros passivos" do "Passivo não circulante".

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O aumento de R$ 2.494 milhões, no passivo circulante e não circulante, é explicado pelos seguintes fatores que promoveram aumento de saldo: (i) captação de empréstimos e financiamentos de R$ 2.397 milhões, com o objetivo, principalmente, de financiar a construção do Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I, de Pampa Sul e de Assú V, bem como gerenciamento do fluxo de caixa para a continuidade da implementação do plano de negócios da Companhia; (ii) encargos financeiros e variações cambiais de R$ 411 milhões; e (iii) juros e variação monetária capitalizados de R$ 220 milhões. Esse aumento foi atenuado: (i) pelas amortizações de principal e juros, de R$ 518 milhões; e (ii) pelo ajuste a valor justo de R$ 16 milhões.

Debêntures

A variação de R$ 470 milhões, no passivo circulante e não circulante, é explicado, substancialmente, pelos seguintes eventos que promovem aumento de saldo: (i) emissão de debêntures de R$ 2.486 milhões pela Companhia e pelas controladas Jaguara e Miranda; (ii) encargos financeiros de R$ 202 milhões; (iii) juros e variação monetária capitalizados de R$ 75 milhões; e (iv) ajuste a valor justo de R$ 11 milhões. Esse aumento foi atenuado pelos pagamentos de principal e juros, de R$ 2.304 milhões.

Perdas não realizadas em operações de trading

A variação desta rubrica está descrita no item "Perdas não realizadas em operações de *trading*" do "Passivo circulante".

Concessões a pagar

O incremento no circulante e não circulante de R$ 351 milhões decorre do seguinte: (i) juros e variação monetária de R$ 422 milhões; e (ii) amortizações de R$ 71 milhões.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O incremento de R$ 261 milhões decorre, basicamente, da combinação dos seguintes impactos nos tributos diferidos: (i) encargos financeiros capitalizados; e (ii) ganhos não realizados em operações de hedge e de *trading.*

Outros passivos

O aumento de R$ 230 milhões decorre, substancialmente, dos seguintes itens: (i) reconhecimento de valores a pagar devido a aquisição compulsória do carvão mineral pertencente à CDE sob gestão da Companhia, na data-base de 31.12.2016, o qual será liquidado em 5 anos; (ii) aumento de perdas não realizadas em operações de *hedge* de valor justo; e (iii) obrigações com pesquisa e desenvolvimento.

Patrimônio líquido

A redução de R$ 515 milhões decorreu, substancialmente, da combinação seguinte: (i) lucro líquido do exercício de 2018 de R$ 2.315 milhões; (ii) dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio creditados de R$ 2.197 milhões; e (iii) aprovação da distribuição dos dividendos propostos relativos a 2017 de R$ 637 milhões.

10.2 Comentários dos diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

	31.12.2019		31.12.2018		31.12.2017	
Em R$ milhões	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Distribuidoras de energia elétrica	3.293	33,6	2.722	30,9	2.687	38,3
Consumidores livres	3.164	32,3	3.020	34,4	3.162	45,1
Comercializadoras de energia elétrica	728	7,4	857	9,7	601	8,6
Transações no mercado de curto prazo	699	7,1	923	10,5	467	6,7
Remuneração dos ativos financeiros de concessão	383	3,9	340	3,9	48	0,7
Receita de serviços prestados	116	1,2	112	1,3	-	-
Outras receitas	45	0,5	121	1,4	45	0,6
Geração e venda de energia elétrica de portfólio	**8.428**	**86,0**	**8.095**	**92,1**	**7.010**	**100**
Operações de *trading* de energia	1.102	11,2	610	6,9	-	-
Transações no mercado de curto prazo	7	0,1	5	0,1	-	-
***Trading* de energia**	**1.109**	**11,3**	**615**	**7,0**	**-**	**-**
Receita de implementação de infraestrutura de transmissão	155	1,5	47	0,5	-	-
Remuneração de ativo de contrato	14	0,2	1	0,0	-	-
Transmissão	**169**	**1,7**	**48**	**0,5**	**-**	**-**
Painéis solares	**98**	**1,0**	**37**	**0,4**	**-**	**-**
	9.804	**100,0**	**8.795**	**100,0**	**7.010**	**100,0**

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31.12.2019 e 31.12.2018

Geração e venda de energia elétrica de portfólio

Distribuidoras de energia elétrica

Em 2019, a receita atingiu R$ 3.293 milhões, elevação de R$ 571 milhões (21,0%) em relação ao exercício de 2018, quando foi de R$ 2.722 milhões. Esse acréscimo é explicado pelos seguintes itens: (i) R$ 592 milhões — aumento de 2.694 GWh (307 MW médios) na quantidade vendida; e (ii) R$ 21 milhões — redução de 0,8% no preço médio líquido de vendas.

O aumento no volume de vendas foi motivado, substancialmente, pelo início do suprimento relativo aos leilões de energia nova pela Usina Termelétrica Ferrari, pelas centrais eólicas pertencentes aos Conjuntos Eólicos Campo Largo - Fase I, Umburanas – Fase I e Trairí, que destinaram sua energia ao mercado regulado a partir do 1° trimestre de 2019, e por Pampa Sul.

O decréscimo nos preços foi motivado por menores preços médios dos leilões mencionados, de contratos cujos suprimentos iniciaram no 1° trimestre de 2019, parcialmente suavizados pela correção monetária dos contratos vigentes e pelo preço médio na venda de energia de Pampa Sul, superior à média dos contratos existentes.

Consumidores livres

Em 2019, a receita de vendas a consumidores livres alcançou R$ 3.164 milhões, montante R$ 144 milhões (4,8%) superior aos R$ 3.020 milhões verificados em 2018. Esse acréscimo está relacionado ao que segue: (i) R$ 134 milhões — aumento de 4,4% no preço médio líquido de vendas; e (ii) R$ 10 milhões — incremento de 57 GWh (6 MW médios) no volume de venda de energia.

A elevação do preço decorreu, substancialmente, da correção monetária dos contratos vigentes, parcialmente atenuada por novas contratações com preços médios inferiores à média dos contratos vigentes ou finalizados.

O aumento na quantidade de energia vendida é motivado pelo acréscimo do volume de vendas aos clientes industriais, parte dos quais migraram seu perfil de comercializadoras para consumidores livres, parcialmente atenuado pelo menor consumo de clientes ante as quantidades contratadas.

Comercializadoras de energia elétrica

A receita de venda a comercializadoras atingiu R$ 728 milhões, R$ 129 milhões (15,0%) inferior à receita auferida em 2018, que foi de R$ 857 milhões. Essa redução resultou da combinação dos seguintes aspectos: (i) R$ 219 milhões — decréscimo de 1.237 GWh (141 MW médios) no volume de energia vendida; e (ii) R$ 90 milhões — acréscimo de 10,5% no preço médio líquido de vendas.

O decréscimo da quantidade de energia vendida decorreu, principalmente, das migrações de parte dos clientes, que compravam energia por meio de comercializadoras, para o perfil de consumidores livres, parcialmente atenuado pelo aumento de consumo dos demais clientes.

A elevação do preço ocorreu, basicamente, devido às novas contratações com preços superiores à média dos contratos vigentes ou finalizados e pela correção monetária dos contratos vigentes.

Transações no mercado de curto prazo

No exercício de 2019, houve redução de R$ 224 milhões (24,3%) na receita das transações de curto prazo, em relação ao ano anterior, passando de R$ 923 milhões em 2018 para R$ 699 milhões em 2019. Esses valores não incluem as transações no mercado de curto prazo relacionadas às operações de *trading* de energia, as quais estão apresentadas a seguir, em item específico. Mais detalhes sobre tais operações e variações foram destacados no item "10.1.h.1", no tópico "Detalhamento das operações de curto prazo".

Remuneração dos ativos financeiros de concessão

Os ativos financeiros de concessões representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros da parcela destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda, equivalente a 70% da garantia física destas Usinas. Esses ativos são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A remuneração dos ativos financeiros de concessões passou de R$ 340 milhões em 2018 para R$ 383 milhões em 2019, um aumento de R$ 43 milhões (12,6%). O acréscimo foi motivado, substancialmente, pela elevação do saldo médio do ativo e da variação do IPCA entre os anos em comparação.

Outras receitas

No exercício de 2019, houve redução de R$ 76 milhões (62,8%) nas outras receitas em relação com o ano anterior, passando de R$ 121 milhões em 2018 para R$45 milhões em 2019. Essa redução deve-se a indenização por interrupção de negócios, motivada por sinistros e a cobrança de multa contratual por indisponibilidade que a Companhia apresentou em 2018.

Trading de energia e Transmissão

Os resultados dos segmentos de *trading* e transmissão estão comentados no item 10.1 desta Proposta da Administração.

Painéis solares

O incremento no montante de R$ 61 milhões, passando de R$ 37 milhões em 2018 para R$ 98 milhões em 2019, é resultado, principalmente, do reconhecimento da receita de venda de painéis solares para residências e empresas, por meio da controlada ENGIE Geração Solar Distribuída S.A., cujo controle foi adquirido em agosto de 2018, data na qual a controlada passou a ser consolidada pela Companhia.

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita operacional líquida entre os exercícios findos em 31.12.2018 e 31.12.2017

Geração e venda de energia elétrica de portfólio

Distribuidoras de energia elétrica

Em 2018, a receita atingiu R$ 2.722 milhões, elevação de R$ 35 milhões (1,3%) em relação ao exercício de 2017, que foi de R$ 2.687 milhões. Esse acréscimo é explicado pela combinação dos seguintes itens: (i) R$ 53 milhões — elevação de 2,0% no preço médio líquido de venda; e (ii) R$ 18 milhões — redução de 85 GWh (10 MW médios) na quantidade de vendas, devido, principalmente, às reduções decorrentes do Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficit (MCSD). A elevação no preço médio líquido de vendas entre os períodos em análise decorreu, principalmente, da atualização monetária de contratos existentes.

Consumidores livres

Em 2018, a receita de vendas a consumidores livres alcançou R$ 3.020 milhões, redução de R$ 142 milhões (4,5%) aos R$ 3.162 milhões verificados em 2017. Essa redução está relacionada ao que segue: (i) R$ 86 milhões — decréscimo de 2,7% no preço médio líquido da energia vendida; e (ii) R$ 56 milhões – redução de 348 GWh (40 MW médios) no volume de venda de energia.

O decréscimo da quantidade entre os períodos analisados decorreu, principalmente, da redução de consumo de clientes industriais. A queda do preço ocorreu, majoritariamente, em função de menores preços praticados com clientes industriais, quando comparado aos contratos finalizados e existentes.

Comercializadoras de energia elétrica

A receita de venda a comercializadoras atingiu R$ 857 milhões em 2018, aumento de R$ 256 milhões (42,6%) superior à receita auferida em 2017, quando foi de R$ 601 milhões. A elevação é resultado dos seguintes aspectos: (i) R$ 173 milhões — elevação de 1.086 GWh (125 MW médios), no volume de energia vendida; e (ii) R$ 83 milhões — acréscimo de 13,7% no preço médio líquido de vendas, em razão das novas contratações com preços superiores à média dos contratos vigentes ou finalizados.

O acréscimo do volume observado entre os anos em análise decorre, substancialmente, da venda da parcela de energia negociada no Ambiente de Contratação Livre (ACL) das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda e da entrada em operação comercial do Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I em 2018, parcialmente atenuado pela redução do volume de compras para revenda e da venda das Usinas Eólicas Beberibe, Pedra do Sal e da PCH Areia Branca, em outubro de 2017.

Transações no mercado de curto prazo

No exercício de 2018, houve aumento de R$ 456 milhões (97,6%) na receita das transações de curto prazo, em relação ao ano anterior, passando de R$ 467 milhões em 2017 para R$ 923 milhões em 2018, correspondendo a um aumento de 97,6%. Mais detalhes sobre tais operações e variações foram destacados no "item 10.1.h.1", tópico "Detalhamento das operações de curto prazo".

Remuneração dos ativos financeiros de concessão

A remuneração dos ativos financeiros de concessões passou de R$ 48 milhões em 2017 para R$ 340 milhões em 2018. Este aumento de R$ 292 milhões (608,3%) é reflexo da aquisição das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda em novembro de 2017 e da variação do IPCA.

Receita de serviços prestados

As Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda recebem a parcela referente à Gestão dos Ativos de Geração (GAG), para a energia vendida no ACR, para cobertura dos custos com operação e manutenção, além de gastos com melhorias e investimentos durante o prazo de concessão. O valor da GAG reconhecida em 2018, foi de R$ 112 milhões. Essa receita é atualizada anualmente pelo IPCA.

Outras receitas

O incremento de outras receitas no montante de R$ 76 milhões, passando de R$ 45 milhões em 2017 para R$ 121 milhões em 2018, é resultado, principalmente, das receitas de indenização para compensação dos impactos negativos pela interrupção de negócios, motivada por sinistro na Usina Termelétrica Jorge Lacerda A e de cobrança de multas contratuais por atraso parcial em obra de modernização de uma das máquinas da Usina Hidrelétrica Salto Santiago e por indisponibilidade nas usinas do Conjunto Eólico Santa Mônica.

Trading de energia

Em 2018, a receita de *trading* resultante das vendas foi de R$ 567 milhões ou 3.049 GWh (348 MW médios). Adicionalmente, ao fim do ano, a Companhia reconheceu R$ 43 milhões referentes aos ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto em 31.12.2018. Além desses efeitos, a Companhia apurou R$ 5 milhões de receitas nas transações no mercado de curto prazo neste segmento. Portanto, o total de operações de *trading* em 2018 foi de R$ 615 milhões.

Transmissão

A receita de implementação de infraestrutura de transmissão reconhecida em 2018 foi de R$ 47 milhões.

Painéis Solares

O reconhecimento de R$ 37 milhões em 2018 é relativo à receita de venda de painéis solares para residências e empresas, por meio da controlada ENGIE Geração Solar Distribuída S.A., cujo controle foi adquirido em agosto de 2018.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão mencionados a seguir. Informações complementares sobre eles foram detalhadas nos itens 10.1.h e 10.2.a.(i).

Ano de 2019 – (i) aumento do preço médio líquido de venda e do volume de energia vendida, e por consequência, aumento nos custos com serviços de terceiros, pessoal, combustível e encargos de uso de rede, devido as entradas em operação do Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I, que entrou em operação em dezembro de 2018, e do Conjuntos Eólico Umburanas – Fase I e de Usina Termelétrica Pampa Sul que ocorreram no ano de 2019; (ii) outras receitas operacionais oriundas de indenizações recebidas por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção da Usina Termelétrica Pampa Sul; (iii) redução nas compras para portfólio; e (iv) resultado positivo na participação societária na TAG; contrabalanceadas pelos seguintes efeitos negativos: (i) incremento das despesas gerais e administrativas; (ii) diminuição no resultado das transações realizadas no mercado de curto prazo; (iii) redução no resultado de *trading* de energia; e (v) aumento nos juros e variação monetária decorrente de dívida devido a emissão de novas debêntures, captação de empréstimos no exterior e captação de novos financiamentos, valores utilizados para a aquisição de TAG, construção dos projetos Conjunto Eólico Campo Largo – Fase II e Gralha Azul.

Ano de 2018 – (i) reconhecimento dos resultados decorrente da operação das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda, adquiridas no final do ano de 2017; (ii) aumento do resultado positivo nas transações realizadas no mercado de curto prazo; (iii) redução das aquisições de energia para a gestão do portfólio da Companhia; (iv) reconhecimento de receitas de direito a indenização por interrupção de negócios e de multa contratual; (v) resultado das operações de *trading*, iniciadas a partir de janeiro de 2018; e (vi) aumento do preço médio líquido de venda e do volume de energia vendida.

Ano de 2017 – (i) aumento da receita nas operações realizadas no mercado de curto prazo, em especial no âmbito da CCEE; (ii) elevação do volume de energia vendida; (iii) acréscimo nas compras de energia para revenda; (iv) menor custo com a compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; (v) ganho na alienação de investimentos; (vi) resultado referente a operação das Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda, que já contribuíram com receita a partir de 10.11.2017; (vii) elevação dos encargos de uso da rede; e (viii) aumento em combustíveis para produção de energia elétrica.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda da Companhia são suportadas por contratos com cláusulas de reajuste de preço, em grande parte, pelo IPCA e IGP-M. A receita da Companhia não possui exposição a taxas de câmbio que afete significativamente seu resultado e não foi, substancialmente, afetada pela introdução de novos produtos e serviços.

Em 2018, a Companhia ingressou no mercado de *trading* de energia, visando auferir resultados com as variações de preço da energia elétrica, dentro de limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração da Companhia.

As principais variações das receitas da Companhia em decorrência de modificação de preço e alteração de volume estão explicadas no item 10.2.a (i) acima.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

c.1) inflação e variação de preços nos custos de venda de energia elétrica

Compras de energia para gerenciamento de portfólio: estas transações normalmente são realizadas por meio de contratos de médio e longo prazo, os quais possuem seus preços reajustados pelo IPCA e IGP-M. Os impactos negativos médios referentes ao reajuste de preço pelos índices de inflação foram de R$ 9 milhões, R$ 16 milhões e R$ 11 milhões para os exercícios de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Combustível para a produção de energia elétrica: ao final do ano de 2017 a Usina Termelétrica William Arjona se encontrava indisponível para despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em função da impossibilidade de renovação do contrato de suprimento de gás com níveis de preço que justificassem a viabilidade da continuidade da operação da Usina. Em 20.02.2018, em atendimento à solicitação da Companhia, a Aneel revogou a autorização da outorga da Usina. Em 2017, a Companhia reverteu a provisão relativa ao processo de compra de combustível, em função de acordo judicial com o fornecedor de gás natural em ação na qual se discutia a diferença do preço do combustível fornecido no período entre setembro de 2014 e junho de 2017. Concomitantemente à reversão da provisão, foi reconhecido o custo com o combustível, eliminando os efeitos desse custo adicional no resultado operacional da Companhia.

Os preços do carvão não reembolsável pela CDE são negociados quando da contratação da aquisição ou da renovação do contrato e tem como indexador fórmulas paramétricas cujos principais componentes são o INPC e índices setoriais específicos, na sua maioria, publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os índices de correção não resultaram em efeitos relevantes no custo da Companhia.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão: são calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e de transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes – IPCA e IGP-M. O efeito da variação desses indicadores de inflação no custo da Companhia foi de R$ 34 milhões, R$ 11 milhões, R$ 26 milhões nos exercícios de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*): o valor corresponde a 7,0% sobre a quantidade de energia elétrica produzida, valorada por uma Tarifa Anualizada de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada 4 anos. No exercício de 2019 a TAR foi corrigida em 4,5%, com aproximadamente R$ 8 milhões de impacto negativo no resultado. Para o exercício de 2018, a TAR teve um reajuste de 2,5%, com impacto negativo no resultado da Companhia de, aproximadamente, R$ 3 milhões. No exercício de 2017, o reajuste foi de 22,7% negativo, com impacto positivo no custo de R$ 34 milhões.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao câmbio

Em 2019, 2018 e 2017, a Companhia contratou empréstimos em dólar norte-americano nos valores de US$ 258 milhões, US$ 200 milhões e US$ 500 milhões, equivalentes a R$ 1.127 milhões, R$ 681 milhões e R$ 1.631 milhões, respectivamente. Os recursos foram destinados, principalmente, à gestão do fluxo de caixa para a continuidade da implementação de seu plano de negócios.

Para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros contra as oscilações do dólar norte-americano, a Companhia contratou operações de *swap* com as subsidiárias brasileiras das mesmas instituições financeiras concedentes dos empréstimos, com os mesmos valores e as mesmas datas de vencimento dos juros e do principal.

A Companhia não possui nenhum compromisso financeiro em moeda estrangeira cuja variação cambial não esteja integralmente protegida por operação de *hedge.*

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

Nos anos de 2019, 2018 e 2017, a Companhia estava exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, TLP, taxa DI, do IPCA e do IGP-M.

Os impactos dos juros e da variação monetária no resultado financeiro da Companhia nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 foram estes:

Valores em R$ milhões	2019	2018	2017
Juros e variação monetária sobre:			
Concessões a pagar	466	422	221
Empréstimos e financiamentos	356	90	128
Debêntures e notas promissórias	394	202	31
Hedge de valor justo sobre empréstimos	62	65	9

As notas promissórias foram emitidas pelas controladas Jaguara e Miranda e foram integralmente liquidadas em 2018.

10.3 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2018, a Companhia ingressou nos segmentos de: (i) operações de *trading* de energia elétrica; (ii) geração distribuída através da venda e instalação de painéis solares por meio da aquisição do controle da ENGIE Geração Solar Distribuída S.A. ("EGSD"); e (iii) transmissão de energia elétrica. Em 2019, a Companhia ingressou também no segmento de transporte de gás com a aquisição de participação na controlada em conjunto TAG.

Em razão da representatividade dos segmentos supracitados, a partir de 2019 a Companhia passou a apresentar as informações por segmento de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, a Diretoria. Os resultados por segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O resultado financeiro da Companhia não é alocado por segmento, pois a Administração realiza a gestão do fluxo de caixa de forma corporativa.

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão abaixo sumarizados:

- Geração: é o principal negócio da Companhia e compreende as atividades de geração e venda de energia elétrica do portfólio.

- *Trading*: este segmento visa auferir resultados por meio da variação de preços de energia, dentro dos limites de risco pré-estabelecidos. As atividades deste segmento são realizadas pelas controladas ENGIE Trading Comercializadora de Energia Ltda. e ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

- Transmissão: a Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Gralha Azul, cuja implantação iniciou no segundo semestre de 2018, e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. A atividade operacional deste segmento ainda não foi iniciada, tendo em vista o andamento das obras e será realizada pela controlada Gralha Azul.

- Painéis solares: atividade de desenvolvimento, venda atacadista e varejista e a operação e a manutenção de geradores e de painéis solares realizada pela controlada EGSD, cujo controle foi adquirido em agosto de 2018, data na qual passou a ser consolidada pela Companhia.

- Transporte de gás: A Companhia também atua nos mercados de gás através de sua controlada em conjunto Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG"), desde junho de 2019.

2019

Os principais segmentos operacionais da Companhia são geração e venda de energia elétrica do portfólio ("Geração") e *trading* de energia elétrica ("*Trading*"). Esses segmentos concentraram 86,0% e 11,3%, respectivamente, das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2019.

Em 2019, a Companhia ingressou no segmento de transporte de gás através de sua controlada em conjunto TAG, conforme descrito a seguir, no item "b". Este novo segmento não é consolidado nas demonstrações contábeis da Companhia, tendo em vista ser oriundo dos resultados de um empreendimento controlado em conjunto. Os efeitos deste segmento estão apresentados no resultado do exercício como "Resultado de equivalência patrimonial" e representam 3,5% do lucro líquido da Companhia.

Em 2019 não houve alienação de segmento operacional.

2018

O segmento operacional de Geração concentrou 92,1% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2018, enquanto o segmento operacional de *Trading* concentrou 7,0% do total auferido.

Em 2018, a Companhia ingressou nos seguintes novos segmentos: (i) operações de *trading* de energia elétrica; (ii) geração distribuída decorrente da venda e instalação de painéis solares, por meio da aquisição do controle da EGSD (conforme definido abaixo); e (iii) transmissão de energia elétrica, a partir da conquista da Linha de Transmissão Gralha Azul, cuja construção se iniciou em 2018 e segue em execução, conforme descrito a seguir, no item "b". Estes novos segmentos não são representativos em relação ao total dos ativos, receita e lucro líquido da Companhia.

Em 2018 não houve alienação de segmento operacional.

2017

O segmento operacional de Geração concentrou 99,4% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2017.

Em 2017 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2019

As principais informações referentes à constituição, alteração relevante, aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são estas:

- Transportadora Associada de Gás S.A. – ("TAG")

Em 05.04.2019, a Companhia, em conjunto com uma subsidiária integral da ENGIE S.A., sua controladora final, e o Caisse de Dépôt et Placement du Québec ("Ofertantes") tomaram conhecimento que foram vencedoras do processo competitivo conduzido pela Petrobras para a aquisição de 90% da participação acionária de titularidade da Petrobras na TAG, a qual possui infraestrutura de gasodutos com aproximadamente 4.500 km e com 12 instalações de compressão de gás (6 próprias e 6 subcontratadas) e 91 pontos de entrega.

A oferta final e vinculante apresentada pelos Ofertantes representa um valor da empresa de R$ 35,1 bilhões para 100% da TAG, na data base de dezembro de 2017. A realização da oferta foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26.03.2019, que também levou em consideração a manifestação favorável do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, conforme instalado na 173ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11.05.2018. Em 25.04.2019 foi assinado o contrato de compra e venda e outras avenças entre a Aliança Transportadora de Gás Participações S.A. ("Aliança"), na qualidade de compradora, a Companhia, GDF International (subsidiária integral da ENGIE S.A.) e Caisse de Dépôt et Placement du Québec, na qualidade de membros do grupo adquirente, a Petrobras, na qualidade de vendedora, a TAG, na qualidade de interveniente-anuente, e a ENGIE Brasil Participações Ltda., na qualidade de interveniente-garantidora, o qual regula a aquisição pelos membros do grupo adquirente, por meio da Aliança, de participação acionária na TAG equivalente a 90% do seu capital social de titularidade da Petrobras. A participação direta da Companhia no capital social da Aliança era de 32,5%. Desta forma, a Companhia detinha participação indireta de 29,25% no capital social da TAG. A Petrobras permaneceu com uma participação minoritária de 10% na TAG.

A Aliança, os membros do grupo adquirente, a TAG e a Petrobras realizaram em 13.06.2019, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda, os atos do fechamento, conforme disposto no contrato, incluindo a transferência das ações de emissão da TAG de titularidade da Petrobras, representativas de 90% de capital social total da TAG, para Aliança e o pagamento, pela Aliança e membros do grupo adquirente, do valor de aproximadamente R$ 31,5 bilhões para a Petrobras como contraprestação pelas ações, e o montante de aproximadamente R$ 2,0 bilhões, correspondente ao pré-pagamento, pela TAG, de suas dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com recursos disponibilizados pela Aliança à TAG.

Em decorrência da operação de compra das ações, a Companhia realizou aportes na controlada em conjunto Aliança que totalizaram R$ 3,5 bilhões. Também nesta data a Aliança, os membros do grupo adquirente e a Petrobras assinaram o acordo de acionistas para regular seu relacionamento como acionistas diretos e indiretos na TAG, incluindo o exercício dos seus respectivos direitos de voto e as limitações à transferência de ações.

Em 02.09.2019, a TAG realizou a incorporação da Aliança, passando os membros do grupo adquirente a deter participação societária direta na TAG, no mesmo percentual de participação indireta detido anteriormente. Em 14.10.2019, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ratificou a aquisição do controle acionário compartilhado de TAG.

2018

As principais informações referentes à constituição, alteração relevante, aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são estas:

- Diamante Geração de Energia Ltda. ("Diamante")

Em janeiro de 2018, a Companhia aumentou o capital social da controlada direta Diamante, em R$ 562 milhões, substancialmente, pela integralização do ativo imobilizado e dos estoques, a valores contábeis, relacionados ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (CTJL). A referida operação teve o objetivo principal de manter as operações de geração a carvão em uma sociedade separada e não resultou em qualquer impacto nas operações e no resultado consolidado da Companhia.

Em fevereiro, a Aneel autorizou a transferência das usinas pertencentes ao CTJL da ENGIE Brasil Energia para a Diamante.

Estas usinas são constituídas por sete grupos geradores, agrupados da seguinte forma: Jorge Lacerda A, com quatro unidades geradoras com capacidade total de 232 MW, Jorge Lacerda B, com duas unidades cuja capacidade total é de 262 MW e Jorge Lacerda C, com uma unidade geradora de 363 MW, totalizando, desta forma, 857 MW. A garantia física para comercialização é de 649,9 MW médios e sua autorização para funcionamento tem vigência até 2028.

- Gralha Azul Transmissão de Energia Ltda ("Gralha Azul", anteriormente denominada como "ENGIE Transmissão de Energia Ltda.")

A Gralha Azul tem por objeto social a transmissão de energia elétrica e foi constituída para participar do Leilão de Transmissão n° 02/2017, realizado pela ANEEL em 15.12.2017. Em 08.03.2018, a Companhia, por meio de suas controladas diretas ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), assinou o contrato de concessão referente ao referido leilão.

O empreendimento, intitulado "Projeto Gralha Azul", terá investimento aproximado de R$ 2 bilhões e compreenderá, aproximadamente, 1.000 km de linhas de transmissão na região centro-sul paranaense com a construção de cinco subestações e 10 linhas de transmissão que irão percorrer 25 municípios.

O prazo da concessão do serviço público de transmissão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do contrato, ocorrido em 08.03.2018. O prazo limite para início da operação comercial é 09.03.2023.

- ENGIE Geração Solar Distribuída S.A. ("EGSD")

Em agosto de 2018, a Companhia concluiu o processo de aquisição do controle da EGSD. A aquisição da controlada ocorreu em estágios, tendo sido iniciada em abril de 2016 pela compra de 50% do capital social da investida. O montante total da aquisição foi de R$ 59 milhões, a saber: (i) R$ 24 milhões – aquisição de 50% do capital social em abril de 2016, mediante subscrição de capital e ágio na subscrição de ações; e (ii) R$ 35 milhões – aquisição dos 50% do capital social remanescente, concluída em agosto de 2018.

A EGSD tem como objeto social o desenvolvimento, a venda atacadista e varejista e a operação e a manutenção de geradores e de painéis solares, com potência instalada abaixo de 5,0 MW.

As atividades desta Companhia não são representativas em relação ao total dos ativos, receita e lucro líquido da ENGIE Brasil Energia.

- ENGIE Trading Comercializadora de Energia Ltda. ("ENGIE Trading")

Visando assumir as posições de mercado relacionadas à variação do preço da energia elétrica, dentro dos limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos, a partir de janeiro de 2018, a Companhia ingressou no mercado de *trading* de energia.

As operações de *trading* são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido, principalmente, ao fato de que não há compromisso de combinar operações de compra e de venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado.

A Empresa está em processo de estruturação e aguarda autorização dos órgãos competentes para que possa desempenhar suas atividades. Por este motivo, em 2018, as operações dessa natureza foram realizadas pela ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC").

2017

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia são estas:

- Companhia Energética Jaguara e Companhia Energética Miranda

A Companhia, em 27.09.2017, arrematou no Leilão de Concessões não Prorrogadas, promovido pela Aneel, as Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda, pelo custo de R$ 3.531 milhões, as quais possuem capacidade instalada de 424,0 MW e 408,0 MW e capacidade comercial de 341,0 MW médios e 198,2 MW médios, respectivamente. Ambas as concessões pertenciam à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. A EBE apresentou o maior valor de bonificação pela outorga para a geração de energia elétrica em regime de cotas, observando o percentual de 70% da garantia física das Usinas Hidrelétricas destinado ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Os 30% restantes serão destinados ao Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em 09.10.2017, foram constituídas a Companhia Energética Jaguara e a Companhia Energética Miranda, as quais iniciaram as atividades em 19.10.2017 e 20.10.2017, respectivamente, e têm como objetivo operar as Usinas Hidrelétricas Jaguara e Miranda.

Em 29.12.2017, a operação foi assumida pela Companhia, após o período de transição, denominado "operação assistida", iniciado em 10.11.2017, data na qual os contratos de concessão foram assinados.

- Conjunto Eólico Umburanas

Em 24.11.2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social das empresas que compõem o Conjunto Eólico Umburanas pelo valor de R$ 17 milhões. Localizada no município de Umburanas (BA), possui potencial eólico de 605,0 MW, dos quais 360,0 MW são relacionados à Fase I (257,5 MW destinados ao mercado livre e 102,0 MW já contratados no mercado regulado), com início de operação em 2019. Os 245,0 MW remanescentes permanecerão no portfólio da Companhia para desenvolvimento futuro. Todo o licenciamento ambiental está regularizado e as obras estão em fase inicial.

- Alienação – Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Hidrelétrica Areia Branca

Em 31.10.2017, foi concluída a alienação da totalidade das participações societárias da Companhia e da sua controlada direta ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") nas sociedades Eólica Beberibe S.A., Eólica Pedra do Sal S.A. e Hidrelétrica Areia Branca S.A., pelo montante de R$ 321 milhões, após os ajustes de preço, líquido do PIS e da Cofins e após terem sido atingidas todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações. As usinas pertencentes às controladas indiretas alienadas possuem capacidade instalada total de 63,4 MW e capacidade comercial total de 23,9 MW médios.

- Diamante Geração de Energia Ltda.

Em 13.12.2017 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência do patrimônio do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda ("CTJL") para a Diamante Geração de Energia Ltda. ("Diamante"), empresa controlada pela Companhia constituída exclusivamente para essa finalidade. A transferência ocorreu em 01.01.2018, por meio do aumento de capital da Diamante via integralização do ativo imobilizado e do estoque vinculados ao CTJL.

c. Eventos ou operações não usuais

2019

Os principais eventos não usuais que impactaram o resultado da Companhia no exercício de 2019 foram os seguintes: (i) R$ 321 milhões oriundos de indenizações recebidas por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção da Usina Termelétrica Pampa Sul, principalmente relacionados ao atraso na conclusão da obra. O valor recebido está estipulado em contrato e é apurado a partir do produto entre a quantidade de dias em atraso na entrega da obra e um valor fixo diário. Esse valor foi apurado de forma a compensar a Companhia pelo resultado não auferido em consequência de atraso na conclusão da obra e foi reconhecido em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas"; e (ii) R$ 11 milhões referentes às receitas de indenização para compensação dos impactos negativos pela interrupção de negócios, motivada por sinistro na Usina Termelétrica Jorge Lacerda A e na Usina Hidrelétrica Jaguara, cobrança de multas contratuais por atraso parcial em obra de modernização de uma das máquinas da Usina Hidrelétrica Salto Osório e por indisponibilidade nas usinas do Conjunto Eólico Santa Mônica.

2018

Os principais eventos não usuais que impactaram o resultado da Companhia no exercício de 2018 foram os seguintes: (i) R$ 85 milhões referentes, sobretudo, às receitas de indenização para compensação dos impactos negativos pela interrupção de negócios, motivada por sinistro na Usina Termelétrica Jorge Lacerda A, e de cobrança de multas contratuais por atraso parcial em obra de modernização de uma das máquinas da Usina Hidrelétrica Salto Santiago e por indisponibilidade nas usinas do Conjunto Eólico Santa Mônica; e (ii) complemento da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) no montante de R$ 39 milhões, referente aos ativos da UTE William Arjona.

2017

Os principais eventos não usuais que impactaram o resultado da Companhia no exercício de 2017 foram estes: (i) em 31.10.2017, após o cumprimento das condições precedentes contratadas, a Companhia efetivou a venda das controladas Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca, reconhecendo, no 4º trimestre de 2017, o resultado na alienação de investimentos no montante de R$ 57 milhões; e (ii) ocorrência de sinistro em uma unidade geradora da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHSA), gerando indenização relativa à exposição de lucros cessantes de longo prazo no montante de R$ 22 milhões.

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

2019

A principal norma emitida pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e replicada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência a partir de 01.01.2019, que impactou as práticas contábeis da Companhia, é a seguinte:

Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

As alterações no CPC 06 (R2) introduziram exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma alterada estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado.

A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

A Companhia realizou a análise de todos os seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamentos das áreas onde estão ou serão instalados os parques eólicos e solares e de utilização do edifício da sede administrativa. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo de arrendamento. A Companhia optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e para os quais o ativo subjacente é de baixo valor individual.

Conforme previsto no pronunciamento, a Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não reapresentou os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção (01.01.2019). Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2).

As principais práticas contábeis adotadas na aplicação do CPC 06 (R2) foram:

Direitos de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

2018

As principais normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e replicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência a partir de 01.01.2018, que impactaram as práticas contábeis da Companhia, foram as seguintes:

CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15)

De acordo com a nova norma, as receitas devem ser reconhecidas em valores que reflitam a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente. O reconhecimento da receita deve ser realizado a partir da transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios. O pronunciamento prevê a necessidade de se observar algumas etapas para o reconhecimento da receita.

Com base nisto, a Companhia reconhece suas receitas conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

As principais alterações na norma foram as seguintes:

Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

O pronunciamento traz uma abordagem que busca refletir o modelo de negócios da Companhia e suas características de fluxo de caixa. Com base nisso, os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Mensuração e reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige que a Administração da Companhia exerça um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Contabilidade de *hedge*

A norma exige que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e as estratégias de gestão de risco da Companhia e que seja aplicada uma abordagem qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*.

Conforme previsto no pronunciamento, na aplicação do CPC 48, a Companhia optou por continuar adotando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38.

2017

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, no exercício encerrado em 31.12.2017.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2019

O impacto no resultado do exercício findo em 31.12.2019 decorrente da adoção do IFRS 16 foi negativo, no montante de R$ 2 milhões.

2018

As mudanças nas práticas contábeis no exercício findo em 31.12.2018 não promoveram impactos significativos.

2017

No exercício encerrado em 31.12.2017 não houve alteração nas práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva no relatório dos auditores independentes da Companhia relativo às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e de premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e dos seus passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, de premissas ou de condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e as premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações contábeis. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas futuras de câmbio, de inflação, de taxas de juros de longo prazo e de preços de energia.

b. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando eles são necessários.

c. Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para avaliar se há evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação desses ativos (*impairment*). Esses testes envolvem algumas variáveis e incertezas no que se refere às projeções de fluxos de caixa, para avaliação dos ativos em uso, e às definições dos valores de mercado dos ativos, para os mantidos para venda.

d. Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Companhia reconhece suas obrigações com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando estas práticas: (i) os compromissos futuros decorrentes dos planos de benefício de pensão são descontados ao valor presente com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com duração média (*duration*) similar à esperada para pagamento dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos dos planos de pensão são avaliados pelos seus valores justos na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais, os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade, estimativas de inflação, de previsão de crescimento salarial, de desligamento e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas.

e. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

São definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

f. Provisão para desmobilização de ativos de geração

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

g. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

10.6 Descrição pelos diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10.7 Comentários dos diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

b. Natureza e o propósito da operação

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10.8 Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a. Investimentos:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia detinha em andamento ao final do ano de 2019, basicamente, as obras do Conjunto Eólico Campo Largo - Fase II, do Sistema de Transmissão Gralha Azul ("Gralha Azul"), conclusão da Usina Termelétrica Pampa Sul e modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório.

Os investimentos realizados em 2019 e os previstos para o período de 2020 a 2022 na data-base de 31.12.2019, são estes:

Financiamento com (Valores em R$ milhões)	Realizado 2019	Previsto 2020	Previsto 2021	Previsto 2022
- Capital de terceiros	5.180	2.981	516	40
- Capital próprio	(277)	(520)	614	207
	4.903	**2.461**	**1.130**	**247**

Os montantes negativos apresentados na linha "Capital próprio" referem-se à reposição com recursos de terceiros do capital próprio inicialmente investido, em função de alteração no cronograma de liberação dos financiamentos.

No ano de 2019, a Companhia investiu R$ 3.470 milhões na aquisição de participação societária na Aliança Transportadora de Gás S.A ("Aliança"), empresa adquirente de 90% da participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A ("TAG").

No mesmo ano, a Companhia investiu R$ 1.240 milhões na construção de novos projetos, sendo: (i) R$ 377 milhões na Usina Termelétrica Pampa Sul; (ii) R$ 374 milhões no Conjunto Eólico Umburanas – Fase I; (ii) R$ 228 milhões no Conjunto Eólico Campo Largo – Fase II; (iii) R$ 170 milhões no Sistema de Transmissão de Energia Gralha Azul; e (iv) R$ 91 milhões no Conjunto Eólico Campo Largo – Fase I.

Adicionalmente, a companhia aplicou R$ 138 milhões nas obras de manutenção e revitalização do seu parque gerador, de forma a manter o alto grau de disponibilidade das usinas. Por fim, foram investidos R$ 55 milhões nas modernizações das Usinas Hidrelétricas Salto Santiago e Salto Osório.

Os valores anteriormente mencionados não consideram a capitalização dos juros sobre o financiamento durante a fase de construção dos empreendimentos.

Os principais projetos e investimentos previstos para os próximos anos referem-se ao desenvolvimento da Linha de Transmissão Gralha Azul, do Conjunto Eólico Campo Largo – Fase II e à manutenção do parque gerador da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais, realizados pelas controladas, geralmente possuem financiamento da ordem de 50% a 70% do investimento total. O montante remanescente é coberto com recursos próprios, os quais, usualmente, resultam de aportes de capital da controladora, ENGIE Brasil Energia. A controladora capta recursos por meio de empréstimos bancários ou emissões junto ao mercado de capital que, usualmente, são destinados aos referidos aportes.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e Usina Termelétrica Pampa Sul

Como parte dos compromissos da Companhia com a descarbonização de seu portfólio, a sondagem de mercado para a identificação de potenciais compradores para o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC), e para a Usina Termelétrica Pampa Sul (RS) continua em andamento.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em consonância com o modelo de negócios do Grupo Econômico ENGIE, a controladora ENGIE Brasil Participações (EBP) participa dos leilões e desenvolve os projetos hidrelétricos, mitiga os principais riscos e então transfere os projetos para a Companhia. O momento da transferência é determinado pelo estágio do perfil de risco de cada projeto.

Nesse contexto, a EBP, por meio da controlada Energia Sustentável do Brasil S.A., inaugurou a UHE Jirau em dezembro de 2016, em Porto Velho, estado de Rondônia (RO), com potência instalada de 3.750 MW. A UHE Jirau conta com todas as suas 50 unidades geradoras em funcionamento.

Em maio de 2017, a EBP divulgou a contratação do Banco Itaú BBA S.A. para a prestação de serviços de assessoria financeira na preparação de estudo econômico-financeiro para elaboração de proposta de transferência para a ENGIE Brasil Energia de sua participação de 40% na ESBR Participações S.A. (a ESBR Participações S.A. foi incorporada, e por consequência extinta, no ano de 2018 por sua controlada direta Energia Sustentável do Brasil S.A.), detentora de 100% do capital social da ESBR, e sua participação de 100% na Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda. A avaliação da transferência foi colocada em espera, aguardando condições mais favoráveis para que as discussões sejam retomadas.

c. Novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

Cabe mencionar que a Companhia, na condição de empresa geradora de energia elétrica autorizada à produção independente, e conforme a Lei nº 9.991/2010, e suas alterações posteriores, está obrigada a aplicar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm esta destinação: (i) 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear, principalmente, os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético brasileiro.

No final do ano de 2019, a Companhia e suas controladas tinham saldo de R$ 73 milhões para investimentos em projetos próprios, dos quais R$ 28 milhões estão relacionados a projetos de P&D já em execução.

Parte substancial do valor já está comprometido e refere-se aos projetos de pesquisa e desenvolvimento direcionados: (i) ao desenvolvimento e certificação de um aerogerador com tecnologia nacional e potência nominal de 4 MW, em parceria com a empresa WEG S.A – investimento total de cerca de R$ 201 milhões, dos quais R$ 84 milhões oriundos de recursos de P&D; e (ii) à exploração de todos os possíveis papéis que um sistema de armazenamento de energia pode desempenhar, incluindo avaliação de sistemas utilizando baterias eletroquímicas em aplicações centralizadas de grande porte, aplicações em geração distribuída de médio e pequeno porte e aplicações em veículos elétricos de transporte individual e coletivo – investimento total R$ 25 milhões, dos quais R$ 19 milhões oriundos de recursos de P&D.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

- Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado")

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 23.12.2019, aprovou a aquisição da totalidade das ações da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado") pela ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A. ("ENGIE Transmissão"), controlada direta da Companhia. Nesta data foi assinado o contrato de compra e venda de ações entre a ENGIE Transmissão, na qualidade de compradora, Sterlite Brazil Participações S.A. ("Sterlite Participações"), na qualidade de vendedora, e a Novo Estado, na qualidade de interveniente-anuente.

No dia 03 de março de 2020, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída a operação de aquisição de 100% das ações da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. O preço de aquisição será de até R$ 410 milhões, sendo que R$ 360 milhões foram pagos na data do dia 03 de março de 2020 e R$ 50 milhões estão sujeitos ao comprimento de determinadas condições previstas.

A Novo Estado foi vencedora do Lote 3 do Leilão de Transmissão Aneel n° 002/2017 realizado em dezembro de 2017, resultando na assinatura do contrato de concessão n° 003/2018. O objeto da referida concessão é a construção, operação e manutenção de aproximadamente 1.800 quilômetros de linhas de transmissão, uma nova subestação e a expansão de outras três subestações existentes nos estados do Pará e Tocantins.

- Primeira emissão debêntures – Séries única - ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 31.01.2020, aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A. , no valor total de R$ 500 milhões, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescida de spread de 0,67% a.a., prazo de vencimento de 9 meses a partir da data de emissão e pagamento de principal e juros remuneratórios na data de vencimento. A liquidação financeira ocorreu em 02.03.2020.

- Aprovação de captação de empréstimo em moeda estrangeira

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 23.03.2020, aprovou a captação de empréstimo, junto a banco ou bancos de primeira linha, na modalidade da lei nº 4131/62 e a respectiva operação de *swap*. O valor aprovado é de até USD 325 milhões, com prazo de amortização de até 4 anos em parcela única ao final do empréstimo. O valor será destinado a financiar a implementação do plano de negócios da Companhia.

- Instauração do Comitê de Crise

Em função do rápido desenvolvimento do Covid-19 no mundo e no Brasil, a Companhia vem tomando várias medidas para monitorar a evolução do vírus e reduzir sua velocidade de propagação. O objetivo é proteger os colaboradores, suas famílias e a comunidade, de forma a reduzir a exposição, evitando assim o esgotamento da estrutura de atendimento de saúde brasileira. A Companhia adotou como medidas: (i) estruturação de um plano de contingência visando garantir a saúde e a segurança dos colaboradores e a segurança operacional da Companhia; (ii) instituição do regime de teletrabalho para colaboradores próprios, temporários, estagiários e jovens aprendizes, determinando um efetivo mínimo necessário a fim de garantir as operações da Companhia; (iii) restrição de realização de reuniões presenciais, orientando os colaboradores a utilizar os recursos de videoconferência disponíveis; (iv) suspensão do Programa de Visitas nas Usinas; e (v) suspensão de viagens internacionais e restrição de viagens locais às extremamente necessárias.

ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

Artigo 9ª ICVM 481/09 – Parágrafo único, Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09:

Destinação do lucro líquido do exercício

1) Informar o lucro líquido do exercício	R$ 2.310 milhões (controladora)
2.a) Informar o montante global dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 1.247 milhões [6]
2.b) Informar o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 1,5288117415 por ação ordinária
3) Informar o percentual sobre o lucro líquido do exercício distribuído	Equivalente a 56,8% do lucro líquido ajustado [7]
4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	Não aplicável.
5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:	
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe	Não aplicável.
b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio	Não aplicável.
c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	Não aplicável.

[6] O montante global dos dividendos, de R$ 1.247 milhões, inclui os montantes de R$ 893 milhões e 354 milhões relativos a dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, respectivamente, indicados no item 6 "a". O montante global dos dividendos é equivalente, portanto, a 56,8% do lucro líquido ajustado.

[7] Lucro líquido ajustado corresponde ao lucro líquido do exercício, deduzido das Reservas Legal e de Incentivos Fiscais, ajustado pela realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído do ativo imobilizado, conforme orientação estabelecida no CPC 27 e ICPC 10) e pelos dividendos e juros sobre capital próprio não reclamados, reconhecidos na conta "Lucros Acumulados".

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento	Não aplicável.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados	R$ 893 milhões de dividendos intercalares e R$ 354 milhões de crédito de juros sobre o capital próprio
b) Informar a data dos respectivos pagamentos	O início do pagamento dos dividendos intercalares ocorreu em 29.01.2020 e dos juros sobre o capital será definido posteriormente

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores	2019 = R$ 2,8310418867 2018 = R$ 2,8364772872 2017 = R$ 2,4553787762[8]
b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos últimos 3 exercícios	2019 = R$ 1,5288117415 2018 = R$2,7851510063[9] 2017 = R$ 3,0642635985

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal	R$ 115 milhões.

[8] Em razão do aumento da quantidade de ações em 2018, por meio da bonificação de 163.185.548 novas ações ordinárias aos acionistas, o "Lucro por ação básico e diluído – em R$", relativo a 2017, da Controladora e do Consolidado foi reapresentado, com o objetivo de considerar a quantidade de ações ordinárias da Companhia em 31.12.2018 – 815.927.740.

[9] Os dividendos e juros sobre o capital próprio por ação ordinária (em reais) foram calculados considerando a quantidade de ações de 31.12.2018.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	Corresponde a 5% do lucro líquido do exercício.

9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos mínimos	Não aplicável

10) Em relação ao dividendo obrigatório	
a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto	O estatuto social da Companhia prevê que em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. - A Companhia levantará balanço semestral podendo, o Conselho de Administração, declarar dividendos intercalares com base nele. - A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos intercalares em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1° do artigo 182 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976. - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios. - Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente	Sim
c) Informar o montante eventualmente retido	Não aplicável

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia	
a) Informar montante da retenção	Não aplicável
b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos	Não aplicável
c) Justificar a retenção dos dividendos	Não aplicável

12) Havendo destinação do resultado para reserva de contingências	
a) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
b) Identificar a perda considerada provável e sua causa	Não aplicável
c) Explicar porque a perda foi considerada provável	Não aplicável
d) Justificar a constituição da reserva	Não aplicável

13) Havendo destinação do resultado para reserva de lucros a realizar	
a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar	Não aplicável
b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva	Não aplicável

14) Havendo destinação do resultado para reservas estatutárias	
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabeleceram a reserva	Não aplicável
b) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável

15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital	
a) Identificar o montante da retenção	R$ 950 milhões
b) Fornecer cópia do orçamento de capital	Apresentado no Anexo III desta Proposta da Administração

16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais	
a) Informar o montante destinado à reserva	R$ 28 milhões
b) Explicar a natureza da destinação	A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Esse benefício corresponde à redução de 75% no

	imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício – Usinas Ponte de Pedra e São Salvador, com base no Art. 626 do Decreto n° 9.580/2018, conforme demonstrado a seguir: **R$ milhões** **Lucro da exploração** **176** Imposto de renda nominal (15%) 26 Adicional de imposto de renda 12 **Imposto de renda calculado** **38** Incentivo fiscal (%) 75% **Incentivo fiscal** **28**

17) Havendo destinação de resultado para aumento de capital social	
a) Informar o valor do aumento	Não aplicável
b) Informar o valor do novo capital social	Não aplicável
c) Informar se houve emissão de novas ações	Não aplicável
d) Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento de capital social	Não aplicável

ANEXO III – ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em milhares de reais

	A realizar			
Fontes de recursos	**2020**	**2021**	**2022**	**Total**
Retenção de lucros do exercício de 2019 (Artigo 196 da Lei das S.A.)	949.744	-	-	949.744
Capital de terceiros e geração interna de caixa	3.762.794	2.181.404	246.787	6.190.985
Total das fontes	**4.712.538**	**2.181.404**	**246.787**	**7.140.729**
Aplicações				
Usina Termelétrica Pampa Sul	197.701	-	-	197.701
Conjunto Eólico Campo Largo – Fase II	1.027.054	327.124	-	1.354.178
Sistema de Transmissão Gralha Azul	942.810	645.312	49.458	1.637.580
Sistema de Transmissão Novo Estado	2.251.559	1.051.378	-	3.302.937
Modernização de Salto Osório	92.228	9.621	99	101.948
Manutenção do parque produtivo	201.186	147.969	197.230	546.385
Total das aplicações	**4.712.538**	**2.181.404**	**246.787**	**7.140.729**

12.5/6 Composição e experiência profissional do conselho de administração e do conselho fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (candidatos indicados)

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidos		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões do C.A. de 2019
Maurício Stolle Bähr	**17.09.1957**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
748.528.847-49	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	28.04.2020	Sim
Membro do Comitê Estratégico		10 (dez)	AGO 2022	100%
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	**14.01.1948**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
EK083845	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28.04.2020	Sim
Membro do Comitê Estratégico		9 (nove)	AGO 2022	14%
Manoel Arlindo Zaroni Torres	**18.12.1949**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Sim**
115.116.056-34	Engenheiro	28 - Conselho de Administração Independente (Suplente)	28.04.2020	Sim
-		10 (dez)	AGO 2022	93%
Pierre Jean Bernard Guiollot	**21.04.1968**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
12CE76848	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28.04.2020	Sim
Membro do Comitê Estratégico		2 (dois)	AGO 2022	7%
Paulo Jorge Tavares Almirante	**24.08.1964**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
M619074	Engenheiro	22 – Conselho de Administração (Efetivo)	28.04.2020	Sim
Membro do Comitê Estratégico		2 (dois)	AGO 2022	14%
Paulo de Resende Salgado	**02.07.1945**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Sim**
161.008.917-00	Economista	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo)	28.04.2020	Sim
-		1 (um)	AGO 2022	100%

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidos		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões do C.A. de 2019
José Pais Rangel	**09.09.1940**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Sim**
239.775.667-68	Advogado	27 – Conselho de Administração Independente (Efetivo)	28.04.2020	Não
-		7 (sete)	AGO 2022	100%
Gil de Methodio Maranhão Neto	**18.01.1963**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
734.574.937-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28.04.2020	Sim
-		7 (sete)	AGO 2022	64%
Karin Koogan Breitman	**18.04.1969**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Sim**
375.914.877-87	Engenheira	27 – Conselho de Admministração Independente (Efetivo)	28.04.2020	Sim
-		1 (um)	AGO 2022	7%
Simone Cristina de Paola Barbieri	**14.03.1971**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
149.142.418-46	Psicóloga	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28.04.2020	Sim
-		2 (dois)	AGO 2022	86%
Leonardo Augusto Serpa	**07.01.1980**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
026.127.629-81	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28.04.2020	Sim
-		1 (um)	AGO 2022	57%
Antonio Alberto Gouvêa Vieira	**31.08.1955**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Sim**
338.907.227-68	Advogado	28 - Conselho de Administração Independente (Suplente)	28.04.2020	Sim
-		7 (sete)	AGO 2022	0%
Raphael Vincent Philippe Barreau	**20.12.1975**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
EN751677	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28.04.2020	Sim
-		1 (um)	AGO 2022	71%

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidos		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões do C.A. de 2019
Gustavo Henrique Labanca Novo	**05.03.1968**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
000.674.107-07	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28.04.2020	Sim
-		1 (um)	AGO 2022	36%
Raquel da Fonseca Cantarino	**16.10.1972**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Sim**
025.407.357-38	Administradora	28 - Conselho de Administração Independente (Suplente)	28.04.2020	Não
-		1 (um)	AGO 2022	0%
Richard Jacques Dumas	**20.01.1971**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
19FV02623	Economista	22 – Conselho de Administração (Efetivo)	-	Sim
-		0 (zero)	AGO 2022	na
Adir Flavio Sviderskei	**16.02.1965**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
427.166.400.68	Operador de Usina	22 – Conselho de Administração (Efetivo)	28.04.2020	Não
-		0 (zero)	AGO 2022	na
Rubens José Nascimento	**11.12.1963**	**Pertence apenas ao Conselho de Administração**	**28.04.2020**	**Não**
564.610.629-04	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	28.04.2020	Sim
-		0 (zero)	AGO 2022	na

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr - 748.528.847-49

Nascido em 17.09.1957, é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho (RJ) e em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Concluiu MBA pela COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Corporate Finance pela Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos da América (EUA). Foi Diretor Financeiro da Serra da Mesa Energia S.A. e Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente é Diretor Presidente da ENGIE Brasil Participações Ltda., Presidente do Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia e Presidente do Conselho de Administração da Energia Sustentável do Brasil S.A.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert – EK083845

Nascido em 14.01.1948, é Engenheiro Mecânico e Eletricista formado pela Universidade de Ghent (Bélgica). Participou do Programa de Gerenciamento CEDEP em Fontainebleau, na França. Foi CEO da GDF SUEZ Energy International, Presidente da GDF SUEZ Energy North America Inc., Diretor da Glow Energy, empresa pública sediada na Tailândia, Diretor e Presidente do Conselho de Administração da International Power S.A., Diretor da Electrabel, Diretor da Tractebel Engineering, Diretor da Gaselys (França) e Diretor da Célizan (França). Atualmente é: (i) Vice-Presidente executivo da Engie S.A., comandando a divisão Energy Europe do grupo; (ii) membro do comitê executivo e do comitê administrativo da Engie; e (iii) CEO da Electrabel, além de integrar o Comitê Estratégico e o Conselho de Administração da Companhia.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Manoel Arlindo Zaroni Torres - 115.116.056-34

Nascido em 18.12.1949, é Engenheiro Eletricista formado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG) e Especialista em Administração Geral pelo CEDEP, associado ao INSEAD, em Fontainebleau, na França. Em 2015, participou do *"Leading from the Chair" programme* – INSEAD – França. De 1973 a 1998, trabalhou em Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), e em 1998, passou a integrar a diretoria da ENGIE Brasil Energia S.A., quando atuou como Diretor de Operação. De 1999 a 2016 exerceu o cargo de Diretor Presidente da Companhia e de algumas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) controladas pela Companhia. Foi membro do Conselho de Administração da Itá Energética S.A. e da Eternit; presidente do Conselho Plenário do Comitê Gestor do Consórcio Machadinho; e membro do Conselho Superior de Formulação Estratégica da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia e da Energia Sustentável do Brasil.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Pierre Jean Bernard Guiollot - 12CE76848

Nascido em 21.04.1968, graduado em Serviços Públicos pela Sciences Po Paris. No período de 2008 a 2012 exerceu o cargo de gerente de contabilidade da Engie S.A. Em 2013 passou a exercer o cargo de Diretor Financeiro da divisão de energia internacional da Engie S.A. e desde 2014 é membro do Conselho de Administração da Glow Energy PCL.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial

Paulo Jorge Tavares Almirante - M619074

Nascido em 24.08.1964, é engenheiro com mestrado em engenharia mecânica pela Universidade Técnica de Lisboa, diplomado em estudos de gestão pela Universidade Católica de Lisboa e participou do programa global de desenvolvimento de liderança da London Business School. Possui mais de 25 anos de experiência nos setores de energia elétrica e de gás. De 2004 a 2013 foi diretor da International Power PLC para a região da Ibéria, responsável pela gestão executiva dos negócios em Portugal e Espanha e de 2013 a início de 2016 foi presidente da TrustEnergy, responsável pela gestão executiva dos negócios da ENGIE Europa em Portugal, e diretor executivo da Portgás, concessionária para implantação de rede de gás natural em 29 municípios portugueses. Atualmente exerce os cargos de Presidente Executivo da Unidade de Negócios de Geração na Europa e Vice-Presidente do Comitê Executivo, ambos na ENGIE. Ainda, foi membro do comitê consultivo regulador de energia de Portugal e é vice-presidente da associação portuguesa de indústria de energia elétrica.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Paulo de Resende Salgado - 161.008.917-00

Nascido em 02.07.1945, é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, possui pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Executivo Financeiro, MBA Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capital Market FGV-AID-EUA. Foi Vice-Presidente Presidente do Citibank, Superintendente de Investimento no Banco Econômico de Investimentos S.A., Diretor de Underwriting e Privatização no Banco Nacional S.A., onde participou do projeto de privatização da Light e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Atuou, também, como Diretor da Nacional Energética S.A. e da IVEN S.A, e como Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A.; como Consultor Econômico da Agenda Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.; e como membro do Conselho Fiscal da Companhia.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Pais Rangel - 239.775.667-68

Nascido em 09.09.1940, é formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes (RJ), possui licenciatura em Direito e Legislação/Habilitação de Magistério pela Faculdade Niteroiense de Formação de Professores. Possui curso de Mercado de Capitais nos EUA (Convênio Banco Central do Brasil / USAID – 1977), com sólida carreira em empresa de capital aberto, exerceu no Banco Central do Brasil – BACEN as seguintes funções: inspetor de mercado de capitais; supervisor de fiscalização do mercado de capitais; chefe regional da fiscalização do mercado de capitais; chefe do departamento da dívida pública; gerente de operações de mercado; coordenador do projeto e implantador do sistema SELIC no mercado financeiro brasileiro; fundador e membro do conselho de curadores da CENTRUS – Fundação Banco Central de Previdência Privada; coordenador do programa de desestatização de empresas controladas pelo Banco Central do Brasil; presidente do conselho de administração da Companhia América Fabril; membro do conselho de administração da Companhia Fábrica de Tecidos Dona Isabel; assessor da Presidência da República – SEPLAN / Comissão Especial de desestatização; presidente Cia Nacional de Tecidos Nova América; liquidante das seguintes estatais: DIGIBRÁS (Empresa Digital Brasileira S.A.); DIGIDATA (Eletrônica S.A.); PROEL (Processos Eletrônicos Ltda). Exerceu nos últimos três anos os cargos de: membro titular do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG; membro titular do Conselho de Administração da Eletrobrás; membro suplente do Conselho Fiscal da Petrobrás. Atualmente exerce os cargos de: Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A.; membro do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; membro do Conselho de Administração da Kepler Weber S.A.; e membro titular do Conselho de Administração da Companhia e Gestor de Fundos de Investimento, credenciado pela CVM.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gil de Methodio Maranhão Neto - 734.574.937-15

Nascido em 18.01.1963, é Engenheiro Civil formado pela Veiga de Almeida, possui MBA em finanças pelo IBMEC. Atuou nas áreas de Mercado de Capitais (administração de fundos de ações e underwriting) e comercial (Fundos de Pensão) no Banco Nacional S.A. No período 1994 a 1996 trabalhou na Nacional Energética, na construção da Hidrelétrica Serra da Mesa. Desde 1996 no Grupo Engie, onde atuou como Gerente Delegado, Diretor de Construção da ENGIE Brasil Energia S.A. (Hidrelétricas Itá e Machadinho e Termelétrica William Arjona), e Diretor de Desenvolvimento de Negócios. Atualmente é Diretor de Estratégia, Comunicações e Responsabilidade Social Corporativa, membro do Comitê Executivo do Grupo no Brasil e membro suplente do Conselho de Administração da Energia Sustentável do Brasil S.A.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Karin Koogan Breitman – 375.914.877-87

Nascida em 18.04.1969, formada em Engenharia Elétrica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Engenharia de Software pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Ciências da Computação pela Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ao longo de sua carreira, foi professora de Ciência da Computação na PUC-Rio, onde liderou projetos em conjunto com a NASA, HP, IBM e Microsoft. Mais tarde, ela se juntou à EMC e atuou como vice-presidente e cientista-chefe por um período de quatro anos. Autora de mais de cem patentes combinadas (Microsoft, EMC e Dell), livros e artigos científicos. Atualmente atua no Conselho de Profissionais da ACM, PMI-RJ e no Conselho do Grupo Editorial Nacional. É consultora da Comissão Europeia e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e ocupa o cargo de Diretora na Rio Tinto.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Simone Cristina De Paola Barbieri – 149.142.418-46

Nascida em 14.03.1971, formada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), possui MBA Executivo em Administração Global – SOCIESC e Universidade Lusófona de Lisboa e ICC International Coaching Certification pela Iluminatta Brasil. De 2004 a 2015 foi Coordenadora de RH na ENGIE Brasil Energia S.A., tendo estruturado o programa de sucessão e preparação de potenciais, atuado em processos de desenvolvimento de lideranças, gestão do clima, gestão de desempenho e demais processos relacionados ao desenvolvimento de pessoas. Anteriormente, foi Consultora de RH na Roland Berger Human Resources, atuando em assessment e desenvolvimento de executivos. Atualmente é Diretora de Recursos Humanos na ENGIE Brasil Participações Ltda., responsável pela gestão de RH e Saúde & Segurança, respondendo pela gestão cultural e da mudança, além do alinhamento das práticas de RH nas diversas entidades que compõem a BU Brasil.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Leonardo Augusto Serpa – 026.127.629-81

Nascido em 07.01.1980, formado em Engenharia Eletricista pela Universidade Federal do Estado de Santa Catarina - UFSC, com mestrado pela UFSC, PhD pela Universidade Técnica da Suíça em Zurique e MBA pela Cass Business School, Londres. No período de junho de 2010 a abril de 2016 atuou na ABB, ocupando diversos cargos gerenciais na atividade de produtos elétricos eletrônicos e serviços. Desde maio de 2016 exerce o cargo Diretor Presidente das sociedades do Grupo ENGIE na área de serviços de energia. Ainda ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da ENGIE Geração Solar Distribuída S.A.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antonio Alberto Gouvêa Vieira - 338.907.227-68

Nascido em 31.08.1955, é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, cursou pós-graduação em Administração de Empresas pela mesma universidade. Sócio do Gouvêa Vieira Advocacia, participou nos Conselhos de Administração das empresas Companhia Vidraria Santa Marina (Saint Gobain), de 1992 a 2003; Alcatel Telecomunicações S.A., de 1990 a 2002; Eternit S.A., de 1996 a 2000; Telesp Celular Participações S.A., de 1998 a 2001; e Acesita S.A. (ArcelorMittal Inox Brasil), de 1999 a 2008, do Conselho Fiscal da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), de 2000 a 2001, Presidente do Conselho Consultivo do Banco Calyon Brasil S.A., de 2000 a 2007, e atualmente integra a diretoria executiva da Pubas S.A. e é membro do Conselho de Administração da (i) Leroy Merlin Cia. Brasileira de Bricolagem, desde 1996; (ii) da Boa Esperança S.A.; e (iii) da Sociedade Francesa e Brasileira de Ensino – Lycée Molière.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Raphael Vincent Philippe Barreau – EN751677

Nascido em 20.12.1975, formado em Administração e Mestre de Administração de Negócios pela FUNDP Bélgica. De 2008 a 2013 foi Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios da ENGIE no Oriente Médio. De 2013 a 2017 foi Diretor de Desenvolvimento de Negócios da ENGIE no México. Atualmente é Diretor não estatutário da ENGIE Brasil Participações Ltda., responsável pela área de Aquisições, Investimentos e Assessoria Financeira.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gustavo Henrique Labanca Novo – 000.674.107-07

Nascido em 05.03.1968, é formado em engenharia eletrônica pela Universidade Gama Filho com MBA Executivo pela COPPEAD (UFRJ) e Pós-Graduação em Avaliação de Empresas e Projetos pela FGV-RJ. No Grupo ENGIE há mais de 20 anos, atuando no período de 1998 a 2000 como gerente de projetos e de desenvolvimento de negócios. No período de 2000 a 2010 atuou como analista financeiro, gerente de finanças sênior e VP AIFA (Acquisitions, Investment & Financial Advisory). Já de 2010 a 2015, foi VP de Desenvolvimento de Negócios. Exerceu o cargo de Diretor de Desenvolvimento de Negócios na Companhia de 2016 a agosto de 2019. Foi membro titular do Conselho Deliberativo da PREVIG Sociedade de Previdência Complementar, entidade instituída pela ENGIE Brasil Energia S.A. e foi membro titular do Conselho de Administração da Energia Sustentável do Brasil S.A. Atualmente exerce o cargo de Diretor Superintendente da Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Raquel da Fonseca Cantarino – 025.407.357-38

Nascida em 16.10.1972, é formada em Direito pela Universidade Estácio de Sá e em Administração de Empresas pela Faculdades Integradas Bennett, com Pós-Graduação em Gestão Financeira pela FGV. De 1991 a 1997 foi Analista de O&M na Federal de Seguros S.A. Atualmente é Operadora de Open Market no Banco Clássico S.A., efetuando operações financeiras de compra e venda de papéis, renda fixa, bolsa de valores e fundos de investimento, acompanhando os principais ativos financeiros e indicadores do mercado de capitais e controlando o valor disponível na reserva bancária.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenham suspendido ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Richard Jacques Dumas – 19FV02623

Nascido em 20.01.1971, formado em Economia e Finanças pelo Institut D'estudes Politiques, MBA na Canterbury Business School, participou do Programa de Gerenciamento INSEAD Cedep. Foi Auditor na PWC (Lyon e Paris/França) entre 1996 e2000, Controlador Financeiro da ELYO e SUEZ ENERGIES SERVICES (Paris) de 2000 a 2003, CFO na ELYO ITALIA / GDFSUEZ (Milão) de 2003 a 2009, CFO da COFELY ITALIA /GDFSUEZ (Milão e Roma) de 2009 a 2010, CFO COFELY INEO / ENGIE (Paris) de 2010 a 2016, Vice-Presidente Sênior de Finanças, Compras e Tecnologia da Informação na da ENGIE BU Oriente Médio, Ásia central e Turquia de 2016 a 2019. Atualmente foi indicado para o cargo de CFO da ENGIE BU Brasil, responsável pelas atividades de Finanças, Compras e Tecnologia da Informação.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adir Flavio Sviderskei – 427.166.400-68

Nascido em 16.02.1965, formado em Operação de Usina, (CEFA-Florianópolis), Eletrônica (Monitor-SP) e Bacharel em Administração pela Faculdade Anglicana. No Grupo ENGIE há mais de 20 anos, atuando na supervisão e gestão do time de Operação, em projetos de transição, instalação, modernização e comissionamento de Usinas. Membro do comitê local do Programa de Performance Humana. Na década de 90, foi Presidente da Fundação Atlético Social – FASE. Foi Presidente do Conselho Deliberativo e a partir de 2019 Presidente do Conselho Fiscal da ACABEVI – Associação Cultural de Alto Bela Vista SC. Atualmente atua como membro titular do Conselho Deliberativo da PREVIG Sociedade de Previdência Complementar, entidade instituída pela ENGIE Brasil Energia S.A.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rubens José Nascimento – 564.610.629-04

Nascido em 11.12.1963, é formado em Engenharia Elétrica, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Pós Graduação em Gestão da Qualidade e Produtividade pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Iniciou carreira na Eletrosul, no ano de 1987, como engenheiro de Manutenção de Usina. Em 1998, com a migração para a Gerasul, passou a integrar o quadro do Departamento de Operação e Manutenção. Em 2000 passou a coordenar as ações de manutenção de Sistemas, com trabalhos de abrangência nacional. Em 2011 passou à condição de Gerente da Área de Manutenção de Sistemas da Tractebel Energia. Foi membro titular do Conselho Deliberativo da Previg Sociedade de Previdência Complementar, entidade patrocinadora da Engie Brasil Energia. Atualmente é Gerente da Unidade Organizacional Engenharia de Manutenção de Ativos de Sistemas da Engie Brasil Energia.

Firmará declaração de que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Os administradores acima indicados não possuem qualquer tipo de condenação.

12.7/8 Composição dos comitês

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Membro independente
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos ou funções exercidos		Número de mandatos consecutivos	Prazo mandato	Participação nas reuniões do C.A. de 2019
Maurício Stolle Bähr	**17.09.1957**	**Comitê Estratégico**	**25.06.1999**	**Não**
748.528.847-49	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	25.06.1999	Sim
Presidente do Conselho de Administração		n.a.	Indeterminado	100%
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	**14.01.1948**	**Comitê Estratégico**	**15.03.2001**	**Não**
EN248546	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	15.03.2001	Sim
Membro efetivo do Conselho de Administração		n.a.	Indeterminado	100%
Paulo Jorge Tavares Almirante	**24.08.1964**	**Comitê Estratégico**	**24.07.2016**	**Não**
M619074	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	24.07.2016	Sim
Membro efetivo do Conselho de Administração		n.a.	Indeterminado	100%
Gustavo Henrique Labanca Novo	**05.03.1968**	**Comitê Estratégico**	**05.05.2016**	**Não**
000.674.107-07	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	05.05.2016	Sim
Membro suplente do Conselho de Administração		n.a.	Indeterminado	100%
Pierre Jean Bernard Guiollot	21.04.1968	Comitê Estratégico	05.05.2016	Não
12CE76848	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	05.05.2016	Sim
Membro suplente do Conselho de Administração		n.a.	Indeterminado	66,67%

Os administradores acima indicados não possuem qualquer tipo de condenação.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos membros indicados pelo Acionista Controlador ao Conselho de Administração.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia (Indicados pelo Acionista Controlador) e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia ou (ii) controlador direto ou indireto da Companhia:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Gil de Methodio Maranhão Neto	734.574.937-15		
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Itá Energética S.A. (Itasa)	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho de Administração nos últimos três exercícios sociais.			
A Companhia é controladora em conjunto da Itasa com 48,75% de participação em seu capital.			
Administrador do Emissor			
Leonardo Augusto Serpa	026.127.629-81		
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ENGIE Geração Solar Distribuída S.A. (EGSD)	24.564.686/0001-01	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração nos últimos três exercícios sociais.			
Observação			
A Companhia é controladora, direta, da EGSD com 99,99% de participação no capital desta empresa.			

b) controlador direto ou indireto do emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	EN248546		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Engie S.A.		Controle	Controlador Indireto
Vice-Presidente Executivo e Membro do Comitê Executivo nos últimos três exercícios sociais			
Pessoa Relacionada			
Electrabel		Controle	Controlador Indireto
Diretor Presidente nos últimos três exercícios sociais			
Pessoa Relacionada			
International Power S.A.		Controle	Controlador Indireto
Diretor Presidente nos últimos três exercícios sociais			
Administrador do Emissor			
Maurício Stolle Bähr	748.528.847-49		
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ENGIE Brasil Participações Ltda. (EBP)	01.370.013/001-15	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente nos últimos três últimos exercícios sociais			
Administrador do Emissor			
Simone Cristina De Paola Barbieri	149.142.418-46		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ENGIE Brasil Participações Ltda. (EBP)	01.370.013/001-15	Controle	Controlador Direto
Diretora de Recursos Humanos, Saúde e Segurança do Trabalho nos três últimos exercícios sociais			
Administrador do Emissor			
Pierre Jean Bernard Guiollot	12CE76848		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Engie S.A.		Controle	Controlador Indireto
Diretor Financeiro da Divisão de Energia Internacional nos últimos três exercícios sociais			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Paulo Jorge Tavares Almirante	M619074		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Engie S.A.		Controle	Controlador Indireto
Presidente Executivo da Unidade de Negócios de Geração na Europa e Vice-Presidente do Comitê Executivo nos últimos três exercícios sociais			

12.12 Outras informações que a Companhia julgue relevantes

A posse do Senhor Richard Jacques Dumas, indicado ao cargo de membro titular do Conselho de Administração, estará condicionada à obtenção de autorização das autoridades competentes brasileiras. Ademais, a Companhia não tem outras informações relevantes sobre os membros indicados para compor o Conselho de Administração.

ANEXO V – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do formulário de referência

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia segue as diretrizes do Grupo Controlador e as referências de remuneração obtidas através de pesquisas salariais realizadas por consultorias especializadas. O Conselho de Administração aprovou, em 19.02.2019, a Política de Remuneração dos Administradores e a mesma encontra-se disponível no website da Companhia (www.engie.com.br/investidores).

A prática de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal visa atrair e reter profissionais e executivos alinhados com às diretrizes de negócios, valores e cultura da Companhia. A prática considera a análise do mercado, os conhecimentos exigidos para o exercício da função, a complexidade das atividades e os resultados esperados que são baseados nos objetivos empresariais.

Adicionalmente, os membros dos Comitês, que fazem parte do quadro de pessoal da Companhia, não são remunerados para exercer tal função, exceto (i) pelo Líder do Comitê Estratégico, que recebe uma remuneração adicional mensal igual à dos membros do Conselho de Administração, no qual também participa como Conselheiro, e (ii) pelo Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, cujos membros são remunerados quando da conclusão do trabalho para o qual foi instaurado.

b. composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A composição da remuneração total dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal é proposta pela acionista controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda., conforme critérios estabelecidos em nível global, sendo composta por remuneração fixa, bônus e incentivo de longo prazo. A remuneração máxima dos referidos órgãos da Administração é aprovada, anualmente, pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia, nos termos da Lei n° 6.404/76.

A composição da remuneração e a indicação dos membros de cada perfil de administrador é estabelecida pelo Conselho de Administração conforme segue:

Conselho de Administração

A remuneração total do Conselho de Administração é composta dos itens abaixo, sendo o montante máximo global aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas:

- Remuneração fixa (pró-labore): Composta por 13 parcelas mensais, as quais têm por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados em linha com as práticas de mercado. Adicionalmente, o Líder do Comitê Estratégico, o qual também participa do Conselho de Administração, recebe uma remuneração fixa em decorrência de sua participação neste comitê;

- Remuneração variável: O Presidente do Conselho de Administração recebe uma parcela variável calculada com base nos resultados alcançados pela Companhia, considerando indicadores financeiros e operacionais. Tal remuneração está diretamente relacionada aos resultados de desempenho coletivos e individuais, tendo por objetivo a compensação do executivo pelos resultados atingidos, alinhados com às diretrizes de negócios, valores e cultura da Companhia. Ainda, conforme definido em Acordo Coletivo de Trabalho, os membros do Conselho de Administração, titulares e suplentes, eleitos pelos empregados, poderão receber, ainda, remuneração variável calculada com base na média dos valores pagos aos colaboradores no exercício anterior, a título de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Bônus Gerencial. Atualmente, a Companhia tem um membro do Conselho de Administração (e um suplente) eleitos pelos empregados;

- Benefício pós-emprego: A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, no modelo de Contribuição Definida, administrado pela PREVIG, no qual o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a um teto conforme regulamento do plano. Tal remuneração objetiva oferecer um incentivo de longo prazo atrativo em linha com as práticas de mercado; e

- Outros: Correspondem aos encargos sociais incidentes sobre a remuneração do Conselho de Administração.

O pagamento do Presidente do Conselho é realizado pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda., com o qual mantém contrato individual de trabalho, sendo 40% do valor, incluídos encargos, reembolsados pela Companhia.

A remuneração individual dos membros do Conselho de Administração não supera a remuneração individual dos membros da Diretoria Estatutária.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é dividida em parcelas fixas e variáveis e seu valor máximo anual é aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas.

- Remuneração fixa (pró-labore): Composta por 13 parcelas mensais, as quais têm por objetivo a compensação direta pelos serviços prestados. Adicionalmente, os benefícios oferecidos pela Companhia compõem a remuneração indireta, tais como: assistência à recuperação da saúde, *check-up* médico anual, auxílio à alimentação e seguro de vida. A remuneração fixa objetiva oferecer um pacote atrativo em linha com as práticas de mercado;

- Remuneração variável: O valor da remuneração variável, composta por bônus e participação nos lucros e/ou resultados, pode oscilar entre 40% e 81% da remuneração anual fixa, de acordo com o cargo do executivo, seus desafios e metas estabelecidas, tendo por objetivo recompensar os executivos pelos resultados de curto e médio prazo da Companhia. O pagamento ocorre no primeiro semestre do ano seguinte, após o fechamento do exercício base, com base na avaliação de desempenho coletiva e individual;

- Benefício pós-emprego: A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, no modelo de Contribuição Definida, administrado pela PREVIG, no qual o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a um teto conforme regulamento do plano. Tal remuneração objetiva oferecer um incentivo de longo prazo atrativo em linha com as práticas de mercado; e

- Remuneração baseada em ações: A controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda., oferece à Diretoria Estatutária um Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) atrelado ao desempenho de *Phantom Shares* e indicadores corporativos, ao final de 4 anos, e também às *Performance Shares* e à Política de Opção de Compra de Ações do Grupo. Essa remuneração objetiva oferecer um incentivo de longo prazo atrativo em linha com as práticas de mercado.

- Outros: Correspondem aos encargos sociais incidentes sobre a remuneração da Diretoria Estatutária.

Diretoria Não Estatutária

A Companhia não tem Diretoria Não Estatutária instalada.

Conselho Fiscal

O pró-labore é composto por remuneração fixa, cujo valor é definido e aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas e pago em 13 parcelas mensais. O pró-labore não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da média da remuneração mensal dos diretores estatutários, sem considerar benefícios e remuneração variável. O objetivo de tal remuneração é o desempenho das funções requeridas ao Conselho Fiscal.

O item "Outros" corresponde aos encargos sociais incidentes sobre a remuneração do Conselho de Fiscal.

Comitê Especial Independente para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas

A remuneração do Comitê é definida pelo Conselho de Administração por projeto, não superior a 1 (uma) remuneração adicional por mês aos integrantes que já ocuparem cargo na Companhia. Na convocação, o Conselho de Administração deve definir o prazo de funcionamento do comitê e pagamento da remuneração.

Nos últimos 3 exercícios não ocorreram pagamentos a título de remuneração para os participantes deste Comitê.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios.

A participação da remuneração fixa, da remuneração variável e dos benefícios reconhecidos, em relação à remuneração total, está representada pelos percentuais a seguir:

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2019 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Remuneração fixa anual	76,6%	59,1%	100,0%	66,0%
Salário ou pró-labore	54,8%	42,2%	83,7%	47,5%
Benefícios direto e indireto	0,0%	5,7%	0,0%	3,6%
Participações em comitês	4,1%	0,0%	0,0%	1,4%
Outros	17,7%	11,2%	16,3%	13,5%
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Remuneração variável	22,9%	18,4%	0,0%	19,3%
Bônus	13,8%	0,0%	0,0%	4,6%
Participação de resultados	4,4%	12,3%	0,0%	9,3%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	4,7%	6,1%	0,0%	5,4%
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Pós-emprego	0,5%	6,7%	0,0%	4,5%
Cessação do cargo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Baseada em ações	0,0%	15,8%	0,0%	10,2%
Total da remuneração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	87,0%	64,4%	100,0%	72,6%
Salário ou pró-labore	65,4%	45,2%	80,7%	52,7%
Benefícios direto e indireto	0,0%	7,0%	0,0%	4,6%
Participações em comitês	4,9%	0,0%	0,0%	1,5%
Outros	16,7%	12,2%	19,3%	13,8%
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Remuneração variável	12,1%	21,7%	0,0%	18,0%
Bônus	2,0%	1,1%	0,0%	1,3%
Participação de resultados	9,5%	17,6%	0,0%	14,5%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0,6%	3,0%	0,0%	2,2%
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Pós-emprego	0,9%	5,5%	0,0%	3,9%
Cessação do cargo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Baseada em ações	0,0%	8,4%	0,0%	5,5%
Total da remuneração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	78,0%	51,2%	100,0%	61,5%
Salário ou pró-labore	59,1%	36,2%	83,3%	45,1%
Benefícios direto e indireto	0,0%	4,7%	0,0%	3,0%
Participações em comitês	3,3%	0,0%	0,0%	1,1%
Outros	15,6%	10,3%	16,7%	12,3%
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Remuneração variável	21,5%	28,8%	0,0%	25,7%
Bônus	16,1%	21,5%	0,0%	19,1%
Participação de resultados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Participação em reuniões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Comissões	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	5,4%	7,3%	0,0%	6,6%
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Pós-emprego	0,5%	3,3%	0,0%	2,2%
Cessação do cargo	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Baseada em ações	0,0%	16,7%	0,0%	10,6%
Total da remuneração	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os montantes da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Conselho Fiscal e dos Comitês da Companhia são propostos pela Controladora, conforme critérios estabelecidos em nível global, e posteriormente, aprovados na Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia. Tal montante não é alterado durante o exercício, pois é definido para cada ano conforme limites aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas para o exercício social (janeiro a dezembro).

A remuneração é definida de acordo com a natureza e responsabilidades de cada cargo, com base em pesquisas de mercado realizadas periodicamente por consultorias especializadas.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Política de Remuneração dos Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em 19.02.2019, tem como finalidade estabelecer as diretrizes de compensação dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária, e Comitês da Companhia. Baseada nas práticas de mercado e visa atrair e reter profissionais e executivos compatíveis com as necessidades da Companhia.

(v) existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados na Companhia que componham o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária, o Conselho Fiscal e os Comitês mencionados no item "13.1.a" desta Proposta.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No posicionamento da remuneração dos administradores em relação ao mercado são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, grau de contribuição aos resultados, desempenho geral e experiência.

A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais, e considera:

- indicadores financeiros e operacionais do ano: evolução do EBITDA da Companhia, geração de caixa livre, resultado líquido da Companhia, despesas operacionais, solidariedade com os resultados da controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda., etc.;

- indicadores individuais: cumprimento de metas, resultados industriais e/ou financeiros; e

- questões comportamentais e gerenciais.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O pró-labore e os benefícios são estabelecidos em função de pesquisas de mercado e não são alterados durante o exercício, pois são definidos para cada ano dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas para o exercício social (janeiro a dezembro).

A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais, e considera:

- indicadores financeiros e operacionais do ano que representam em média 65% do valor anual;

- indicadores individuais e questões comportamentais, que representam em média 35% do valor anual.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazos

O valor da remuneração variável anual dos executivos depende do cumprimento dos objetivos de curto prazo da Companhia.

Para objetivos de médio e longo prazos, a controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda., oferece à Diretoria Estatutária um ILP que contempla um bônus diferido específico, pago em dinheiro 4 anos após a data da adesão ao plano. Dois indicadores são utilizados para apurar os resultados de desempenho propostos no âmbito do ILP, cada um com peso de 50% na apuração total dos resultados sobre um período de 4 anos: TSR – *Total Shareholder Return* (retorno total para o acionista) e EPS – *Earnings per Share* (Lucro por ação).

A performance durante o período é mensurada desde a data da adesão ao plano até o final do prazo de 4 anos, quando os resultados são avaliados. De acordo com estes resultados, o valor da premiação do plano de incentivo de longo prazo é calculado e pago de forma integral, parcial ou não é pago (caso as metas mínimas não sejam atingidas). O cálculo é realizado por uma consultoria especializada, cujo pagamento é aprovado pelo Diretor Presidente da controladora, ENGIE Brasil Participações Ltda., no Brasil.

Ainda, o Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte tem uma Política de Opção de Compra de Ações do Grupo, em Paris, a valores pré-estabelecidos, destinada a todos os colaboradores da Companhia, e um programa de *Performance Shares* vinculado aos resultados futuros do Grupo, destinado aos executivos e profissionais chave.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há pagamentos realizados por subsidiárias. O Grupo Controlador não faz nenhum tipo de pagamento à Diretoria ou ao Conselho de Administração da Companhia, exceto:

- Remuneração fixa mensal, variável, benefícios e contribuições decorrentes do contrato individual de trabalho mantido com o Presidente do Conselho de Administração, que acumula funções corporativas na Companhia. Tais custos são parcialmente reembolsados pela Companhia na proporcionalidade da dedicação do executivo às atividades;
- Os citados na letra "e", plano de ações de desempenho (*Performance Shares*) e opções de compra de ações da ENGIE S.A., são de cunho corporativo e objetivam reforçar o engajamento dos colaboradores.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não se aplica à Companhia.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

A composição da remuneração e indicação dos membros de cada perfil de administrador é estabelecida pelo Conselho de Administração e aprovado anualmente pela Assembleia Geral dos Acionistas.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

A remuneração fixa utiliza como referência a mediana do mercado brasileiro, conforme pesquisas salariais de mercado realizadas anualmente junto a consultorias especializadas, com o objetivo de permitir comparações entre o valor pago aos executivos por empresas de porte e faturamento semelhantes, com maior participação das que atuam no setor elétrico brasileiro, bem como com a observância da consistência interna no Grupo Controlador. A remuneração variável objetiva fornecer níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado, retribuir os esforços na construção dos resultados e valores gerados pela Companhia, por meio de uma bonificação atrelada ao seu desempenho e motivar o cumprimento dos objetivos empresariais e estratégicos, refletindo a cultura e os valores da Companhia e de sua Controladora.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Eventualmente a Companhia reavalia a aderência da Política com as necessidades identificadas e qualquer alteração ou atualização deve ser obrigatoriamente aprovada pelo Conselho de Administração, e tempestivamente comunicada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às B3.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31.12.2020 - Valores anuais em Reais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros (“b”)	18	7	3	28
Nº de membros remunerados (“c”)	18	7	3	28
Remuneração fixa anual	7.615.570,84	8.927.444,47	551.076,49	17.094.091,80
Salário ou pró-labore	5.606.984,67	6.370.299,70	459.230,41	12.436.514,78
Benefícios direto e indireto	1.586,45	773.460,85	-	775.047,30
Participações em comitês	289.120,39	-	-	289.120,39
Outros	1.717.879,33	1.783.683,92	91.846,08	3.593.409,33
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Remuneração variável	1.479.329,23	6.148.287,62	-	7.627.616,85
Bônus	930.653,49	3.752.206,18	-	4.682.859,67
Participação de resultados	288.092,76	1.345.463,71	-	1.633.556,47
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	260.582,98	1.050.617,73	-	1.311.200,71
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Pós-emprego	63.918,56	1.006.346,60	-	1.070.265,16
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	1.208.047,82	-	1.208.047,82
Total da remuneração	9.158.818,63	17.290.126,51	551.076,49	27.000.021,63

O montante apresentado como "Baseada em ações" para Diretoria Estatutária contém R$ 463.557,90 advindo de ações concedidas aos atuais membros do Conselho de Administração enquanto membros da Diretoria Estatutária. Adicionalmente, os valores relativos ao pagamento baseado em ações incluem os encargos sociais incidentes sobre eles.

O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N°02/2020. Dado que o exercício social de 2020 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/N°02/2020.

Em 2020, será submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), o valor global da remuneração anual dos administradores de até R$ 27 milhões.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2019 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros ("b")	15,75	6,67	3	25,42
Nº de membros remunerados ("c")	11,92	6,08	3	21
Remuneração fixa anual	5.193.675,57	7.756.954,70	561.909,16	13.512.539,43
Salário ou pró-labore	3.717.944,38	5.536.902,07	470.139,18	9.724.985,63
Benefícios direto e indireto	1.531,32	744.765,81	-	746.297,13
Participações em comitês	277.174,17	-	-	277.174,17
Outros	1.197.025,70	1.475.286,82	91.769,98	2.764.082,50
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Remuneração variável	1.551.304,82	2.408.070,65	-	3.959.375,47
Bônus	938.221,30	-	-	938.221,30
Participação de resultados	296.494,57	1.614.164,60	-	1.910.659,17
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	316.588,95	793.906,05	-	1.110.495,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Pós-emprego	35.248,95	879.135,81	-	914.384,76
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	2.077.496,72	-	2.077.496,72
Total da remuneração	6.780.229,34	13.121.657,88	561.909,16	20.463.796,38

O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N°02/2020.

O montante destacado como "Baseada em ações" para Diretoria Estatutária contém R$ 996.109,20 advindo de ações concedidas aos atuais membros do Conselho de Administração enquanto membros da Diretoria Estatutária. Os valores relativos ao pagamento baseado em ações incluem os encargos sociais incidentes sobre eles.

Na Diretoria Estatutária um dos membros foi remunerado pela Controladora por 7 meses.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2018 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros (“b”)	18	7	3	28
Nº de membros remunerados (“c”)	12,33	6	3	21,33
Remuneração fixa anual	4.883.685,19	7.576.080,70	590.885,27	13.050.651,16
Salário ou pró-labore	3.670.402,54	5.318.310,10	476.591,95	9.465.304,59
Benefícios direto e indireto	1.408,26	826.043,44	-	827.451,70
Participações em comitês	275.311,17	-	-	275.311,17
Outros	936.563,22	1.431.727,16	114.293,32	2.482.583,70
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Remuneração variável	677.833,42	2.561.422,30	-	3.239.255,72
Bônus	109.014,43	129.107,98	-	238.122,41
Participação de resultados	533.774,22	2.075.914,17	-	2.609.688,39
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	35.044,77	356.400,15	-	391.444,92
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Pós-emprego	50.552,80	641.826,96	-	692.379,76
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	985.665,81	-	985.665,81
Total da remuneração	5.612.071,41	11.764.995,77	590.885,27	17.967.952,45

O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N°02/2020.

O montante apresentado como "Baseada em ações" para Diretoria Estatutária de R$ 985.665,51 é advindo de ações concedidas aos atuais membros do Conselho de Administração enquanto membros da Diretoria Estatutária e incluem os encargos sociais incidentes sobre eles.

Para a Diretoria Estatutária, além dos valores citados, a Companhia provisionou R$ 333.706,53 em 2018 – conforme Plano de Desligamento Voluntário para os diretores. Ainda para Diretoria Estatutária, a Companhia realizou uma reversão de R$ 5.929.987,96 da provisão acumulada de bônus em 2018. Na Diretoria Estatutária um dos membros é remunerado pela Controladora.

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2017 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros (“b”)	15,17	7	3	25,17
Nº de membros remunerados (“c”)	14,17	6	3	23,17
Remuneração fixa anual	5.886.582,73	7.258.980,82	548.926,75	13.694.490,30
Salário ou pró-labore	4.461.037,16	5.124.938,87	457.439,09	10.043.415,12
Benefícios direto e indireto	827,45	671.489,11	-	672.316,56
Participações em comitês	246.592,32	-	-	246.592,32
Outros	1.178.125,80	1.462.552,84	91.487,66	2.732.166,30
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Remuneração variável	1.622.976,68	4.075.516,11	-	5.698.492,79
Bônus	1.214.559,35	3.038.329,56	-	4.252.888,91
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	408.417,33	1.037.186,55	-	1.445.603,88
Descrição de outras remunerações variáveis	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais	Encargos sociais
Pós-emprego	37.908,13	460.630,99	-	498.539,12
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	2.369.584,64	-	2.369.584,64
Total da remuneração	7.547.467,54	14.164.712,56	548.926,75	22.261.106,85

O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/N°02/2020.

O montante destacado como "Baseada em ações" para Diretoria Estatutária contém R$ 1.782.013,44 advindo de ações concedidas aos membros do Conselho de Administração enquanto membros da Diretoria Estatutária. Os valores relativos ao pagamento baseado em ações incluem os encargos sociais incidentes sobre eles.

Para a Diretoria Estatutária, além dos valores citados, a Companhia provisionou R$ 2.047.958,89 em 2017 – conforme Plano de Desligamento Voluntário para os diretores. Em relação à demonstração contábil foi destacado da tabela acima o valor de R$ 523.242,60 correspondente à Despesas Administrativas na manutenção do Plano de Previdência Privada e contribuições dos executivos. Na Diretoria Estatutária um dos membros é remunerado pela Controladora.

13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente

Remuneração variável previsto para o Exercício Social de 2020

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	18	7
Número de membros remunerados	3	7
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.191.236,47	4.802.823,91
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	595.618,24	2.401.411,96
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	288.092,76	1.345.463,71
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	288.092,76	1.345.463,71

Os valores de bônus acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações.

Reconhecido nos 3 últimos exercícios:

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31.12.2019

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	15,75	6,67
Número de membros remunerados	3	6,08
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.430.705,48	2.816.481,51
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	955.939,03	1.334.613,38
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	296.494,57	1.614.164,60
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	296.494,57	1.614.164,60
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.551.304,82	2.408.070,65

Os valores de bônus acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações.

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31.12.2018

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	18	7
Número de membros remunerados	3	6 (a)
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.430.705,48	2.816.481,51
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	955.939,03	1.334.613,38
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	95.944,88	1.160.966,07
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	95.944,87	1.160.966,07
Valor efetivamente reconhecido no resultado	677.833,42	2.561.422,30

(a) 1 membro é remunerado pela controladora da Companhia, motivo pelo qual sua remuneração não consta no quadro acima. Tais custos são parcialmente reembolsados pela Companhia na proporcionalidade da dedicação dos executivos às atividades estatuárias.
Os valores de bônus acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações.

A partir do exercício social de 2018, a Companhia concedeu aos seus Diretores e Conselheiros de Administração eleitos pelos empregados participação nos lucros e resultados (PLR), após aprovação das demonstrações contábeis pela Assembleia Geral Ordinária, condicionada à obtenção de lucro líquido ou resultado operacional no exercício do ano anterior, ao cumprimento de metas empresariais e à aprovação do respectivo pagamento pela Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto em Acordo Coletivo de Trabalho.

Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31.12.2017

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	15,17	7
Número de membros remunerados	3	6 (a)
Bônus		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.630.187,99	6.132.000,82
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.494.032,76	5.574.546,20
Participação no resultado		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.622.976,68	4.075.516,11

(a) 1 membro é remunerado pela controladora da Companhia, motivo pelo qual sua remuneração não consta no quadro acima. Tais custos são parcialmente reembolsados pela Companhia na proporcionalidade da dedicação dos executivos às atividades estatuárias.
Os valores de bônus acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia oferece aos seus administradores Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) mantido pelo acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações Ltda. ("ENGIE Brasil Participações").

a. termos e condições gerais
Conforme descrito nos itens 13.1 e 13.8, para objetivos de médio e longo prazos, a controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações, oferece à Diretoria Estatutária e a determinados membros do Conselho de Administração, um ILP baseado em ações fantasma (*Phantom Shares*) da Companhia.

b. principais objetivos do plano
Os principais objetivos do ILP são motivar e recompensar os executivos-chave da Companhia para atingimento dos resultados de médio e longo prazos e assegurar a competitividade do pacote total de recompensas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos
Dois indicadores são utilizados para apurar os resultados de desempenho propostos no âmbito do ILP, cada um com peso de 50% na apuração total dos resultados sobre um período de 4 anos. Os indicadores são: TSR – *Total Shareholder Return* (Retorno total para o acionista), e EPS – *Earnings per Share* (Lucro por ação).

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia
O ILP foi desenhado como forma de complementar o plano de ações por performance (*Performance Shares*) do acionista controlador indireto, grupo ENGIE, conforme descrito no item "13.15" desta Proposta. Trata-se de um bônus diferido específico, adicional ao pacote de remuneração fixa e variável estabelecido para os administradores da Companhia.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
O ILP está atrelado a indicadores de desempenho da Companhia, quais sejam: TSR – *Total Shareholder Return* (Retorno total para o acionista), e EPS – *Earnings per Share* (Lucro por ação), os quais são medidas de performance.

f. número máximo de ações abrangidas
Não há número máximo de ações abrangidas. O número máximo de *Phantom Shares* a serem distribuídas corresponde ao somatório do valor máximo individual conforme descrito no item "g" abaixo dividido pelo valor das ações.

g. número máximo de opções a serem outorgadas
Conforme descrito no item "h" abaixo, o valor do ILP (% do salário anual convertido em *Phantom Shares*) está limitado a 130% da faixa salarial da Companhia para o cargo do executivo somada ao ILP definido para aquele cargo na data de outorga. O salário base anual somado ao ILP ajustado não pode ultrapassar este limite.

h. condições de aquisição de ações

O ILP é destinado aos executivos da Companhia e do acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações, que mantenham contrato de administração e cargo na Diretoria Executiva das empresas. O acionista controlador determina anualmente quais executivos serão elegíveis ao ILP.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O valor de mercado das *Phantom Shares* é calculado através da média simples da cotação de fechamento da ação EGIE3 nos 3 meses anteriores à data de outorga. Ao término dos 4 anos do plano, o valor de mercado destas ações fantasma (novamente calculadas através da média do fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à data do término) será a base do valor da premiação a ser paga pelo atingimento das metas. A data de término será dia 15 do mês de março seguinte ao 4º ano do plano, após o fechamento dos resultados do exercício anterior.

O pagamento total do ILP é um percentual do valor das ações fantasma (*Phantom Shares*) ao final do ciclo. Este percentual será determinado pelos resultados alcançados nos dois indicadores de performance do plano, no período de 4 anos.

O plano utiliza dois indicadores, conforme metas definidas pelo acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações. Cada indicador tem peso e impacto de 50% nas ações fantasma conforme segue:

a) TSR – *Total Shareholder Return* (peso 50% - metade das ações fantasma):
   - O TSR é baseado na variação da cotação da ação mais proventos (dividendos e juros sobre capital próprio) pagos por ação, durante um determinado período.
   - O desempenho da Companhia neste indicador será comparado ao painel de empresas que participam do índice IBrX100 da bolsa de valores.
   - O TSR será calculado através da metodologia de terceiros contratados pelo acionista controlador, ENGIE Brasil Participações. Tal metodologia poderá ser alterada em cada versão do plano quando as circunstâncias assim recomendarem.
   - O montante de 50% do número total proposto de ações fantasma, será concedido de acordo com os seguintes critérios: nenhuma das 50% das ações fantasma se o valor acumulado do TSR for abaixo da mediana do grupo de empresas de comparação; 25% dos 50% das ações fantasma serão concedidas se o TSR acumulado da Companhia atingir um resultado igual ou maior que a mediana do grupo de empresas de comparação; 100% dos 50% das ações fantasma serão concedidas se a Companhia atingir um resultado maior ou igual ao terceiro quartil. Para resultados posicionados entre a mediana e o terceiro quartil, será aplicado um sistema linear pro-rata entre os valores mínimo e máximo (valores proporcionais entre 25% e 100% dos 50% disponíveis).

b) EPS – *Earnings per Share* (peso 50% - metade das ações fantasma):

- Será utilizado o valor acumulado do indicador *earnings per share* (EPS) – Lucro por Ação – no período estabelecido para o plano.
- A critério do acionista controlador, ENGIE Brasil Participações, o indicador poderá ser ajustado quando decisões estratégicas afetarem o plano causando um impacto significante no indicador (EPS) durante o período de vigência do plano.
- Para o cálculo da premiação (ano N), a base de comparação será o Plano de Médio Termo N+1 a N+6, apresentado juntamente com Nv1 (ano atual).

O valor equivalente aos 50% do número proposto de ações fantasma referentes a este indicador será concedido de acordo com os seguintes critérios: nenhuma ação fantasma, se o valor acumulado do EPS for abaixo de 90% da meta; 33% dos 50% das ações (metade das outorgadas), se o valor acumulado do EPS for 90% da meta; 100% dos 50% das ações (metade das outorgadas), se o valor acumulado do EPS for igual a meta. Para resultados intermediários (entre 90% e 100% da meta) será aplicado um sistema linear pro-rata entre os valores mínimos e máximo para o cálculo das ações fantasma.

O valor do ILP (% do salário anual convertido em *Phantom Shares*) está limitado a 130% da faixa salarial da Companhia para o cargo do executivo somada ao ILP definido para aquele cargo na data de outorga. O salário base anual somado ao ILP ajustado não pode ultrapassar este limite.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

O ILP estabelece que a duração do plano será de 4 anos, conforme metodologia proposta pela consultoria especializada responsável pelo desenho do plano em 2012.

k. forma de liquidação

O plano envolve um bônus diferido específico, pago em dinheiro 4 anos após a data de concessão. O pagamento do ILP aos Diretores Estatutários é realizado pela Companhia e ao Presidente do Conselho de Administração pela controladora direta, ENGIE Brasil Participações e reembolsado pela Companhia.

l. restrições à transferência das ações

Tendo em vista que o ILP prevê o pagamento de um bônus diferido específico baseado em ações fantasma (*Phantom Shares*), não é possível a transferência das ações.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações, tem a prerrogativa de, a qualquer momento com ou sem comunicado prévia, modificar, alterar, corrigir, inserir ou eliminar as condições do ILP, assim como optar pela decisão do cancelamento para futuras concessões, independentemente de justificativa.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os executivos que deixarem a Companhia antes do término do prazo de 4 anos de carência previsto no ILP estarão automaticamente renunciando ao direito a qualquer pagamento dentro do plano. Exceções serão aplicadas se ocorrer: término do vínculo com a Companhia para exercer atividades em outras empresas do Grupo ENGIE, para fins de aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez, para adesão a programas de desligamento voluntário, em razão de desligamento sem justa causa por decisão da Companhia ou em decorrência de falecimento do executivo

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

A Companhia tem remuneração baseada em ações reconhecida em seu resultado, conforme descrito item "13.4" desta Proposta. Trata-se do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), oferecido pela controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Participações Ltda. à Diretoria Estatutária.

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis à concessão ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) no exercício de suas funções na Companhia. Eventualmente poderão receber, enquanto Conselheiros, valores resultantes das ações concedidas durante o mandato de Diretor na Companhia.

Os valores relativos ao pagamento baseado em ações incluem os encargos sociais incidentes sobre eles.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)

	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7
Número de membros remunerados	7
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	1.208.047,82
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável

Remuneração baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2019

	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6,67
Número de membros remunerados	7(a)
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	2.077.496,72
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável

(a) O número de membros remunerados corresponde ao número de membros e ex-membros da Diretoria Executiva que receberam pagamento de ações concedidas quando do exercício do cargo na Diretoria Executiva da Companhia. Desta forma, o número de remunerados pode ser superior ao número total de membros, uma vez que esta corresponde exclusivamente ao número de membros de 2019.

Remuneração baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2018

	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7
Número de membros remunerados	6
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	985.665,81
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável

Remuneração baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2017

	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7
Número de membros remunerados	6
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	2.369.584,64
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	Não aplicável

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

Outorgas previstas para o exercício social corrente (2020)

	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7
Data de outorga	15.03.2020
Quantidade de opções outorgada	28.841
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2024
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2024
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável

Outorga baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2019

	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6,67
Data de outorga	15.03.2019
Quantidade de opções outorgada	28.841
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2023
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2023
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Valor das opções na data da outorga (média simples do preço de fechamento nos 3 meses que antecederam a outorga)	R$ 39,50

Outorga baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2018

	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7
Data de outorga	15.03.2018
Quantidade de opções outorgada	37.770
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2022
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2022
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Valor das opções na data da outorga (média simples do preço de fechamento nos 3 meses que antecederam a outorga)	R$ 36,67

Outorga baseada em ações – exercício encerrado em 31.12.2017

	Diretoria Estatutária
Número total de membros	7
Data de outorga	16.03.2017
Quantidade de opções outorgada	41.286
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15.03.2021
Prazo máximo para exercício das opções	15.03.2021
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
Valor das opções na data da outorga (média simples do preço de fechamento nos 3 meses que antecederam a outorga)	R$ 35,91

13.6 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Até a data de apresentação deste documento, não há opção em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "13.5" a "13.7", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

O Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") é proposto anualmente pelo acionista controlador direto, ENGIE Brasil Participações Ltda., considerando os seguintes parâmetros:

- O valor individual será estabelecido por meio de um percentual do salário base anual do executivo.
- Do valor do "ILP" será deduzido o valor nominal na data de outorga do plano de ações por performance da ENGIE S.A. (*Performance Shares*) concedido no ano anterior. Desta forma, uma parcela do incentivo de longo prazo estará atrelada aos resultados do Grupo ENGIE, acionista controladora indireta da Companhia.
- O valor resultante será convertido em um número de ações fantasma (*Phantom Shares*) de acordo com o valor de mercado da ação da Companhia (EGIE3), determinando a base para o montante do prêmio a ser pago pelo alcance dos objetivos na data do término do plano.

a) **modelo de precificação**

Para cálculo de outorga das ações fantasma (*Phantom Shares*) considera-se o valor de mercado da ação, sendo calculado por meio da média simples da cotação de fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à data de outorga. A data de outorga é a mesma estabelecida no plano das ações por performance (*Performance Shares*) do acionista controlador indireto, ENGIE S.A., geralmente no mês de dezembro de cada ano.

b) **dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Enquanto o plano estiver vigente, o número de ações atribuídas para a determinação do valor do incentivo poderá ser aumentado proporcionalmente baseado no valor da ação quando a empresa pagar a seus acionistas os dividendos e juros sobre capital próprio. Tal ajuste será realizado por meio do cálculo do *dividend yeld* do preço de fechamento da ação EGIE3 na data.

O valor exato do incentivo será calculado por meio da seguinte fórmula: (% SB –VF PSP) / Valor da ação EGIE3 na data de início do plano = X Número de ações fantasma (Início). Sendo que:

- % SB significa um % do salário base anual variando pela grade salarial do executivo na data de início do plano;
- VF PSP representa o valor de face das ações por performance (*Performance Shares*) da ENGIE S.A. concedidas no ano anterior, com cotação e câmbio EUR/BRL da data de outorga destas ações.
- Valor da ação EGIE3 conforme detalhado no item "a" desta seção

c) **método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não há previsão de exercício antecipado no modelo de ILP baseado em ações aplicado pelo Grupo.

d) **forma de determinação da volatilidade esperada**

Não aplicável ao modelo de plano de ILP baseado em ações aplicado pelo Grupo, uma vez que a volatilidade das ações não foi considerada no cálculo para apuração do valor da bonificação.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

O pagamento total do ILP será um percentual do valor das ações ao final do ciclo. Este percentual será determinado pelos resultados alcançados nos dois indicadores de desempenho do plano, no período de 4 anos do plano: TSR – *Total Shareholder Return* (peso 50% -metade das ações fantasma) e EPS – *Earnings per Share* (peso 50% -metade das ações fantasma).

Ao término dos 4 anos do plano, o valor de mercado destas ações (novamente calculadas por meio da média do fechamento da EGIE3 nos 3 meses anteriores à datado término) será a base do valor da premiação a ser paga pelo atingimento das metas. A data de término será dia 15 do mês de março seguinte ao 4°ano do plano, após o fechamento dos resultados do exercício anterior.

13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Em 31.12.2019, a Companhia possuía 815.927.740 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O quadro abaixo demonstra a quantidade de ações e outros valores mobiliários detidos por membros do Conselho e Diretores da Companhia:

Órgão	Quantidade de ações detidas, em 31/12/2019		
	Ações Ordinárias		
	Diretamente	Indiretamente	Total
Conselho de Administração	482.158	-	482.158
Diretoria Estatutária	6.000	-	6.000
Conselho Fiscal	2.515	-	2.515
Total	**490.673**	**-**	**490.673**

As ações detidas por estes membros correspondem a 0,060137% das ações emitidas.

A cotação da ação em 31.12.2019 era de R$ 50,80 por ação.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	15,75	6,67
Número de membros remunerados	3	6,08
Nome do Plano	Plano CD	Plano CD
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1	1
Condições para se aposentar antecipadamente	1	8
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	753.132,69	8.243.455,66
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	43.697,42	572.809,24
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não aplicável	Não aplicável

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, dos 3 últimos exercícios sociais

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
(Valores em Reais)	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Nº de membros	15,75	18	15,17	6,67	7	7	3	3	3
Nº de membros remunerados	11,92	12,33	14,17	6,08	6	6	3	3	3
Valor da maior remuneração	2.718.153,03	1.683.991,40	2.108.606,39	3.155.311,03	2.541.352,27	2.905.202,96	187.303,05	196.961,76	182.975,58
Valor da menor remuneração	166.304,42	165.186,62	160.375,37	1.126.158,06	1.088.749,61	889.369,91	187.303,05	196.961,76	182.975,58
Valor médio da remuneração	568.811,19	455.155,83	532.637,09	2.158.167,41	1.960.832,63	2.360.785,43	187.303,05	196.961,76	182.975,58

Os valores acima consideram remuneração fixa, variável e incluem encargos sociais sobre as remunerações (INSS e FGTS, se aplicável).

Os membros da Diretoria e dos Conselhos identificados com a maior e menor remuneração exerceram o cargo durante todo o exercício apurado.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A remuneração dos membros do Conselho de Administração que têm contratos de trabalho vinculados aos controladores diretos e indiretos da Companhia correspondem a 69%, 82% e 82% do total da remuneração do Conselho de Administração nos anos de 2019, 2018 e 2017 respectivamente.

No Conselho Fiscal, não há membros que são considerados como partes relacionadas aos controladores da Companhia nos últimos 3 anos.

13.14 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam, nos 3 últimos exercícios sociais.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

O Grupo Econômico Controlador da Companhia, ENGIE S.A., mantém um programa de concessão de ações por desempenho (*Performance Shares*), que pode ser concedido, dentro das condições estabelecidas, aos executivos e profissionais seniores.

No quadro a seguir, demonstra-se a média de atribuições de ações do Grupo Econômico Controlador aos membros da Diretoria Executiva da Companhia:

Exercício social 2019 – Remuneração Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	152.502,86	-	152.502,86
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2018 – Remuneração Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	165.713,20	-	165.713,20
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2017 – Remuneração Recebida em Função do Exercício do Cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	183.588,67	-	183.588,67
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Média anual de membros total de cada órgão

Ano de 2019

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	15	7	3
Fevereiro	15	7	3
Março	16	7	3
Abril	15	6	3
Maio	15	6	3
Junho	15	6	3
Julho	15	6	3
Agosto	15	7	3
Setembro	17	7	3
Outubro	17	7	3
Novembro	17	7	3
Dezembro	17	7	3
Total	**189**	**80**	**36**
Média anual de membro	**15,75**	**6,67**	**3**

Ano de 2018

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	18	7	3
Fevereiro	18	7	3
Março	18	7	3
Abril	18	7	3
Maio	18	7	3
Junho	18	7	3
Julho	18	7	3
Agosto	18	7	3
Setembro	18	7	3
Outubro	18	7	3
Novembro	18	7	3
Dezembro	18 (a)	7	3
Total	**216**	**84**	**36**
Média anual de membro	**18**	**7**	**3**

(a) Em 19.12.2018, a Companhia comunicou ao mercado a renúncia dos conselheiros Claude Emile Jean Turbet e Natacha Herrero Et Guichard Marly. Em decorrência, o Conselheiro Suplente Leonardo Augusto Serpa passou a exercer a titularidade do cargo de membro do Conselho, em substituição ao Claude Emile Jean Turbet. O cargo da Natacha Herrero Et Guichard Marly permaneceu vago de 19.12.2018 a 31.12.2018. Dessa forma, para fins de apuração de média, a Companhia considera que o Conselho de Administração foi composto por 18 membros em dezembro de 2018.

Ano de 2017

Mês	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	16	7	3
Fevereiro	16	7	3
Março	16	7	3
Abril	16	7	3
Maio	16	7	3
Junho	16	7	3
Julho	15	7	3
Agosto	15	7	3
Setembro	14	7	3
Outubro	14	7	3
Novembro	14	7	3
Dezembro	14	7	3
Total	**182**	**84**	**36**
Média anual de membro	**15,17**	**7**	**3**

.

Informações relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2018

14.3 Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia

a. política de salários e remuneração variável

Política de remuneração:

A política de remuneração da Companhia é a de manter um sistema de remuneração alinhado às práticas de mercado, que atenda aos interesses da Companhia e de seus empregados. Dessa forma, a Companhia considera os seguintes aspectos:

- O valor pago a cada empregado, por seu trabalho na Companhia, deve ser compatível com o valor desse trabalho no mercado;
- A remuneração deve refletir as responsabilidades de cada empregado, o grau de desempenho e os resultados alcançados, individualmente e em equipe.

Sistema de remuneração variável:

Em complemento ao pagamento de remuneração fixa, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável determinado em função da realização dos objetivos empresariais e do percentual de alcance das metas vinculadas aos mesmos. Esta mensuração é realizada anualmente, por meio dos resultados financeiros da Companhia, da avaliação de desempenho individual e de cada área da Companhia. Neste contexto, a remuneração variável é composta por:

- Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR): aplicável a todos os empregados da Companhia e condicionada aos resultados empresariais, medidos pelo EBITDA do período, além de atingimento de metas departamentais e avaliação dos comportamentos aderentes à cultura organizacional. Estes critérios são negociados com os sindicatos e estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O pagamento da PLR propicia a prática de valores de remuneração competitivos quando comparados aos praticados pelo mercado de trabalho no Brasil.
- Programa de Bônus Gerencial: aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial, o programa é atrelado ao atendimento dos objetivos empresariais e metas da área e estará condicionado ao percentual de alcance delas.

A proposta da administração contempla o valor de até R$ 38,0 milhões a título de PLR dos empregados, relativa ao exercício de 2019, a ser distribuído de acordo com os critérios definidos no Sistema de Remuneração da Empresa e Acordos Coletivos de Trabalho.